

PPGH
UFPB



PÁGINAS DE UM NOVO TEMPO

uma história da infância e do corpo
da criança na revista da LBA
(Paraíba, 1947-1955)

José dos Santos Costa Júnior

PÁGINAS DE UM NOVO TEMPO:

UMA HISTÓRIA DA INFÂNCIA E DO CORPO DA
CRIANÇA NA REVISTA DA LBA
(PARAÍBA, 1947-1955)

José dos Santos Costa Júnior

João Pessoa
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Costa Júnior, José dos Santos

Páginas de um novo tempo [livro eletrônico] :
uma história da infância e corpo de uma criança da
revista da LBA (Paraíba, 1947-1955) / José dos
Santos Costa Júnior. - 1. Ed. - João Pessoa, PB :
Deck Gráfica, 2023.
ePub

Bibliografia.

ISBN 978-65-996604-5-0

1. Legião Brasileira de Assistência (LBA)-
História I . Título. -

23-145334

CDD-361.398133

Índices para catálogo sistemático:

1. Legião Brasileira de Assistência : Paraíba :
Estado : História : Serviço Social 361.398133

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Biografia do autor:

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com a tese indicada ao Prêmio Capes de Teses - 2022. Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), cuja dissertação recebeu a Menção Honrosa da CAPES na avaliação trienal 2017-2020. Licenciado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Atualmente é Professor Substituto no Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Membro da Red de Estudios de Historia de las Infancias en América Latina (REHIAL) e do GT Nacional de História da Infância e da Juventude da Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil). Atua na área da História com ênfase nos seguintes temas: teoria e metodologia da história, historiografia brasileira contemporânea, história da educação e das políticas públicas para crianças e jovens e ensino de história.

Contato: josedossantoscostajr@gmail.com e no Instagram @_costajr

À minha tia Lia (em memória), de quem sinto tanta falta.
Para Telma, Natália e Carla, com gratidão.

Apresentação

Este livro que você tem em mãos faz parte de uma série de obras publicadas com o apoio das verbas PROAP/CAPES/2022 referentes ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Ele é resultado de uma pesquisa realizada no âmbito deste Programa, no quadriênio 2017-2020. A dissertação que lhe deu origem foi premiada, ganhando destaque entre os cerca de 80 trabalhos defendidos nesse período.

Para o PPGH/UFPB, causa muita satisfação ver a materialização do trabalho árduo efetuado por essas jovens pesquisadoras e esses jovens pesquisadores, que se dedicaram por mais de dois anos à pesquisa nas fontes, à formação teórica e à escrita do texto dissertativo.

Publicar o livro em formato de *ebook* foi uma decisão tomada coletivamente, tendo como principal objetivo a maior facilidade na distribuição dessas produções. Se a pesquisa foi realizada com o investimento público, nada mais justo que seu resultado tenha a maior divulgação possível. Pessoas de diferentes regiões e instituições poderão ter acesso ao livro. Aquelas e aqueles que estão se dedicando a temas de pesquisa semelhantes, docentes da educação básica e do ensino superior, estudantes de diferentes níveis, assim como todas as interessadas e interessados encontrarão aqui o resultado de uma pesquisa sólida, baseada no compromisso com a história e a cultura histórica, seja no âmbito do ensino de história, seja na perspectiva das reflexões sobre história e regionalidades.

A intelectual negra bell hooks defende que “A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado”. Embora ela esteja falando especificamente da sala de aula, sua reflexão pode ser tomada também na discussão sobre conhecimento e o compromisso intelectual com a formação de novas gerações. Nesse sentido, esta obra pode contribuir igualmente para a criação de paraísos.

Surya Aaronovich Pombo de Barros e Ana Maria Veiga
Coordenadora e vice-coordenadora do PPGH/UFPB (2022-2024)

PREFÁCIO

Telma Dias Fernandes
Professora do Departamento e do PPG História
da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Este texto, agora publicado no formato de livro, foi adaptado da dissertação de mestrado de José Júnior, defendida no PPGH da UFPB (JP), intitulada “Páginas de um novo tempo: a invenção do corpo infantil e as imagens da infância no boletim da Legião Brasileira de Assistência na Paraíba (1947-1955)”.

Mas, quem é José Júnior e por que aceitei fazer o prefácio desta obra?

Conheci Júnior quando ele foi aprovado na seleção para o mestrado e dividi com a professora Natália Monzón Montebello a orientação do seu trabalho para a obtenção do título de mestre. O trabalho que ele produziu e que foi aprovado com indicação para publicação é mais que uma dissertação, é uma tese e uma tese como poucas. Quando ele me convidou para prefaciá-lo eu aceitei com emoção e movida pela nossa relação de afeto, mas, para além dos sentimentos de carinho e confiança que alimentamos um pelo outro, aceitei porque se trata de um livro com potência para contribuir com a historiografia brasileira e com a prática de ensino de história, além de, não menos importante, despertar o interesse de pessoas que não são da área dos saberes das “humanidades”, ou seja, foge da prática hermética, que, não raras vezes, constitui os textos acadêmicos.

Antes de escrever este prefácio, voltei ao texto, agora já adaptado para livro e confirmei o que lembrava ter experimentado durante todo o percurso de Júnior no mestrado. O trabalho desenvolvido é o de um pesquisador inquieto, maduro e politicamente engajado. A pesquisa acadêmica está associada ao seu olhar sobre o social e às suas práticas nesse campo.

Uma forma de constituir a infância nos é dada a ler e a produção narrativa de José Júnior nos prende a atenção do

começo ao fim e nos faz visualizar personagens e os entrelaçares de um tapete cujos fios são cambiantes, um tapete vivo. Ou, no dizer do autor:

Estudei aqui a infância como invenção histórica urdida em redes de poder e saber localizadas no tempo e no espaço, sendo mais um efeito do que a causa desses discursos médicos, pedagógicos, religiosos, assistenciais. Fiz uma genealogia do corpo infantil como objeto de saber e de poder na Paraíba. Analisei práticas discursivas e não discursivas que se conectaram para dar visibilidades e dizibilidades à infância.

Posso afirmar que esta obra, ao ultrapassar os muros da academia, proporciona a quem está dentro e fora desses muros, uma leitura que é, ao mesmo tempo, informativa e crítica. Um aspecto ainda desejo ressaltar, para uma leitura sob o olhar acadêmico constitui uma rica e complexa exposição teórico-metodológica. Júnior consegue articular os conceitos com a pesquisa e as análises e problematizar as fontes de tal forma coerente que nos presenteia com uma aula.

SUMÁRIO

PREFÁCIO – Telma Dias Fernandes

INTRODUÇÃO – *A infância e a História - do acontecimento ao texto*

Na travessia, um gesto

A infância como objeto do dizer alheio: um impasse

Uma arquitetura discursiva

Delimitações

I - MIRAGENS DO CORPO

O cenário e o corpo ou o corpo encenado

Educar, o verbo potenciado

Uma política da vida

II - CARTOGRAFIAS DA ASSISTÊNCIA

Espaços governáveis

O palco dos inomináveis

Alice Carneiro e a estrutura do gesto

III - NARRATIVAS DA ESPERANÇA

Direitos da criança, horizonte para a infância

Cidadania como promessa

Tempos de espera ou retóricas da esperança?

CONCLUSÕES

POSFÁCIO – Zero de conduta

Natália Monzón Montebello

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

A infância e a História - do acontecimento ao texto

Na travessia, um gesto

Terça-feira, 13 de fevereiro de 2007. Apesar do sol forte e daquela preguiça após o almoço, saí de casa ao encontro de uma amiga, no bairro Acácio Figueiredo em Campina Grande, no interior da Paraíba. Os passos rápidos logo me fizeram chegar à esquina da casa dela. Aí ouvi uma voz que me chamava:

— Júnior.

Como não respondi de imediato, a tal voz persistiu. Acheando-se, Marcelo disse:

— Júnior, eu estou fazendo as inscrições para as atividades da PROAMEV neste ano. Você não quer participar?

A conversa começou de maneira tão rápida e em meio à minha pressa de chegar logo à casa de Midian que não demonstrei interesse.

— Agora eu não posso, Marcelo — falei polidamente. — Estou um pouco apressado porque vou à casa de Midian. Depois passo lá e faço a inscrição.

Antes que eu dissesse qualquer outra coisa a conversa foi encerrada com um gesto um pouco abrupto e uma frase:

— Vamos agora, vai ser rápido — disse ele me pegando pela mão e me levando para a sede da ONG, bem perto dali. Chegando lá, sentei-me diante dele e respondi a um questionário bastante objetivo. Explicou-me sobre o projeto que ele iria coordenar naquele ano e que tinha o foco em adolescentes. Trataria de assuntos como educação, orientação sexual, protagonismo — termo que, não sabendo o sentido político dele, só me remeteu às protagonistas que conhecia por meio dos livros, minisséries e telenovelas — direitos humanos etc.

Despedi-me dele com o compromisso de retornar na terça-feira seguinte para iniciar as oficinas do *Projeto Adolescência*. Ali ficaria por cerca de dois anos – avançando depois em outros processos formativos que ao longo do tempo me tornariam educador na instituição. Naquele projeto aprendi o significado teórico e político do conceito “protagonismo” a partir das múltiplas experiências que a organização não governamental *Pró-Adolescentes, Mulher, Espaço e Vida* (PROAMEV) me deu.¹ Os vários anos que se somaram àquele *acontecimento*, que se efetuou em uma esquina, foram marcados por descontinuidades e transformações diversas, formando-me como educador social e militante dos direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens dentro e fora do Brasil.²

Naquela tarde quente de fevereiro de 2007 houve uma dobra no meu percurso, um deslocamento aparentemente momentâneo, pois ao sair da ONG eu fui efetivamente à casa de minha amiga, como tinha traçado ao sair de casa, e quando voltei sequer fiquei pensando sobre como seriam as atividades na ONG. Simplesmente voltei para minha rotina composta pelos estudos no ensino fundamental e pelas leituras literárias que eram objeto de minha paixão. Não fiquei esperando muito do que viria após aquela inscrição no projeto. Mas foi justamente aquele “momento” marcado pelo signo da banalidade, aquele instante casual que abriu um outro campo de possibilidades, configurando-se em minha trajetória como *acontecimento*.

Mas o que é um *acontecimento*? Tema quente na historiografia, muito já se falou sobre isto e por hora me permito pensar com a historiadora francesa Arlete Farge que “o *acontecimento* (que sobrevém) é um momento, um fragmento de realidade que não tem nenhuma outra unidade além do nome que se lhe dá” sendo “já da ordem da desordem, do arrebatamento das percepções e do sentido” (FARGE, 2011, p. 71). Na esteira aberta pelas reflexões do filósofo francês Michel Foucault, Farge pensa o *acontecimento* em sua singularidade e detalhe. Fala em captar o *acontecimento* em sua

irrupção e como instituidor de uma diferença, o que o constitui como desafio do ponto de vista do conhecimento histórico. De acordo com Guilherme Castelo Branco (2011), a compreensão de Foucault sobre o estatuto ontológico do acontecimento aponta na direção de que o acontecimento não é lido como um fato ou “uma mera ocorrência para os órgãos sensoriais” visto que “é um efeito transitório decorrente da força inerente a toda coisa do mundo, a todo corpo, de onde emanam forças de diferentes tipos”. O acontecimento é “um efeito temporário do jogo de forças e dos encontros corporais” (CASTELO BRANCO, 2011, p. 141).

Outro pensador francês, Gilles Deleuze (2012), por sua vez, incita a pensar o acontecimento constituído naquilo que suscita, provoca e tomando em consideração sua extensão e intensidade do ponto de vista ético e político, resultando de um encontro entre forças distintas que têm no corpo seu ponto de ebulição e na subjetividade um efeito de transformação (cf. CARDOSO JÚNIOR, 2005). Para ele, mais do que aquilo que acontece, o que acontecimento se refere ao “no que” acontece, ou seja, a partir de um instante, um momento, uma singularidade temporal efeitos imprevistos, insondáveis e incalculáveis podem se constituir e efetuar outras formas de vida. Assim, naquela tarde de fevereiro, na esquina de um bairro periférico, houve o encontro de dois corpos com potências distintas. Aquele gesto de tomar-me pela mão tornou possível um *acontecimento* cujos efeitos seriam vivenciados de diferentes formas naquela organização social – e não apenas nela. A partir dali outra subjetividade se tornou possível, outro modo de ler o mundo e participar dele, o que me levou ao encontro com a História vista por mim como um canteiro de estudos.

A infância como objeto do dizer alheio: um impasse

Sendo a historiografia um dizer sobre o *outro*, uma enunciação possível a partir de um conjunto de referências alheias ao objeto de que se fala, é interessante pensar sobre o

objeto infância. Como a escrita histórica tematiza e assume a voz da infância? Um primeiro impasse acerca desse objeto refere-se a uma questão conceitual e etimológica. “Enquanto objeto de estudo, a infância é sempre *um outro* em relação àquele que a nomeia e a estuda. As palavras *infante*, *infância*³ e demais cognatos, em sua origem latina e nas línguas daí derivadas, recobrem um campo semântico ligado à ideia de *ausência de fala*”(LAJOLO, 1997, p. 229).

A infância é muitas vezes dita pelo olhar do *outro* e – no caso da historiografia – esse olhar se materializa em uma escritura que assume um lugar de cientificidade e legitimidade acadêmica e institucional. A infância tem sido costumeiramente tomada como objeto do saber pelos intelectuais, pensadores, ativistas políticos, pesquisadores, técnicos, médicos, cientistas, membros do governo e profissionais do Estado. Estes são (ou pelo menos têm sido) os *outros* em relação a infância. E assim ela foi marcada historicamente por esta condição de mudez que não é uma mudez “em si”, mas uma construção social e política. É este o impasse: falar sobre um objeto mudo – ou melhor, que é fabricado culturalmente sob o signo da mudez. A historiografia é uma das vozes que se sobrepõe e aborda esse tema e, do ponto de vista do conhecimento histórico, lidar com essa mudez de forma a colocá-la em questão e desnaturalizá-la parece ser um desafio ético e epistemológico.

Dita pela voz do *outro*, perscrutada pelo olhar alheio e enunciada em textos jurídicos, teorias pedagógicas e até criminológicas, metodologias de ensino-aprendizagem etc., assim tem sido marcada a infância como objeto do saber. Desde o século XIX, de forma mais acentuada e sistematizada, a infância tem sido objeto de investigação de diferentes campos como o Direito, a Pedagogia, Pediatria, Medicina, Psicanálise, Psiquiatria, Psicologia, Serviço Social (este a partir do século XX no Brasil) etc.

A infância é algo que nossos saberes, nossas práticas e nossas instituições já capturaram: algo que podemos explicar e nomear, algo sobre o qual podemos intervir, algo que podemos acolher. A infância, desse ponto de vista, não é outra

coisa senão o objeto de estudo de um conjunto de saberes mais ou menos científicos, a coisa apreendida por um conjunto de ações mais ou menos tecnicamente controladas e eficazes, ou a usuária de um conjunto de instituições mais ou menos adaptadas às suas necessidades, às suas características ou demandas (LARROSA, 2000, p. 184).

Pode-se ler a infância a partir de uma nova alteridade e percebê-la como *um outro* que não conhecemos totalmente, e muitas vezes nem superficialmente. Assim, “a infância como um outro não é o objeto (ou o objetivo) do saber, mas é algo que escapa a qualquer objetivação e que se desvia de qualquer objetivo [...]” (LARROSA, 2000, p. 185). Larrosa propõe que pensemos a infância como “enigma”, isto é, espécie de mistério, algo sempre digno do impulso da descoberta, sempre nos motivando para a busca. “A infância, entendida como um outro, não é o que *já* sabemos, mas tampouco é o que *ainda* não sabemos” (LARROSA, 2000, p. 184, grifos no original).

Inserindo neste dilema, este texto delimita o objeto de análise em uma experiência de *governo da infância* que foi possível na Paraíba entre as décadas de 1940 e 1950 a partir da criação da comissão estadual da Legião Brasileira de Assistência (LBA), um órgão criado pelo governo federal com o objetivo de prestar assistência às famílias dos soldados e pracinhas que faziam parte da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e que foram enviados para os campos de batalha da Itália para garantir a participação do Brasil no desfecho da II Guerra Mundial. A LBA foi presidida inicialmente pela primeira dama Darcy Vargas, que se retirou em 1945 em decorrência do fim do Estado Novo (1937-1945) e retornou, posteriormente, quando Getúlio Vargas reassumiu a presidência da República, saindo definitivamente em 1954.

A LBA foi criada em 1942 e atuou em todo o território nacional por meio da criação das comissões estaduais e municipais cujos trabalhos eram orientados e supervisionados pela comissão central com sede na capital federal, Rio de Janeiro. Irma Rizzini (2011, p. 273) afirma que essa instituição assumiu “como prioridade a assistência à maternidade e à infância a partir de 1945, apressando o fim de seus compromissos com as famílias dos convocados”, que

inicialmente tinha sido o foco da instituição. Tal transformação possibilitou que a LBA se alicerçasse politicamente na história das políticas públicas para a infância, tendo perdurado até 1995.

A fim de dar um caráter nacional às ações da LBA, Darcy Vargas convocou, por meio de telegramas, as esposas dos interventores federais no sentido de estimulá-las para que criassem as comissões estaduais e municipais, de modo que as ações pudessem ser descentralizadas. Tanto a maternidade como a infância foram tomadas como demandas, visto que careciam da assistência social que a partir de então o Estado passou a financiar, rompendo com a lógica da caridade que predominara desde o período colonial.

Irene Rizzini (2011) analisa a ruptura que se instituiu passando-se de uma ação caritativa para uma ação humanitária laica definida conceitualmente a partir da noção de filantropia, que indicava naquele momento uma racionalização da caridade, no sentido de pensar os problemas da sociedade, como a pobreza e a miséria, não mais pelo olhar nem pela chave teológica, mas compreendendo tais questões sociais visando transformá-las a partir de critérios e processos técnicos e científicos.

A voz de juristas, médicos, sanitaristas, higienistas, pedagogos, pediatras, assistentes sociais e demais profissionais passaram a tomar a palavra oficial em termos de ação social e orientar os modos com base na proposta do Estado. Ações de assistência social e educação foram pensadas a partir do ideário da filantropia (cf. SCORSIM, 2008), puseram em funcionamento conceitos como “progresso, ciência, tecnologia, abundância, racionalidade, eficiência, gerenciamento científico e padrão americano de vida” (TOTA, 2000, p. 20).

Na Paraíba a comissão estadual foi criada em 1942 e a primeira presidente da instituição foi Alice Carneiro, esposa do interventor federal Ruy Carneiro, nomeado para o cargo pelo próprio presidente da república. Alice ficou na coordenação da comissão até 1945 quando seu esposo saiu da interventoria, mas continuou envolvida nas ações de assistência social às

crianças, algo que marcou sua biografia e tornou-se objeto central nas memórias construídas em torno de sua imagem.

O século XX foi dito, em diferentes momentos, como o “século da criança” por ter sido nele que diversos saberes investiram de forma cada vez mais contínua na elaboração de critérios de avaliação da educação e formação intelectual, tornando possível que se pensasse o processo de desenvolvimento humano desde a infância. Partindo da experiência sueca, entre fins do século XIX e início do XX, Bengt Sandin (1999) historiciza as condições sob as quais o conceito “infância” emergiu:

Em 1900, Ellen Key escreveu seu livro *Barnets Århundrade* [o século da criança], uma dura crítica em relação à maneira como a criança era tratada não só entre o proletariado, mas também nas classes altas. [...] Durante as primeiras décadas do século vinte, os poderes públicos e entidades particulares mobilizaram-se para salvar as crianças de ambientes inadequados e para lhes oferecer melhores condições de vida. A discussão que então se estabeleceu evidencia a existência de conflitos entre diferentes posturas a respeito do que seria o ideal de infância pautada entre a infância romântica e a infância da criança trabalhadora (SANDIN, 1999, p. 02).

O limiar de um novo século tornou possível a emergência histórica da infância. Um novo objeto do saber na ordem do discurso. Compreendo por emergência a definição proposta por Michel Foucault a partir de sua leitura de Friedrich Nietzsche no sentido de que “a emergência é, portanto, a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua juventude” (FOUCAULT, 2012, p. 67). São condições de possibilidade que se constroem historicamente para que certas práticas possam ser transformadas na relação com outras forças que envolvem dominações e resistências.

Na historiografia francesa o tema “infância” surgiu na década de 1960 com a obra *História social da criança e da família*, de Philippe Ariès. Para ele o sentimento de infância surgiu no século XVII, momento de intensas mudanças na Europa com o fortalecimento do Estado moderno e a construção do espaço escolar a partir dos colégios, cujo objetivo foi disciplinar os sujeitos e normatizar suas práticas e

costumes. Uma ressalva feita por Ariès refere-se ao fato de que o surgimento de um sentimento de infância “[...] não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à *consciência da particularidade infantil*, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem” (ARIÈS, 2006, p. 99, grifos meus).

No caso do Brasil, os debates em torno da infância também têm longa data, estendendo-se do fim do século XIX e seguindo o século XX inteiramente por meio de uma ampla e complexa produção e articulação de saberes, bem como na construção e reformulação de instituições, políticas, serviços e suportes para lidar com a criança e a infância. Um momento crucial neste sentido foi a construção do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, criado no Rio de Janeiro em 1899 pelo médico Arthur Moncorvo, cujo trabalho em prol da higiene infantil foi levado adiante por seu filho Arthur Moncorvo Filho já no século XX (WADSWORTH, 1999). No momento posterior ao processo de independência do Brasil o investimento na causa da infância parece ter se fortalecido e ganhado os contornos científicos que ao longo do tempo conduziram a transformações importantes envolvendo setores distintos e contribuindo também para a formação de profissões cujo ofício estava ligado ao trabalho com a infância, como o Serviço Social na década de 1930, no Brasil (CORRÊA, 1997).

Ao discutir a sociologia histórica da infância no país e o surgimento desse tema como *questão de Estado*, Marcos Cézar de Freitas (1997) também destaca a importância dos diferentes profissionais e agentes públicos por meio dos quais essas infâncias foram apreendidas, descritas, compreendidas e tomadas como alvo de uma política.

A criança que se torna sujeito de um processo, qualquer que seja sua natureza jurídica ou o objeto em debate, é apresentada com as práticas narrativas e discursivas do psicólogo, do médico, do jurista, do pedagogo, do assistente social, do sociólogo, etc. Seu comportamento, ou a expectativa sobre seu futuro tornam-se, em centenas de processos, subordinados às considerações expressas naquelas fontes de estudo. Tais fontes operam com imagens sobre a infância que, se acompanhadas do início ao fim dos processos, revelam em muitos casos uma “fantasmagórica” autonomia em relação ao ser social representado na imagem outorgada pelo

argumento científico, solicitado pelo advogado ou pelo promotor (FREITAS, 1997, p. 13).

Foi feita uma série de investimentos sobre a infância, como bem demonstra as análises de Nayana Cordeiro Mariano (2015) acerca do processo de escolarização primária na Paraíba na segunda metade do século XIX como um modelo hígido. Tal instrumentalização dos modos de lidar com a infância ocorreu em diferentes espaços. Eduardo Silveira Netto Nunes (2011) mapeia como a infância foi vista como portadora de um futuro na América Latina entre 1916-1948, datas relevantes do ponto de vista da história política recente, pois a primeira se refere ao *Primer Congreso Panamericano del Niño* em Buenos Aires, do qual o Brasil participou. A segunda data é singular na história da infância e da cidadania, pois marcou a emergência da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH) pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro. Entre dois acontecimentos com efeitos consideráveis do ponto de vista da política internacional, as análises de Eduardo Nunes (2011) proporcionam uma visão panorâmica do que se fez em nome da infância na América Latina.

História da criança no Brasil (1996) consiste em uma coletânea organizada pela historiadora Mary Del Priore e conta com textos de diferentes pesquisadores a partir de pesquisas que tematizam a infância desde o período colonial até a república na segunda metade do século XX. Nos anos 2000, essa historiadora publica nova coleção de textos de história e sociologia da infância com um diferencial importante presente no título, *História das crianças no Brasil*, mostrando a pluralidade da experiência das infâncias e das crianças.

No Nordeste e na Paraíba, em particular, a produção sobre a infância tem focalizado histórias institucionais, de projetos e políticas públicas, das práticas educativas e dos saberes médicos sobre a infância (cf. Menezes, 1999; Miranda, 2008; Moura, 2011). O governo da infância por meio da educação escolar tem sido tematizado (QUEIROGA, 2013), assim como a educação infantil no projeto Pré-Escola pela Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE) em

1979 (SILVA, 2009). Uma história cultural do cotidiano dos menores em Campina Grande foi feita por meio de processos criminais entre 1927 e 1932 (SILVA, 2012), assim como investiu-se na compreensão das identidades que o saber médico-pediátrico construiu para as crianças dessa cidade na experiência da Fundação Assistencial da Paraíba (FAP) entre 1959 e 1979 (SOUSA, 2014), ou ainda pode-se ler uma história dos projetos de urbanização e modernização da Rainha da Borborema e a exclusão social de mendigos, prostitutas e os menores abandonados e delinquentes (ARAÚJO, 2010).

Portanto, inserindo-se nesse campo de pesquisa, delimita-se como objeto de estudo a produção de uma política do corpo infantil na Paraíba entre as décadas de 1940 e 1950 a partir da LBA. Problematisa-se: como foi possível a emergência de uma política do corpo infantil na Paraíba a partir dos saberes e relações de poder articuladas pela LBA na Paraíba? O ponto de partida para a produção dessas leituras é o boletim informativo, uma revista, produzida pela comissão estadual da LBA a partir de junho de 1947. Teve circulação mensal e foi composta por uma arquitetura discursiva que se transformou ao longo dos anos.

Uma arquitetura discursiva

Era mais uma manhã de pesquisas na *Fundação Casa de José Américo de Almeida*, na orla de João Pessoa, quando encontrei os boletins da comissão estadual da LBA. O tempo os marcou naquele espaço em que foram deixados por Ana Alice de Melo, esposa de José Américo de Almeida, ex-governador da Paraíba e romancista. Ela também foi uma das presidentes da LBA no estado, entre os anos de 1951 e 1956, quando seu marido esteve à frente do governo.

O periódico mostrava em palavras e imagens os atores sociais que participaram daquela instituição, o público, tipos de atividades promovidas, prestação de contas, exposição de dados demográficos alertando sobre a situação da saúde da criança e sobre a mortalidade infantil no país e no estado. O periódico era produzido nas dependências da *Tipografia*

Popular Editora, localizada na cidade de João Pessoa, tendo sido fundada em 1913 por Francisco das Chagas Batista, que comprou o prelo de Leandro Gomes de Barros.

Considerar os formatos a partir dos quais esse periódico construiu suas leituras sobre a infância consiste em uma condição imprescindível para a análise dos discursos que o atravessam em letras e imagens. Se uma revista, como o nome sugere, “passa em revista” uma série de assuntos, permitindo com isso uma leitura “fragmentada, não contínua, e por vezes seletiva” (MARTINS, 2001, p. 45), tal modo de construir sentidos deve fazer parte das análises e olhares dedicados a esta questão, compreendendo sempre a relação entre forma e conteúdo de forma problemática e passível de análise. Tânia Regina de Luca (2010, p. 132) destaca que “é importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural”. Parte-se da definição de uma série documental composta pelos boletins informativos produzidos pela comissão estadual da LBA e outros documentos jurídicos e produção de intelectuais sobre o tema da infância no período. O boletim era produzido e circulava mensal ou bimensalmente pelo estado inteiro. Assim, mobiliza-se 33 edições de 1947 a 1955.

Aciona-se o conjunto de ferramentas da arqueologia e da genealogia de Michel Foucault para descrever a emergência de discursos médicos, jurídicos, pedagógicos e assistenciais voltados para a infância e que se articularam em rede para exercer o governo da infância. Descreve-se as regras de formação, a fabricação dos conceitos e objetivos, bem como a multiplicidade e intensidade desses discursos na produção do saber (FOUCAULT, 2008; TUMELERO & SILVA, 2013; VEIGA-NETO, 2007). Entendo por arqueogenealogia não a simples soma de um “método” arqueológico com o genealógico (VEIGA-NETO, 2009), mas uma articulação metodológica que apresenta uma compreensão específica acerca da história e dos procedimentos por meio dos quais se pode construí-la como saber (FOUCAULT, 2012).

A infância no boletim da LBA articula-se à família, ao Estado e às ideias de saúde e educação. A seção do periódico dedicada para a divulgação dos direitos da criança brasileira demonstra diretamente a forma biopolítica de atuação do Estado no controle sobre a vida e um dos seus dispositivos de maior eficiência: *abiorregulamentação* (FOUCAULT, 2010, p. 210). A biopolítica emergiu entre os séculos XVIII e XIX caracterizando o que Foucault chama de uma “era da governamentalidade” que criou as condições para a “governamentalização do Estado”, isto é, “um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política”, é fato também que foi essa forma de ação do Estado que permitiu sua sobrevivência quanto instituição. “Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado” (FOUCAULT, 2012, p. 430). Trata-se de uma tecnologia política que desenhou diversas formas de atuação do Estado em relação à sociedade, tomando não mais apenas o corpo individual como *lócus* de sua ação, mas a população como problema de governo (FOUCAULT, 2012).

Delimitações

O texto é organizado em três partes, compondo-se de três temas-chave: o corpo, o espaço e o tempo. Inicialmente *Miragens do Corpo* compõe a genealogia do corpo infantil a partir das diferentes imagens e textos que tornaram esse corpo um objeto visível e dizível na ordem do discurso. Posteriormente, *Cartografias da assistência* analisa a rede de serviços, instituições e pessoas que prestaram atendimento às crianças e as estratégias de capilarização desse atendimento. Por fim, *Narrativas da Esperança* problematiza a noção de esperança e sua articulação à perspectiva de superação das dificuldades ocasionadas pelas estiagens de 1942 e 1951-52 e a mortalidade infantil.

1 *Pró-Adolescentes, Mulher, Espaço e Vida* (PROAMEV) é uma organização não governamental e filantrópica, que surgiu em 1999 como um grupo formado por mulheres e adolescentes dos bairros Acácio Figueiredo e Cidades, na zona Sul de Campina Grande, na Paraíba, para combater o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Constituiu-se juridicamente como associação em 2004. Em seus projetos tem contado com a parceria de diferentes instituições regionais, nacionais e internacionais como a Cáritas Alemã por meio de cooperação técnica e financeira, atuando em redes de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

2 A partir do trabalho na ONG, ao longo dos anos posteriores a 2007, pude participar de outros espaços e conhecer organizações como o Centro de Ação Cultural (CENTRAC), também localizada na cidade de Campina Grande, mas com atuação em todo o Brasil por meio da Plataforma Mercosul Social e Solidário (PMSS), “uma plataforma de trabalho que envolve 17 Organizações Não Governamentais (7 na Argentina, 3 no Brasil, 2 no Chile, 3 no Paraguai e 2 no Uruguai) que atuam no campo do desenvolvimento local, da educação e comunicação popular, da cidadania e da participação e cerca de 200 Organizações Sociais de Base (OS’s) desses países (jovens, mulheres, rurais e urbanos)”. Pude conhecer experiências de trabalho com a infância e a juventude em países como Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile. Ver: <http://centrac.org.br/programas/programa-mercosul-social-solidario>. Acesso em 20 de jul. 2016.

3 Remontando à origem etimológica do termo, Lajolo (1997) aponta que “esta noção de infância como qualidade ou estado de infante, isto é, d’aquela que não fala, constrói-se a partir dos prefixos e radicais linguísticos que compõem a palavra: *in* = prefixo que indica negação; *fante* = particípio presente do verbo latino *fari*, que significa, *falar, dizer*”.

I - MIRAGENS DO CORPO



Figura 1 - Enfermeiras cuidam de criança em hospital assistido pela LBA.
Fonte: Boletim da LBA, Comissão Estadual, Ano VI, n. 36, Jul/Ago/Set., 1952).

O cenário e o corpo ou o corpo encenado

A janela aberta no fim do quarto permite ver um novo amanhecer que chega numa manhã ensolarada. Além dela uma paisagem marcada pela divisão entre o azul do céu e o verde de árvores longínquas, em montanhas também distantes, põe à vista o entrelaçamento da natureza um tanto próxima com um ambiente planejado, montado, organizado e pensado para cuidar de um corpo doente. Este corpo que está em primeiro plano aparece deitado, coberto por um lençol branco numa cama de ferro acima da qual outra janela permite a entrada do ar e dos insistentes raios solares. Mais adiante é possível imaginar a presença de outro leito. Trata-se de um quarto de hospital. O corpo que estava coberto pelo lençol branco como signo de higiene, é o de uma criança. Deitada, parece levemente abatida, mas fitando uma das enfermeiras que parece lhe endereçar palavras acompanhadas por um toque em seu corpo.

Próximo à cama há um pequeno armário aparentemente de madeira sobre o qual estão dispostos, na parte superior, recipientes necessários para o uso urgente com os residentes do leito ou mesmo para os procedimentos de higienização de rotina como álcool, algodão etc. Este armário está junto a uma parede branca, próxima à janela, que delimita o espaço de um outro leito que a fotografia não permite ver, mas que também tem uma janela que aparece no canto da imagem e permite que no espaço ao lado os mesmos raios de sol também possam despertar e aquecer outros enfermos.

Na parte inferior desse pequeno armário há um espaço livre possível de ser usado para apoiar as cadernetas e receituários médicos em cujas páginas poderiam ser anotadas informações sobre as enfermidades, as particularidades do tratamento, as especificidades do doente e os avanços do tratamento, além das descrições e prescrições sobre os próximos passos do cuidado. Adiante, próximo à janela, um filtro de barro com água limpa e potável compõe o cenário dando um toque artesanal ao espaço hospitalar. Podendo fornecer água tanto para os doentes como para possíveis visitas, e mesmo acompanhantes, a sua função é central na composição de um cenário acolhedor.

Há, então, corpos no quarto. Não somente doentes, mas também dispostos e treinados para operar na cura. Duas enfermeiras observam o corpo infantil sobre o qual dedicam cuidados. A mais próxima ao rosto da criança, de cabelo preto, oferece cuidados, parece sentir sua temperatura, reconhecer o vigor de uma vida infantil pulsante naquele corpo doente e vulnerável. A outra, cujo rosto é mais difícil a percepção, está inteiramente vestida e sua indumentária não lhe permite ver sequer os pés, dado a cobertura quase total do corpo pelo tecido, o que permite pensar na possibilidade de ser uma das irmãs de caridade que atuaram em parceria com a LBA em espaços como o Hospital Infantil Arlinda Marques.

As mãos estão entrecruzadas e os olhos miram o corpo diante dela. É possível que ambas tenham trocado palavras entre si e com a criança no gesto matinal de cuidadoras no espaço hospitalar. É fato que o ritual diário de se aproximar do leito, perceber os comportamentos da criança, indagar-lhe sobre a noite passada, as permanências ou não de sintomas do dia anterior e o modo como a criança se sentia no momento em que dela se aproximavam no alvorecer de uma nova jornada de trabalho constituem alguns aspectos da prática médica, hospitalar e assistencial.

Os corpos na imagem apresentam diferenças entre si e nos usos que fazem do espaço. Trata-se de um espaço compartilhado, como sugere a imagem de outro leito no canto

inferior do lado direito da fotografia. A presença de uma corda dividindo o quarto de um canto a outro e localizando-se acima das duas enfermeiras indica uma linha divisória. Esse é um sinal de que o espaço partilhado podia ser sedimentado e dividido a depender das circunstâncias que viriam a ser vivenciadas por aqueles enfermos. De um momento para o outro um lençol branco poderia ser posto sobre a corda e impor a divisão do espaço entre os doentes, indicando o grau de enfermidade ou as dificuldades que o tratamento estivesse encontrando.

Ao mesmo tempo em que a imagem situa corpos nesse cenário também aponta ausências. As páginas do boletim são repletas de textos escritos por diferentes médicos, como por exemplo, Giuseppe Orlando de Paula Marques, diretor do Hospital Arlinda Marques em João Pessoa. Todavia, o corpo masculino está ausente nessa imagem que torna visível os cuidados com as crianças no espaço hospitalar. Essa ausência abre a possibilidade de pensar sobre a política de formação de profissionais da LBA, pois os cursos e atividades formativas tinham a mulher como foco para lidar com o corpo infantil. As presenças que se deixaram fotografar estiveram naquele espaço, naquele instante, cuidando daquele público porque isso estava articulado a um projeto amplo que formava quadros para atuar nessa política do cuidado.

Indagar e problematizar sobre as condições de emergência histórica do corpo infantil na interface com essa prática médica, descrevendo seus aspectos técnicos, teóricos e os saberes que as controlavam e nos quais se ancoravam, bem como descrevendo suas regras internas, princípios e conceitos centrais para o tratamento e cuidado com o corpo infantil doente e passível de observação, cura e nova socialização, constitui o horizonte de abordagem e o objetivo desta parte do texto.

Essa política da vida infantil emergiu de forma programada e aparentemente unitária na sua forma e em seus propósitos. Todavia, esta unidade aparente foi engendrada por meio da articulação de saberes dispersos, produzidos em

diferentes pontos da sociedade e por diferentes sujeitos cujas produções intelectuais e científicas foram apropriadas localmente como demonstraram as páginas do boletim e a retórica dos médicos que para esta publicação enviaram seus textos repletos de uma erudição e produtores de um “saber esotérico”⁴, isto é, um saber fechado e difícil. Se estruturava com referências científicas e teóricas que guardam um certo grau de hermetismo, mas que esses médicos usam na produção de seus textos.

Foram múltiplas as personagens que fizeram parte da trama histórica que tornou possível as ações da LBA-PB, o que abre a possibilidade para pensar essa política da vida de forma plural. O corpo da criança foi tomado como promessa de efetivação de um ideal de nacionalidade, civilidade e cidadania que compuseram a *formação discursiva médico-assistencial* que tornou possível os discursos da LBA. Construir os fios que permitam tecer uma análise das articulações e conflitos internos e externos a essa problemática de uma política da vida infantil requer tomar em conta alguns princípios de análise: a) reconhecer e tomar como problemáticas as noções de infância, corpo e vida enquanto termos que fizeram parte de um discurso estratégico que, mais do que representar a infância como objeto externo a ele, a construiu de determinada forma e a partir de princípios políticos e formas enunciativas específicas, tornando-a visível e dizível na ordem do discurso como um objeto de saber e poder na forma de um governo de si e dos outros; b) analisar as múltiplas linguagens, estratégias políticas e as diferentes gramáticas em que foram engendrados sentidos possíveis para o corpo infantil tomado como objeto de saber e exercício de um poder por meio da medicina social e do discurso da puericultura como “ciência do bem viver”; c) tomar a temporalidade em que tais enunciações se situam considerando-a na sua dispersão e descontinuidade.

...

O espaço narrado anteriormente e visualmente produzido pela imagem tem como objetivo apresentar não

apenas uma leitura possível sobre as ações em curso, mas sim a “realidade” do que estava sendo feito em prol da infância.

Trata-se então de um registro institucional. Fator problemático na medida em que a própria LBA criou para si uma política de informação e registro, ou ainda uma política da memória e do testemunho de suas ações, visando informar os gestores, educadores, médicos da Paraíba. Isso se materializou na produção do boletim informativo, cujas edições variavam ao relatar ações mensais, bimensais, ou mesmo semestrais, a depender dos recursos para a produção desse material. A fotografia de capa está em uma edição composta por dezoito páginas com conteúdo variado, partindo da coluna *Nossos municípios* com texto informativo sobre a cidade de Teixeira, passando por um texto sobre avanços na medicina com as contribuições de Ambroise Paré (1510-1590), dados sobre assistência jurídica à população, efeitos do sol no corpo humano como remédio gratuito, tuberculose, o câncer como um desafio para a ciência, orientações sobre o tempo para dormir e os efeitos do sono na saúde, informações sobre o hospital Arlinda Marques e seus atendimentos, três balancetes com prestações de conta dos recursos financeiros referentes aos meses de julho, agosto e setembro. Há ainda duas páginas com tabelas contendo informações sobre o movimento do serviço interno da maternidade Cândida Vargas com assinatura do Dr. Danilo de Alencar Carvalho Luna. As informações com o movimento dos postos de puericultura das cidades de Cajazeiras, Pombal e Caiçara, seguida por uma página com quatro portarias assinadas por autoridades da LBA versando sobre a designação de mudança de pessoal nas funções da instituição. As três últimas páginas contêm uma matéria sobre peso e saúde, a cana de açúcar e um poema intitulado *Língua Nacional* assinado por Filgueiras Lima. Na última página figuram os créditos⁵ divididos em *Comissão Central da LBA* com letras maiores informando sobre os cargos da comissão nacional e, com letras menores, mas ainda em destaque no meio da página estão descritos os cargos e respectivos funcionários da comissão estadual.

A estrutura da capa do boletim foi alterada a partir do fim da década de 1940. Nos anos iniciais da LBA o boletim não continha uma capa personalizada.



Figura 2 Capa - Boletim LBA, Ano I, Junho de 1947, n. 2. Em seus primeiros exemplares o boletim apresenta um cabeçalho que permanecerá no mesmo tipo de diagramação nos anos posteriores, mas mudando de posição ao longo dos números do periódico.



Figura 3 Capa - Boletim da LBA, Ano III, Janeiro e Fevereiro de 1949, n. 16. A partir do fim do seu terceiro ano de circulação o boletim passa a contar com novas estratégias de formatação com recursos diferentes de cor, formatos e imagens.

São duas páginas que marcam tempos distintos e momentos específicos na história da LBA. Os modos de compor as páginas obedecem a princípios diferentes de organização dos conteúdos e divulgação das ações. Se é certo que o tipo de conteúdo permanece basicamente o mesmo ao longo do tempo, as formas por meio das quais estes assuntos serão tratados mudaram. Forma e conteúdo constituem-se em uma relação intensa, produtiva e interdependente. O logotipo da LBA é uma marca da permanência na forma do periódico. O círculo é composto com fundo escuro, destacando as 21 estrelas representando cada uma os estados da federação⁶ tendo ao centro a sigla. A localização desse símbolo mudou ao longo do tempo, pois nas primeiras edições esse logotipo aparece na

parte superior direita ao lado do título do periódico e a informação sobre sua localização geográfica, isto é, sendo produzido pela LBA-PB. Nas edições posteriores essa localização foi modificada, principalmente com a criação de uma capa para o boletim a partir do primeiro número de 1949.

Nas primeiras edições apresenta na primeira página um texto informativo, como sugere o título do texto da edição de 1947 sobre a primeira convenção nacional da LBA no RJ. Tal transformação na estrutura do boletim esteve relacionada com o objetivo de construir uma identidade visual. A marca da experiência de leitores com o informativo estava presente na edição de 1949. O nome “Procuradoria” escrito à mão indica a possível rede de circulação desse periódico, pois parece dizer de um público leitor específico. As ações da LBA tinham autonomia administrativa e técnica, mas não estavam aquém da estrutura organizativa do Estado. Suas ações se articulavam com departamentos de saúde, educação, assistência social, estatística e, especialmente, com o Departamento de Maternidade e Infância (DMI).

A presença de fotografias com autoridades, eventos oficiais ou narrando visualmente ações desenvolvidas na PB ou no país eram cruciais para gestar o *efeito de real* desejado (BARTHES, 2004). Ao apresentar as imagens do espaço, personagens, traços e possíveis resultados de um “acontecido”, tal registro produz um efeito de realidade que se ampara, basicamente, no desejo de convencer e significar o mundo. Ainda sobre a materialidade do periódico, as cores do boletim mudaram ao longo das edições após 1949. A primeira edição colorida era azul, mas foi seguida de outras em que cada capa era produzida de forma personalizada. As letras azuis são acompanhadas por um fundo também no mesmo tom, mas um pouco mais claro. A localização do logotipo foi sendo alterada e na edição de 1949 esse símbolo foi deslocado para a parte inferior esquerda da capa, acima das informações sobre número, ano e mês de edição do periódico. Assim, diferentes recursos foram acionados ao longo das edições para inventar uma infância governável, construída a partir de diferentes

práticas discursivas que articularam saberes médicos e jurídicos. A problemática do corpo infantil como alvo de uma política de Estado também foi estudada pela historiadora Michele Tumelero (2010), cujas reflexões em torno da ação da LBA em Chapecó (SC) também apontam a centralidade da família como foco de transformação das relações com a criança.

A fotografia que abre esse texto pode ser tomada como algo que documenta essa preocupação e esse objetivo em torno do corpo. Ao mesmo tempo em que a imagem busca construir uma visualidade sobre o espaço em que aquele corpo estava sendo atendido, apresentando os diferentes componentes materiais e humanos que fizeram parte desse dispositivo médico e assistencial, pois “os mecanismos de poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada” (FOUCAULT, 1988, p. 138).

Os olhos das enfermeiras que fitam o corpo infantil doente podem ser entendidos como a extensão do olho do Estado. Esse olhar é sintomático de uma relação de poder que não se dá apenas no sentido da subjugação e do controle coercitivo. É uma relação produtiva. Trata-se de uma relação em que o saber médico é considerado o autorizado a descrever as condições de vida. Tal movimento é seguido de outro que se refere à prescrição e diagnóstico do que pode e deve ser feito pelo médico e pelas equipes profissionais a ele articuladas, sendo todos pertencentes ao mesmo espaço em que saber e poder se cruzam em prol da gestão da vida infantil.

São imagens públicas e esse estatuto político interferiu de maneira intensa nos processos de produção dessas imagens. Mas, o que registrar? A quais lugares ir e como privilegiar a missão da LBA na miríade de cenas que os fotógrafos teriam a oportunidade de ver? Que operações esse olhar habilitado poderia produzir? Quais personagens deveriam ser posicionados propositadamente diante da câmera?

...

— “Ninguém mais do que eu pode atestar os bons serviços que a Legião Brasileira de Assistência, tem prestado em todo o Brasil” — disse o presidente Eurico Gaspar Dutra na primeira Convenção Nacional da LBA realizada no Rio de Janeiro entre os dias 26 de maio e 4 de junho de 1947.⁷ Trata-se de uma fala muito bem situada. Elogiar a ação da LBA no espaço estratégico em que seus projetos estavam sendo discutidos.

Estavam presentes no evento não apenas profissionais da LBA, mas outras pessoas “gradas” da sociedade carioca, como informa a primeira página da edição de junho de 1947. Aqueles dias em que se realizou a primeira convenção nacional da LBA foram marcados por passeios para conhecer as paisagens e o projeto moderno viabilizado na capital federal.

O cheiro das folhas verdes somadas ao concreto e ao espaço urbanizado do Parque da Gávea provavelmente foram percepções sensíveis experimentadas por Ednaldo de Luna Pedrosa, presidente da comissão da LBA-PB e um dos representantes do Estado naquele evento. Usar os dias de realização do evento para demonstrar a efetividade das ações da LBA na cidade do RJ e ao mesmo tempo atualizar a proposta de intervenção social foi uma das estratégias dos organizadores.

Otávio da Rocha Miranda era o presidente da comissão central da LBA naquele momento e foi responsável pela organização da convenção. Formou uma comissão com profissionais da LBA para travar diálogos com os ministros de Estado do Trabalho, Educação e Justiça, respectivamente os Drs. Morvan Dias de Figueiredo, Clemente Mariani e Benedito da Costa Neto. A pauta era uma só: divulgar os projetos da LBA e buscar parcerias. Como presidente do órgão, cabia a Otávio fazer um relato sobre o histórico da LBA e descrever seus projetos. “Em uma rápida explanação o dr. Otávio da Rocha Miranda declarou que já estão traçados planos concernentes à prevenção à tuberculose, este terrível mal que todos os dias extermina tantas vidas”. Concluindo sua fala “o orador fez um esboço da repercussão que os serviços da LBA

têm tido em todos os recantos do Brasil”⁸. De fato, as ações se multiplicaram pelo país e com “apenas 3 anos de existência, em 1945 a LBA já existia em 90% dos municípios brasileiros” (SPOSATI, 1989, apud TUMELERO, 2010, p. 57).

O contato com os diferentes ministros teve como um dos efeitos a produção de uma lembrança em torno das condições em que instituição surgiu no país, como aparece na fala do ministro da Justiça, Benedito da Costa Neto: “[...] o Brasil jamais poderia esquecer os nobilitantes serviços que a LBA, prestou aos brasileiros justamente, numa das horas mais graves da nossa história, quando os nossos ‘pracinhas’, se encontravam na luta, nos campos da Europa”.⁹

O pronunciamento se refere ao momento de emergência da LBA. Em meados do século XX o papel do homem na família foi alvo de muitos discursos que pregavam a moral e a construção de uma família nuclear em que a figura paterna era considerada a base, assegurando a sobrevivência por meio do trabalho e o exemplo masculino para a prole. Às mulheres era dado o espaço doméstico como o seu lugar por excelência como mãe e dona de casa. Assim, coube ao Estado assistir essas famílias e, simbolicamente, substituir temporariamente a figura paterna durante o conflito.

Entretanto, a notícia dessa primeira convenção da LBA está datada de junho de 1947, isto é, após o término do conflito. Isso se refere ao grau de continuidade das ações. Na PB uma demanda específica havia particularizado as ações: a seca de 1942. Na prática, as ações da instituição atenderam a demandas locais de assistência à infância e maternidade, contribuindo para o enfrentamento de problemas estruturais da sociedade brasileira. A historicidade de tal intervenção na PB ajuda a particularizar o que ocorreu localmente.



Figura 4 – Fotografia da I Convenção Nacional da Legião Brasileira de Assistência realizada no Rio de Janeiro em maio e junho de 1947. Boletim da LBA, Ano I, Junho de 1947, n. 2, p. 1.

A fotografia enfatiza o espaço e reafirma a ideia de coletividade presente no termo “legião”¹⁰ como corpo coletivo de pessoas em prol de uma determinada causa. Visava-se a produção de um sentimento nacional, uma proposta de coesão política e ética no compromisso com o “outro”. Irene Rizzini (2011) historiciza o processo que marcou a transformação ou ruptura entre uma ação caritativa, marcada pela ação da Igreja Católica e que tinha suas bases desde o período inicial de colonização da América Portuguesa, e a promoção de uma filantropia como ação humanitária e socialmente engajada. “A força da filantropia resultou da urgência em ajustar as bases do Estado liberal, na lógica capitalista, à realidade da sociedade moderna, uma espécie de ajuste entre liberdade e ordem, mercado livre e trabalho (RIZZINI, 2011, p. 94).

Compreendendo que as imagens tecem uma história, esta imagem narra os personagens de uma cena produzida para ser visibilizada, vista, comentada, elogiada e aplaudida. Afinal de contas se aproximava o fim da década de 1940, a guerra havia terminado e a LBA permanecia firme nos seus propósitos apesar das crises e tensões envolvendo a figura de Vargas. Olhar para trás e reconhecer o seu legado, como fazia Otávio Rocha nas suas visitas às autoridades, era o ponto de partida para continuar aquele projeto nacional de governo da infância.

Mas por que governar fazendo tantas alusões à infância? Essa genealogia do corpo infantil desenha-se na esteira de uma análise biopolítica, compreendendo assim “o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (FOUCAULT, 1988, p. 134).

No boletim da LBA o texto escrito e as imagens dialogam diretamente na medida em que lançam mão de recursos distintos para dizer o mesmo, basicamente. Um convence pela palavra, o outro pelo poder de fazer ver. A construção das diferentes visibilidades e dizibilidades sobre a infância toma como ponto de partida estas e outras estratégias narrativas para dar divulgação às ações da Legião, o que traz a conotação de que o discurso da instituição é profundamente laudatório, autocentrado. Por outro lado, se é fato que a LBA se afirma como política de Estado é também notável que a sua articulação com a sociedade civil foi uma condição sem a qual suas ações não se efetivariam. Desse modo, apresentar de forma elogiosa a informação de que o cardeal do Rio de Janeiro, D. Jaime Câmara, estivera presente na convenção foi uma maneira de afirmar as redes de sociabilidade, os contatos estratégicos, os parceiros e parcerias que se somavam aos propósitos da LBA. O nome da “sua eminência” D. Jaime figura ao lado de líderes do setor industrial e comercial como Euvaldo Lodi, que naquele ano se elegera como deputado federal por Minas Gerais e já tinha uma história ligada à política, tendo participado da Constituinte de 1934 e sido um dos fundadores do Serviço Social da Indústria (SENAI) em 1946, atuando como um dos diretores.

Apesar das páginas do boletim tecerem elogios e falar da importância da articulação com a Igreja como setor relevante nas causas sociais, é fato também que quando houve a implementação da LBA-PB em 1942 a postura do Estado em relação à Igreja resultou em conflitos. Ao analisar a história política paraibana entre as décadas de 1930 e 1940, Jean Patrício da Silva (2013) destaca transformações na política do Estado a partir da interventoria de Ruy Carneiro. Dentre as mudanças operadas ele destaca que se até então a relação entre Estado e Igreja tinha sido construída de forma um tanto amistosa e com certo grau de proximidade, tendo em vista que Argemiro de Figueiredo, na posição de interventor, fortaleceu a aliança com a Igreja justamente por valorizar seu corporativismo e capacidade de controle social sobre a

população nos quesitos educação e trabalho (SILVA, 2013, p. 50), por outro lado, quando Getúlio Vargas decidiu intervir na política paraibana nomeando Ruy Carneiro como sucessor os termos da relação Estado e igreja passaram a operar noutro tipo de registro. A partir de então se passou a usar critérios de análise e intervenção social baseados mais no discurso científico do que no discurso religioso.

Silva (2013) destaca ainda que poucos fatos políticos tiveram tanta repercussão no governo de Ruy Carneiro como o primeiro ato feito por ele com base no decreto nº 50 que foi publicado no *Diário Oficial* no dia 17 de agosto de 1940 e que extinguiu o Serviço de Assistência Social (SAS) que era presidido pelo cônego José Coutinho, mais conhecido como Padre Zé. “A explicação para a extinção foi a crise financeira, que não permitia o funcionamento da requerida repartição, e a falta de organização administrativa e financeira do órgão” (SILVA, 2013, p. 84). No entanto, tomando em conta que o governo foi a cada momento reforçando sua postura política de viabilizar ações de assistência cada vez mais laicas e pautadas em critérios técnicos, pode-se ler que este foi apenas o primeiro passo para a ruptura do Estado com a Igreja.

Ao assumir o governo da Paraíba em 1940, Ruy Carneiro “herdou” uma estrutura administrativa e financeira endividada e em profunda crise como resultado da gestão de Argemiro de Figueiredo. Tal situação foi uma das condições de possibilidade para que a sua gestão fosse caracterizada como centralizadora e com forte ímpeto de racionalização da gestão das políticas sociais. “Essa contenção de gastos fica bastante clara nos primeiros meses da administração Ruy Carneiro, em virtude não só da propaganda governista, mas também pela desaceleração do ritmo de obras efetuadas pelo governo” (SILVA, 2013, p. 112). Mas é fato também que esse desejo de maior racionalização da administração pública baseada em critérios de eficiência e efetividade, em curto prazo, foi algo característico também da gestão getulista e que reverberou nas políticas de assistência para a infância. Esse tipo de postura aparece de diferentes maneiras no boletim a partir do modo

como são apresentados os critérios e princípios da gestão das ações, as prestações de contas dos recursos financeiros da entidade a partir da divulgação dos balancetes mensais, trimestrais e mensais.

Múltiplas articulações, diversos processos de influência política e incidência em diferentes espaços faziam parte do jogo de construir e alimentar a política para a infância naquele momento. Não eram destoantes desse tipo de cena os corpos presentes na imagem acima. Trata-se de uma foto posada. Uma pose compartilhada por homens e mulheres naquela cena, visando registrar e transmitir para um tempo futuro a imagem de uma legião comprometida com a causa da infância. A foto havia sido feita no final da convenção, logo após o almoço de encerramento.

Tomando a fotografia como objeto de reflexão, Peter Burke (2004) diz que "[...] um artista não é uma câmera, mas um comunicador ou comunicadora com sua própria agenda" (p. 111). Neste sentido, pode-se pensar como o fotógrafo que produziu essa imagem é parte constitutiva da leitura que se quer oferecer a uma determinada comunidade de leitores. Mas havia algo a ser comunicado! O “como” dessa comunicação muito deve à escolha que esse profissional fez sobre o melhor ângulo, a forma considerada adequada para registrar essas diferentes presenças. Toda imagem é portadora de, no mínimo, uma mensagem. Como se tratava de uma fotografia de imprensa ela estava destinada a aparecer junto com um texto que a explicaria e a deixaria situada.

Essa imagem que recorta um momento final da primeira convenção nacional da LBA e apresenta visualmente os personagens que participaram do evento estava situada em uma edição do periódico composta, como de costume, por notícias diferentes. A edição trazia, logo em seguida à matéria central sobre o evento no RJ, um texto informativo sobre alimentação dos recém-nascidos, prescrevendo as formas como se poderia evitar a perda de peso pelas crianças e com isso garantir condições físicas mínimas para a sobrevivência. Também advertia que a perda de peso das crianças também é fator

natural que faz parte de seu desenvolvimento e só pode se tornar motivo de preocupação a depender do olhar médico.

Tal exemplar apresenta ainda um texto acompanhado por uma fotografia da Maternidade Cândida Vargas, que foi inaugurada no ano de 1945, no bairro de Jaguaribe, durante a gestão de Ruy Carneiro, com recursos da LBA. Dados sobre o movimento de público na clínica dentária da Maternidade aparecem em uma lista composta por tipo de atendimento e o número pessoas atendidas. Uma página (nº 5) foi dedicada integralmente para a impressão de uma tabela com dados do movimento de doentes.

Os dados referem-se aos atendimentos nos meses de janeiro a maio de 1947. Em seguida há outra tabela, desta feita com o balancete do mês de maio de 1947. Adiante (na página 7) são apresentados pequenos textos com informações sobre a saída do Sr. Luiz Ribeiro dos Santos da função de presidente da comissão estadual da LBA e notas sobre a procuradoria do Estado, o serviço de puericultura em Cruz das Armas e a continuação do texto sobre perda de peso infantil, pois no boletim os textos eram divididos em páginas espaçadas na edição. Por fim, apresenta na última página dois textos divididos de forma vertical numa mesma tabela, abordando as atividades da LBA-PB, focando nas sindicâncias e a demonstração dos recursos financeiros usados pela instituição para apoiar as vítimas da enchente ocorrida em 1947.

As múltiplas edições do boletim foram produzidas de acordo com uma estética e uma política da palavra que construiu o objeto de que falava de uma maneira performática e inventiva. Ana Luiza Martins (2001) faz algumas reflexões em torno dos estudos que tomam a revista como fonte ou objeto de pesquisa e destaca que a própria expressão “revista”, derivada do inglês *review*, foi sendo construída ao longo do tempo e passou a ser lida como sinônimo de boletim, que no caso aqui em estudo é o nome dado para a publicação mensal.

No que se refere à especificidade da revista como fonte de pesquisa vale destacar que o próprio nome é sintomático daquilo que a publicação propõe fazer ver: “nos dicionários de

língua portuguesa, a gênese da palavra *revista* é situada no final do século XIX, quando, desgarrada do significado usual de ‘passar a tropa em revista’, assume o status de publicação (...) e nesse sentido passa a ser compreendida como um “título de certas publicações periódicas em que são divulgados artigos originais de crítica ou análise de determinados assuntos” (FREIRE apud MARTINS, 2001, p. 45).

Educar, o verbo potenciado

Definir e prescrever os procedimentos a partir dos quais o corpo infantil seria tratado, educado e medicado pela família e pela sociedade, esta foi a tônica do discurso médico-pedagógico que permeou as ações da LBA. Em 1947 a última página da edição de agosto do boletim tinha o seguinte título: “Como a criança deve viver”.¹¹ Esse sentido de dever foi amplamente materializado nas páginas da LBA, mas o sentido de dever iria também ser inscrito em práticas educativas e formas de construir relações no espaço escolar.



Figura 5 – Crianças se alimentando no Grupo Escolar Antonio Pessoa, na capital.
A União, 15 de abril de 1944.

Diante dos olhares vigilantes das professoras, as crianças comem. O espaço escolar em que estão é ocupado por elas diariamente e a partir dos critérios definidos pela gestão da escola. O desenho espacial é ordenado visando favorecer a circulação e a ordem nos momentos de refeição entre as crianças. A disposição das mesas e das cadeiras possibilita a partilha de um momento considerado muito importante como a hora de se alimentar, uma vez que não estando à mesa diante de seus pais, as crianças estariam diante das professoras,

autoridade substitua do pátrio poder e junto dos colegas e companheiros da jornada escolar diária.

Três professoras estão próximas às crianças divididas em duas fileiras. A distribuição dos corpos no espaço obedecia a uma ordem e ficavam em sintonia. A posição no assento, o gesto com as mãos — que fora captado num instante pelas lentes do fotógrafo —, o olhar atento ao alimento e a expressão de obediência aos olhares vigilantes compõem um cenário educativo marcado pela educação moral e higiênica. Tal imagem aparece em uma matéria do jornal *A União*, periódico oficial do Estado, cujo tema era a contribuição no valor de 73 mil cruzeiros que a LBA-PB forneceu às escolas de João Pessoa para garantir a merenda escolar diariamente às crianças.



Figura 6 – A LBA e a merenda escolar em João Pessoa. *A União*, 15 de abril de 1944.

Ampliando o campo de visão percebe-se mais crianças, outras personagens desse enredo. As crianças são significadas por aquilo que lhes é exterior e estranho: a Nação. Escrita com N maiúscula significava atribuir um sentido ainda mais forte para o grande projeto do governo de Getúlio e por todos os interventores que fizeram coro na construção da nacionalidade. As diferentes crianças, portadoras de múltiplas singularidades, são articuladas pelo princípio da unidade no espaço educativo.

Chama atenção as personagens de pé, próximas às colunas, observando as crianças que se alimentam e, especialmente uma criança que, do lado esquerdo também está de pé e olha para a direção do fotógrafo, parecendo observar aquele que num gesto de captura a tornaria perene na imagem. Barthes também nos lembra que em toda fotografia há um espetáculo que lhe é subjacente: um retorno do morto. Talvez aquela pequenina criança não tivesse pensado nisso naquele

momento em que tirou da cena da alimentação o foco do seu olhar. Talvez a presença do fotógrafo fosse uma novidade, algo pouco comum e que ela buscava entender.

O fotógrafo estava ali a trabalho e tinha sido enviado pel'*A União*. Por meio do trabalho dele a face daquela menina seria captada e deslocada no tempo. As mãos da menina estão juntas, o olhar parece sereno e firme enquanto a outra ao seu lado está distraída olhando uma possível troca de objetos protagonizada por um homem e uma mulher mais à frente. Entre as duas últimas colunas do lado esquerdo da sala de refeições um corpo masculino, encostado sob uma das colunas e, aparentemente, usando gravata, é mais um sujeito cujo olhar está deslocado do foco da cena protagonizada pelos meninos e meninas que fazem a refeição. Seria possivelmente um funcionário da escola que se somava ao grupo de adultos que ao rodear as crianças as lembravam das regras da casa.

Criar uma narrativa sobre a escolarização da infância na Paraíba, como ocorre na matéria de *A União*, obedece a uma regra fundamental que é criar efeitos de realidade, instaurar imagens e escrever textos que pesem sobre o mundo.¹² O texto diz que “torna-se difícil obter um perfeito rendimento de crianças assim subalimentadas”, como era o caso de muitas crianças assistidas pelo grupo escolar Antônio Pessoa. Tal situação econômica e social da família repercutia diretamente no processo educativo daquelas crianças, mas o jornal deseja mostrar que diante dessa situação, mais uma vez a ação da LBA teria sido certa ao doar os 73 mil cruzeiros. Como se pôde perceber ao longo dos dias essa atitude política gerou “sensível e animador aumento da frequência” nas escolas.

“Nas condições atuais de vida da população”, dizia a matéria, “com a carência de todos os gêneros essenciais ao seu abastecimento, qualquer medida que vise atenuar a situação alimentar dos escolares se reveste da maior significação”. Por isso mesmo a “oportuna iniciativa” da Sra, Alice Carneiro desempenhou um papel importante, transformando a vida escolar na capital, possibilitando que a partir dali as “deficiências alimentares” das crianças fossem superadas.

A proposição de garantir a “integridade física e mental” das crianças faz parte da política do cuidado com o corpo infantil e se constrói como enunciado estratégico na medida em que o corpo é descrito na sua integralidade. Não se separava ali o desenvolvimento intelectual possibilitado pela educação escolar e o desenvolvimento físico e psicomotor. A alimentação adequada foi vista como elemento fundamental para garantir que o desenvolvimento cognitivo e corporal da criança escolarizada ocorresse no tempo e na forma adequada.

Essa transformação local se deu em um momento histórico em que a preocupação com a infância partia de diferentes pontos no Brasil e no exterior, bastando lembrar a realização do *Primer Congreso Panamericano del Niño* em 1916 em Buenos Aires e o fato ainda do dia 12 de Outubro ter sido instituído como *Dia da Criança* no Brasil pelo decreto nº 4.867 de 5 de novembro de 1924. Esta data foi definida em um momento marcado por debates em torno do aleitamento materno e higiene infantil, provenientes do século XIX quando o médico Arthur Moncorvo criou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro em 1899.

Entrando no século XX uma série de ações sociais, políticas e jurídicas continuaram fazendo da infância um tema e um lema para proposições políticas, a exemplo do *Manifesto dos Pioneiros da Educação* de 1932. Pela primeira vez se propunha a construção de um sistema de educação no país, de modo que fosse possível construir unidade e coerência para uma educação que se articulasse com um projeto de nação. A invenção do dia da criança tinha, assim, “uma explícita associação com a comemoração da ‘descoberta’ da América” e a escolha da data aconteceu em 1922 no fim do “3º Congresso Americano da Criança, realizado com o 1º Congresso de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro” (PARADA, 2011, p. 346).

As transformações vivenciadas na educação pública entre as décadas de 1930 e 1940 apontavam para a necessária interação entre os serviços de educação, saúde e assistência, como estava claro no *Manifesto*.¹³ Tal documento pode ser lido

como um acontecimento na história da educação brasileira, pois a partir dele foi instituído um sistema nacional de educação, algo que até aquela data não havia sido implementado como política pública de Estado. Havia uma simbiose entre as políticas de assistência e as de educação e saúde. Todas tiveram um efeito político forte sobre o corpo infantil, visto que em maior ou menor medida elas se estruturavam na vontade de produzir saber sobre a criança e com a intenção de formá-la de acordo com os interesses socioeconômicos da nação. O próprio discurso dos pioneiros da educação é elucidativo nesse sentido, uma vez que visava incutir nos corpos e mentes infantis os princípios da “disciplina, solidariedade e cooperação”, inspirados na obra do filósofo e pedagogo John Dewey (1859-1952).¹⁴

A proposta era que a educação tivesse uma função pragmática em relação com o meio social, daí a necessária interação com serviços de assistência. A ação extensa e intensiva da escola sobre o indivíduo era um pressuposto básico, o que por sua vez não destoava das ações de assistência que também se desenvolviam à época. Contudo, o surgimento da LBA foi posterior ao manifesto da educação nova, mas dialogou com tal modo de pensar a educação. Para a LBA era importante formar homens cultivados e úteis à sociedade sob todos os aspectos.¹⁵

Aquele era um momento histórico marcado por uma significativa transformação na percepção do corpo da criança e do jovem no Brasil. Maurício Parada (2011), estudando a relação entre o corpo infantil e o corpo nacional nesse período, enfatiza que essa transformação na década de 1930 se deu porque “até aquele momento, apesar de algumas iniciativas governamentais e parlamentares, esse tema estava predominantemente associado a eventos patrocinados e desenvolvidos por clubes e organizações privadas”. A mudança se deu quando o governo Vargas “consolidou uma prática intervencionista a esse respeito e, nesse processo, duas ideias conduziram a uma nova relação entre política e corpo: a preocupação com a educação e com o civismo” (PARADA,

2011, p. 351). Após a imagem com educadores e crianças, se vê uma fotografia diferente, sem presença humana alguma. Àquele cenário surge outro, o da cozinha.

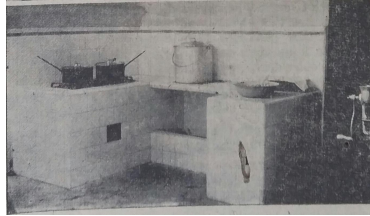


Figura 7 – Fogão usado na escola Antonio Pessoa, na capital. A União, 15 de abril de 1944, p. 7.

A cozinha é apresentada como parte complementar e significativa no contexto escolar. No canto da fotografia um pequeno moinho manual indica que o milho era um dos elementos que compunha o cardápio escolar. As duas panelas pretas no canto oposto da imagem, cada uma acompanhada por uma concha, estão sob o fogo que aquece e coze os alimentos. A distribuição dos objetos no espaço ocorre de maneira que não estão tão próximos e não há alimentos dispersos sob a mesa que antecede o fogão à lenha, o que pode indicar o cuidado com os recursos disponíveis e o cuidado higiênico no preparo das refeições.

“Ontem, estivemos no grupo escolar Antônio Pessoa, desta cidade, à hora da merenda, que constava de uma succulenta sopa de verduras variadas”, diz o autor do texto cujo nome não figura no jornal. A proposta de mostrar a efetividade da ação do Departamento de Educação em parceria com a LBA não poderia deixar de lado o apelo à apresentação do número de 324 crianças atendidas diariamente ali. Outros grupos também foram apoiados como as escolas Isabel Maria das Neves, Pedro II e a Escola de Aplicação. A dietética aparece como um valor fundamental, pois trata de uma relação que a criança paulatinamente construiria consigo mesma a partir do ato de se alimentar, higienizar-se e lidar com o seu corpo. Trata-se de uma política que visa construir sujeitos, uma vez que “a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em

termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT, 2012, p. 133-134).

Em tal contexto a imagem, ao produzir sentidos para o mundo, é portadora também de uma dupla poética, como enfatiza Jacques Rancière (2012) ao dizer que a fotografia se tornou arte não porque “aciona um dispositivo opondo a marca do corpo à sua cópia”, mas porque as imagens são, ao mesmo tempo ou separadamente, “os testemunhos legíveis de uma história escrita nos rostos ou nos objetos” e também “puros blocos de visibilidade, impermeáveis a toda narrativização, a qualquer travessia de sentido” (RANCIÈRE, 2012, p. 20). A articulação que se dá entre o visível e o dizível deve ser considerada enquanto problema na leitura das imagens pois obedecem a tipos específicos de produção de leitura.

“Higiene alimentar do lactente”, este era o título de outra matéria escrita pelo médico puericultor João Soares da Costa, que foi diretor do Banco de Leite Humano na cidade de Cruz das Armas. Em seu texto que tem o sentido de ser uma orientação para as mães no trato com o corpo dos filhos, afirma que a abordagem não tem como objetivo ser uma descrição completa da “dietética do lactente” nem resolver um assunto tão forte, mas pretende “focalizar alguns dados, sem dúvida valiosos para quem quer que pretenda empreender trabalho mais aprofundado”.¹⁶ A preocupação com a alimentação pretendia “melhorar a alimentação defeituosa e insuficiente de nossas crianças, salvando-as do abandono em que se acham e das condições de miséria e penúria atuais”.

“Nada mais proveitoso, mais importante, mais urgente do que encetar uma ampla campanha no sentido de uma melhor alimentação, o que é indispensável à formação de uma raça sadia e forte”, diz o médico João Soares. Tudo estava articulado pela ideia de uma eugenia constitutiva dessa política do cuidado, pois visava-se criar uma raça sadia e forte.

O cuidado com a alimentação aparece em momentos distintos e em textos urdidos por diferentes profissionais. O médico Giuseppe Orlando de Paula Marques diz em um dos

seus textos para o boletim: “em todos os tempos e mais especialmente após a revolução francesa, todos os sistemas filosóficos – políticos ou não – primaram sempre por defender ‘os direitos do Homem’”. Argumenta que, de “certo. O Homem, sim, tem seus direitos. Em nenhum deles, no entanto, se pensou em defender os deveres do “Homem”.¹⁷ Assim, a LBA cria uma leitura acerca da história como experiência humana no tempo e no espaço. Ao falar dos direitos da criança como questão política, o autor visa mostrar como a conquista do direito da criança só pode ser compreendida dentro de uma trajetória histórica mais ampla. Encadeia acontecimentos sem os quais tal questão ficaria desarticulada e teria sua própria compreensão comprometida. Lê-se uma crítica ao tipo de formulação de direito possibilitada de maneira mais incisiva a partir da Revolução Francesa de 1789. Mobiliza-se um passado longínquo para legitimar ou respaldar um tipo de discurso que será montado ao longo dos parágrafos subsequentes. O texto de abertura dessa edição do boletim tem como principal objetivo fazer uma crítica ao modo como os sujeitos até então vinham pensando o exercício de seus direitos. Adiante, afirma-se que tal concepção de direito teria incorrido em “individualismo”.

Tal entendimento fica claro quando diz que “o Homem de hoje não pode gozar egoisticamente de seus direitos”.¹⁸ O exercício dos direitos não poderia “esquecer dos deveres que dizem respeito a todos, para usufruir prazenteiramente dos direitos que lhes outorga a sociedade, [pois isso] não é só um ‘pequeno esquecimento’ e sim um verdadeiro crime de lesa sociedade”.¹⁹ Daí percebe-se que o direito se dá pelo contrato, por um acordo firmado mutuamente e cuja efetividade parte, substancialmente, de uma postura individual que se coadune ou esteja em perfeita consonância com a coletividade.

Ora, todo pronunciamento é histórico. Logo, o discurso em prol do direito da criança que atravessa essa fala do médico Giuseppe Mendes não estava alheio às condições de possibilidade em que vivia, fosse para referendá-lo ou para negá-lo. Sendo o discurso jurídico atravessado por forças e sentidos que circulavam na época, percebe-se que a

Constituição de 1934 trazia o amparo e assistência aos desvalidos como direito a ser assegurado por Estados e Municípios. Assim como estabelece em seu artigo 138 a promoção de serviços para a infância e a maternidade com foco na educação eugênica, socorro às famílias e proteção da juventude contra toda exploração e abandono, fosse físico ou moral. Trazia ainda o princípio da higiene social como fator que contribuiria para reduzir a propagação das doenças.²⁰

Por sua vez, a Constituição de 1937 também tematizou a infância, mas esta foi elaborada sob o Estado de sítio imposto por Vargas e fortemente “inspirada no fascismo italiano”, como analisa o sociólogo Edson Passetti (2013, p. 360). Esta carta trazia em seu artigo 127 a prerrogativa de que a infância e a juventude deveriam ser tratadas como objeto de atenção pública, sendo titulares de garantias específicas. Deviam ser asseguradas as condições físicas e morais de vida sã e o desenvolvimento de suas faculdades.²¹ Posteriormente, a Constituição de 1946, elaborada no contexto da redemocratização, dava continuidade ao modo de abordagem da infância, enfatizando no seu artigo 164 a obrigatoriedade da assistência à maternidade, à infância e à adolescência em todo o território nacional, bem como o amparo do Estado às famílias numerosas.²²

Considerações desse tipo contribuem para perceber as continuidades e transformações que ocorreram ao longo do tempo na compreensão da infância, principalmente no que dizia respeito às ações desenhadas pelo Estado e sociedade civil. Tais mudanças foram convergentes na formação de um modelo de atendimento para a infância. De fato, todas essas engrenagens e dispositivos institucionais foram forjados tendo no corpo seu suporte mais básico e sensível sobre o qual os efeitos desejados poderiam ser produzidos na conformação de subjetividades. Dispositivo no sentido de “um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas etc.”, pois de modo mais sucinto pode-se dizer que “o dispositivo em si mesmo é a

rede que se estabelece entre esses elementos” (AGAMBEN, 2009, p. 129).

O texto de Giuseppe Marques estava situado em um momento de forjar expectativas e justificar projetos em torno da infância. Há um uso do passado como forma de legitimar conquistas ou situações do presente e criar o efeito de credibilidade em relação a determinado tema, como o direito da criança. Se o Estado Novo tinha aberto as possibilidades para a garantia de direitos sociais, por outro lado sentia-se também a necessidade de rever a compreensão sobre estes direitos com o intuito de não incorrer numa atitude hedonista. Um novo contrato social se formara e o corpo da criança era o ponto fulcral desse debate entre o Estado como garantidor de direitos e os homens e mulheres, pais e mães que se responsabilizariam pelas crianças, assumindo o dever de fazer com que essas crianças se tornassem cidadãs saudáveis e aptas para servir ao Estado e à sociedade quando fossem chamadas a essa tarefa.

No boletim se dizia que: “Só um ser humano tem unicamente direitos e não deveres – a criança”. Nesse sentido há novamente um princípio de individualização que a caracteriza de modo peculiar ao dizer-se que “todos têm deveres para consigo e ela ainda nenhum dever para com todos. Estes direitos que tem a criança e os deveres que lhes são devidos pela sociedade acham-se constitucionalmente concatenados em forma de lei que, em nosso País, tomou vulto de excelso”.²³

A criança emerge nesse discurso como o centro da proteção do Estado e da sociedade, instituindo uma espécie de fissura no próprio discurso de cidadania que o Estado Novo criou. Se a cidadania era mensurada e garantida considerando-se principalmente o indivíduo como força de trabalho (FONSECA, 2007), no caso da criança há uma espécie de brecha nesse discurso. A conformação política de um pacto entre todos os cidadãos e destes com o Estado ocorreu simbolicamente e todos pareceram unidos por um mesmo projeto: o governo da infância. Era este o interesse do boletim da LBA. Como a Legião era uma instituição federal com

comissões estaduais e municipais que visavam articular vários contatos e tecer ações conjuntas com a sociedade civil, tal condição institucional parece reverberar no seu discurso a partir de certo apagamento dos conflitos sociais que eventualmente existissem entre as pessoas e os órgãos envolvidos na construção do canteiro de ações.

Dentro do conjunto de direitos que ia sendo formulado na legislação, o boletim da LBA aponta que “de todos os direitos da criança, nenhum se avantajava em importância ao direito à ‘alimentação’”. Quando se tratava do problema da criança doente adotava-se uma postura prescritiva que informava sobre procedimentos que deviam ser tomados para que fosse logo solucionado. “Na eventualidade que adoecia, a criança será matriculada no dispensário de pediatria, que funciona em dias alternados ao de puericultura, sendo de igual modo examinada e medicada pelo pediatra” e no processo de tratamento, isto é, ao “completar a tríade assistencial à criança, só vem de faltar, como uma lacuna, o serviço de distribuição de leite humano, por isto que nenhum mais adequado do que a Maternidade, para esse fim. No entretanto, acreditamos, não passará muito tempo antes de vermos feito realidade”.²⁴

“De diversas maneiras pode-se satisfazer a esse direito, e dentre elas uma, a distribuição gratuita de leite em pó, que ora vimos de ver instalada, com o beneplácito da chefia da D.M.I. da L.B.A., neste Estado, tem as suas justificativas”, pois “inúmeras são as críticas levantadas contra a distribuição gratuita de leite em pó. E quanto aos críticos, estes são sem conta e mais gratuitos mesmo que o próprio leite distribuído”.

Mas o boletim também apresenta soluções que, a seu ver, são inquestionáveis, pois “[...] nenhuma das críticas resiste à assertiva de que existe uma legião de mães necessitadas que, para os seus filhos, precisa de leite. A distribuição gratuita de leite em pó, tropeça, de início, com várias dificuldades”. Os motivos são: “primeiro, de *ordem econômica* – o alto custo do leite. Segundo, de *ordem educacional* – impedir que pessoas abastadas se beneficiem com esse leite que é um direito dos pobres” e o terceiro aspecto é de “*ordem técnica* – dificuldade

de uma fiscalização perfeita àquelas mães cujos filhos foram contemplados com o leite distribuído, no sentido de que esse leite seja utilizado exclusivamente para a alimentação da criança”.²⁵

Uma análise desse tipo acerca dos problemas que envolviam a assistência à criança em um serviço como o de oferta de leite em pó aponta para os desafios que a ação laica conduzida pela LBA enfrentava. Tal tipo de postura torna possível pensar como apesar de todas as críticas a uma política como a da LBA, por seu caráter assistencialista, existia a percepção dessa política como forma de garantir direitos e não como mera moeda de troca e barganha política.

Aquele era um tempo em que o discurso eugenista assumia foros de verdade na definição das políticas públicas no Brasil tanto na área da saúde como educação, como bem demonstra o estudo realizado pelo historiador Jerry Dávila sobre a presença do discurso racial e eugenista na configuração das políticas de saúde e educação no Rio de Janeiro entre as décadas de 1910 e 1940. Jerry Dávila (2006) afirma que “a eugenia foi uma tentativa científica de ‘aperfeiçoar’ a população humana por meio do aprimoramento de traços hereditários”, uma noção usada de forma quase corriqueira na Europa e nas Américas durante o período entre guerras.

“Os cientistas voltaram para a eugenia como uma ciência de ampla abrangência, que combinava diferentes teorias sobre raça, hereditariedade, cultura e influência do meio ambiente em práticas e receitas que visavam geralmente a ‘melhorar’ uma população nacional”. Foi construída “uma eugenia ‘pesada’ baseada na remoção do acervo reprodutivo de indivíduos que possuíam traços indesejados por meio da esterilização ou do genocídio [algo praticado] em diversos graus em países como a Alemanha nazista, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos”. Segundo o autor, a América Latina e a Europa “adotaram uma eugenia ‘leve’, que sustentava que o cuidado pré e neonatal, a saúde e a higiene públicas, além de uma preocupação com a psicologia, a cultura em geral e a

forma física melhorariam gradualmente a adequação eugênica de uma população (DÁVILA, 2006, p. 31).

Esse tipo de atuação do Estado sobre a população pode ser compreendido dentro de um recorte temporal mais amplo. Ao estudar a emergência da população como problema político a partir do século XVIII, Foucault (2012) aponta para o fato de que a arte de governar passou a ser construída a partir de uma série de estratégias que tinham como objetivo viabilizar um governo que não se daria pela coerção, pela força, mas ao mesmo tempo buscava se efetivar de forma contínua sobre os corpos dos indivíduos por meio de uma intensa e produtiva relação com a segurança. Tratava-se de uma transformação histórica no Ocidente, construindo “uma sociedade em que o poder político acabava de assumir a tarefa de gerir a vida” (FOUCAULT, 1988, p. 131).

A reflexão de Dávila (2006) sobre a eugenia no século XX aponta diretamente para a questão do governo e de como seria possível exercer um controle sobre a vida da população, inclusive no que dissesse respeito à sua reprodução, pois ao se tomar a população em sua heterogeneidade e multiplicidade não se perdia de vista a leitura do ser humano como espécie, com características biológicas a serem compreendidas, descritas, explicadas e, no caso do discurso da eugenia, se afirmava a preservação dos caracteres considerados fortes e impedir a mistura (miscigenação) com grupos que não detivessem tais características biológicas em sua formação. A “eugenia era vista como a ciência que estudava a reprodução, o melhoramento da raça e a saúde da raça humana, bem como as condições propícias para a influência da medicina” (TUMELERO, 2010, p. 78).

A definição de critérios racistas foi um imperativo que apareceu de forma direta em legislações e projetos educacionais no Brasil e teve grande relevância no cenário político da década de 1930 quando houve a construção de um sistema de ensino no país. As análises de Dávila, no entanto, apontam que apesar do discurso salvacionista e em prol da educação, os conceitos, critérios e regras que estabeleceram a

produção da política educacional atualizou de maneira suavizada, mas estratégica, o discurso racista com base nos métodos de avaliação das crianças. Exemplo disso era o referencial da Psicologia Diferencial, por exemplo, trazida dos Estados Unidos por intelectuais brasileiros que fizeram intercâmbio no *Teachers College*.

Na Paraíba, as estratégias de controle da população expressaram-se de diferentes formas e foram enunciadas também a partir do discurso sobre o cuidado com a vida da população infantil. Todavia, o solo arqueológico em que tais práticas discursivas emergem relacionam-se por meio dos conceitos e categorias que tomam como referência. São frequentes as referências a intelectuais franceses nos textos escritos por médicos e divulgados na LBA. O discurso de João Soares sobre a dietética infantil, por exemplo, faz referência ao médico francês Emille Littré (1801-1881), um intelectual que definiu “o emprego ordenado e medida de tudo quanto é necessário para conservar a vida, quer na saúde, quer na doença”.

Outro fator presente no boletim foi o uso que se faz do passado como fator de legitimação e explicação dos propósitos que se tinha no presente, operando um tipo de registro marcadamente historicista. No caso de João Soares, ele descreve o surgimento da dietética científica no século XIX, seu rápido crescimento dentro daquilo que ele chama de “experiência biológica” e, como resultado desse processo de amadurecimento científico em busca do esclarecimento, a clínica havia fornecido o conceito de “equilíbrio trófico”. Isso possibilitava a noção de vitamina, “sem a qual, presentemente, ninguém mais se aventura a orientar a alimentação dos indivíduos e povos”.²⁶ Assim, uma série de investimentos foi sendo feita ao longo do tempo tendo como principal objetivo conhecer melhor o humano e as condições adequadas para que sua vida fosse garantida.

O historiador Iranilson Buriti (2003) destaca que “o termo eugenia foi inventado em 1883 por Francis Galton. O termo rapidamente se difunde pelo mundo ocidental, se

popularizando nas escolas de medicina do Brasil nos primeiros anos do século XX, permeando o trabalho de inúmeros médicos higienistas, além de contribuir para os projetos político-nacionalistas”. No Brasil essas ideias foram chegando principalmente na segunda metade do século XIX tendo como espaços de difusão faculdades de medicina dos estados de Bahia e Rio de Janeiro, como demonstra Lília Moritz Schwarcz (2001). “Na década de 20, Roquette-Pinto resenha as obras de Francis Galton, em que o conceito de eugenia é problematizado, sendo entendido como a ciência que “trata de todas as influências que melhoram as qualidades inatas de uma raça e também das que são capazes de desenvolver ao máximo aquelas qualidades” (BURITI, 2003, p. 14).

A nutrição e a hereditariedade foram descritas por Giuseppe Marques e outros articulistas da LBA como duas ciências. A primeira estava focada no indivíduo e com isso originou a dietética considerada indispensável a qualquer núcleo “infantil”, enquanto a segunda cuidou mais atentamente do que se referia às gerações e deu origem à eugenia que, por sua vez, é dita como indispensável a qualquer “núcleo escolar”. Esses jogos que articulam saberes e poderes repercutem na dinâmica das escolas via políticas públicas, como demonstrei acima sobre a alimentação escolar financiada pela LBA.

A LBA visava produzir mudanças não apenas no que se referia às instituições, os programas escolares ou as condições burocráticas, apesar de também atuar nesse sentido. Seu propósito mais ambicioso referia-se à produção de sujeitos. Por isso mesmo o corpo infantil foi tão exaustivamente descrito, estudado, tornado público e politizado, pois era preciso agir sobre essa materialidade mais sutil e básica da existência humana, compondo os gestos, distribuindo os corpos no espaço social (médico, escolar etc.). Porém, não foi apenas uma única vez que reclamações como a do médico João Soares apareceram nas páginas do boletim: “A falta de educação de nossa gente e também a má e irregular alimentação conduzem-na ao estado de miséria podendo se observar pela afluência

cada vez mais crescente aos diversos serviços de Assistência à infância”.²⁷

Considerando-se tais elementos, pode-se dizer que a LBA foi uma prática educativa que construiu subjetividades. Por prática educativa compreendo um processo articulado por diferentes tipos de atividades que se estendem no tempo com o objetivo de (in) formar sujeitos a partir de determinadas compreensões sobre a sociedade, o homem e a vida. Tais procedimentos podem ser efetuados ou não em espaços institucionais formais de educação pública e/ou privada, o que conota que uma prática educativa não necessariamente (e somente) é uma modalidade de educação escolar formal, estruturada em programas, currículos e sistemas previamente estabelecidos.

O aprendizado humano se constrói de distintas formas e há múltiplas maneiras de trocar experiências e se construir como sujeito. As percepções que os seres humanos constroem sobre si e os outros, os valores que adotam para a condução de suas atitudes na vida prática e que são legados de gerações pretéritas fazem parte das práticas que educam, isto é, que tornam um sujeito reconhecido como sujeito em determinado contexto sociocultural. Desse modo, ao passo em que construiu suas políticas com base em uma intensa produção de saber sobre o corpo, a alimentação, os hábitos considerados saudáveis para a mãe e para os filhos, a alimentação das crianças etc., todas essas foram maneiras de educar, de construir individualidades conectadas diretamente com essas práticas indicadas como as adequadas para o convívio social de forma saudável.

Compreende-se que a LBA se construiu como uma política que explicitamente tomou a vida, em seu sentido mais amplo e complexo, como objeto de governo. Leio a vida aqui não no seu sentido meramente natural e biológico, mas na esteira aberta por Foucault e Giorgio Agamben (2010). Analisa-se como a vida natural e biológica começa a ser problematizada e “incluída nos mecanismos e nos cálculos do

poder estatal” dando os contornos para que a política se transformasse em biopolítica (AGAMBEN, 2010, p. 10-11).

Tal política criada pela LBA ganhou repercussão por meio de uma intensa produção discursiva em torno de cuidados e atenções sobre os mais diversos aspectos da experiência humana, desde a forma adequada de dar à luz, às formas de alimentação, cuidados médicos, passando evidentemente pelo cuidado com os valores que a criança deveria subjetivar, até tornar-se um adulto que iria ocupar um lugar na sociedade como trabalhador. Tendo em vista esse destino marcado para todos os cidadãos e cidadãs era preciso criar as condições para que o caminho fosse trilhado com segurança. Se a LBA orientou e prescreveu valores e condutas, também adotou palavras que condenaram práticas como: “Noventa por cento, portanto, do obituário infantil decorrente de distúrbios alimentares pode ser considerado como correndo por conta do alactamento artificial”. E diante desse quadro afirma-se ainda que “é verdade”, também, “que os progressos da dietética vieram atenuar grandemente os perigos, encorajando os puericultores a prescrever uma dieta artificial com mais segurança e melhor aproveitamento”. Tal análise parte de um conjunto de referências científicas em que figurava, por exemplo, a doutrina de Bessau segundo a qual o “alactamento natural residiria em manter no intestino uma flora especial representada pelos bacilos bífidos comunis (sic) de Tissier” que seria um “germe inofensivo e portador de quota surpreendente de vitamina B, elemento indispensável ao organismo em plena evolução tal qual se observa na idade de lactância”.²⁸

Toda uma gramática médica foi inventada e dada a ler nas páginas do periódico o que indica um movimento complexo articulado em uma linguagem hermética e esotérica. Busca-se convencer e para isso não haveria a necessidade de um conhecimento aprofundado dos termos técnicos e conceitos usados pelos profissionais da medicina social, posto que o principal era tomar para si aquelas recomendações e incorporá-las em suas práticas cotidianas.

Sempre com o objetivo de afirmar os benefícios do aleitamento materno o texto do médico João Soares se estrutura em um sistema com pretensões científicas e ancorado também em “preceitos médico-sociais” que na ótica dele não são fáceis de se colocar em prática. Para ele, “o Governo não pode, por si só, executar essa obra gigantesca” e daí a necessidade de formar professores, médicos, puericultores e voluntárias nos cursos da LBA. Com isso, vê-se um desajuste entre o que se queria fazer e o que se tinha como experiência efetiva. “Alimentar uma criança conscientemente, obedecendo aos preceitos médico-sociais, não é tarefa fácil, se considerarmos as dificuldades que praticamente temos que vencer, mormente em nosso meio em que o padrão de vida não está de acordo com o nosso grau de civilização”, lamenta o médico. Assim, diferentes forças deveriam ser somadas nessa causa de educação da infância, inclusive no modo como ela devia ser alimentada. Às mães cabia o “dever sagrado” de criar o filho no próprio seio posto que este seria o melhor alimento para a criança até o sexto mês de vida. “A alimentação, o sono, e outros hábitos da criança devem ser sempre regulados pelo relógio”, dizia um dos conselhos dados às mães, sempre asseverando que “só um médico é que deve dizer o modo de alimentar cada criancinha, principalmente se faltar leite de peito.”²⁹ Com isso a presença do médico como agente de fiscalização seria estendida e transferida de forma direta para um objeto que se transformaria em um dispositivo de controle: o relógio.

Nessa pedagogização do corpo infantil e feminino a partir do discurso médico não se fazia apenas o apelo para que as mães amamentassem seus filhos, mas as orientava ainda sobre como e quando desmamar os filhos. Pelo fato de muitas mulheres terem abundância de leite para amamentar suas crianças, muitas delas julgavam que deveriam continuar tal processo de aleitamento da criança até que o leite cessasse naturalmente. A orientação dada pela LBA diz que tal postura é “errada”, pois “por melhor leite e por mais abundante que seja, o humano não conterà as necessidades infantis depois dos seis

meses”. Deste modo, os “mais categorizados especialistas” seguiam aconselhando no sentido de que aquele momento era o adequado para inserir novos alimentos, “notadamente os hidrocarbonatos e as vitaminas”.³⁰

Dizia-se que “a observação clínica tem demonstrado que as crianças amamentadas exclusivamente com leite materno, até um ano, são irritadiças, pálidas, de pele embebida dando a impressão de edema, insones, apresentam a maioria das vezes hipotonia muscular”. Mas recomendava-se também que a alimentação exigia determinado controle e postura por parte da nutriz, pois cabia a ela manter certo “padrão alimentar de perfeito equilíbrio”. Assim, depois dos seis meses o leite materno era “paupérrimo em vitaminas, em sais minerais e sensivelmente carente em ferro”. Sabia-se, “de acordo com a composição da saliva infantil, que aos seis meses no mais tardar, deve iniciar o desmame”. Portanto, uma vez que a criança precisava daqueles elementos para a sua saúde, o aleitamento devia ser controlado.

Tal leitura ensinava certa distribuição do tempo do cuidado. Dizia-se que com um mês de vida a criança deveria ter 3 kg, seguindo-se que aos três seriam 5, aos seis deveria pesar 7 kg. Em um ano deveria ter alcançando 9 kg e, no fechamento desse primeiro ciclo, deveria chegar aos dois anos de idade com 12 kg para ser considerada um corpo cujo desenvolvimento estava ocorrendo da forma devida, como dirá o médico Giuseppe Orlando de Paula Marques. Este era um critério de análise da primeira fase da infância. Orientava-se que a criança fosse levada duas vezes por mês ao médico, mesmo que estivesse sadia, para saber se estava se desenvolvendo bem³¹, o que se ancorava em dois princípios: regularidade e prevenção. Houve um princípio de individualização da criança: “a criança pequenina deve dormir o mais possível, e não nas camas alheias, mas no seu berço ou cama própria”.³²

São palavras legitimadas: medicina, padrão de vida, grau (no sentido evolutivo do termo) de civilização. Uma cadeia de termos articulados por uma vontade de saber sobre a

vida, designados para avaliar, orientar, politizar e tornar decifrável e, principalmente, controlável um corpo. Palavras encarnadas em saberes que chegaram ao Brasil na segunda metade do século XIX e “fundamentadas na teoria biológica do meio, [cujas] prescrições médicas pretendiam circunscrever os espaços onde deveriam se desdobrar as relações intrafamiliares, a começar pela relação mãe-filho” (RAGO, 1985, p. 132). A preocupação com a educação das crianças, bem como o exercício de um poder sobre a relação mãe-filho, figurou na coluna *Conselho às mães* que foi um meio de convencimento e divulgação de significados sobre a maternidade.

“Lembre-se: a criança não é um objeto e nem um adulto”. Lamentava-se o fato de que alguns genitores não sabiam o que a criança podia fazer, sentir ou dizer e assim acreditavam que somente com o avanço da idade é que se poderia conhecê-la melhor. Tal percepção era, na ótica da LBA, consideravelmente equivocada pois mesmo que a criança ainda não conseguisse falar e expressar de forma clara seus desejos e necessidades, cabia às mães desenvolver uma atenção, uma sensibilidade em relação aos modos de expressividade que marcavam os anos iniciais da infância. A experiência da infância era afirmada como necessidade de todo indivíduo, uma vez que o período infantil ocorria “segundo a natureza” e com suas “exigências”.³³

Não tratar uma criança como objeto seria justamente reconhecê-la como sujeito devidamente individualizado e conhecido em suas necessidades e especificidades. Se o corpo feminino era responsável por trazer ao mundo o corpo da criança, tal existência devia ser alvo de um olhar atento. Os pais deveriam “preocupar-se” se seu filho não brincasse, não fizesse barulho, não se entusiasmasse³⁴, pois tais expressões e experimentações constituíam a experiência infantil.

Ao mesmo tempo em que a criança devia sentir que existia uma autoridade acima do seu desejo, para que mais tarde tivesse “o senso do dever, da lei, de Deus” essa mesma existência devia ser brincada, sentida, partilhada com amigos e com a família enquanto experiência formativa do sujeito

criança. Esse “estar no mundo” como experiência é possibilitado por uma formação que não se pretende apenas na dimensão cognitiva, mas compreende uma leitura moral em relação a si e aos outros. Tal ideia não destoa de modo algum da forma como a educação era pensada com uma função pragmática e de formação cívico-patriótica.³⁵

“— Não lhe pinte a vida cor de rosa, mas também não a faça negra. Ajude-o a fazer cedo uma imagem do mundo, para que não tenha desilusões”, aconselha. “Não procure impor-lhe a convicção de que ‘a vida é maravilhosa’ ou então que ‘a vida é um inferno’”. “Você sabe bem que estes são pontos de vistas e que a verdade está no meio termo. Se notar em seu filho certo pessimismo, procure instilar-lhe o otimismo, porque o mundo só é bom para as pessoas que têm vontade e possibilidades de enfrentá-lo”.³⁶

Convidava-se as mães para um agir consciente no mundo e isso significaria compreender que a vida não é composta por binarismos como bem e mal. Assim como Alice Carneiro era elogiada como exemplo de mulher empreendedora e com iniciativa no campo das ações sociais, era preciso fazer ver a imagem de um sujeito a ser perseguido e almejado pelas famílias como sendo o melhor projeto para as crianças. Um sujeito ativo no mundo, capaz de compreender suas intempéries, desafios e formas de relação de maneira complexa, tendo uma visão de conjunto para poder agir nesse espaço de uma forma otimista.

As mães deviam ensinar para sua prole desde cedo que no plano terreno as ações e comportamentos não podiam se dar apenas com base na vontade individual, apesar de essa ser um elemento importante. Havia que se levar em conta outros fatores que dialogavam com essa vontade. A *lei* referia-se ao controle desses comportamentos do ponto de vista civil, enquanto o *dever* seria o elemento articulador tanto do plano terreno como divino, uma vez que o senso de dever precisaria ser alimentado em relação a Deus, algo ancorado na visão judaico-cristã.

“— A psicologia moderna atribui à infância a fonte do bem e do mal na vida dos indivíduos”, informava o boletim. “Uma boa ou má educação se reflete irremediavelmente sobre toda a vida de uma pessoa”. Assim, a infância é singularizada como zona de perigo, espaço nebuloso, passível de produzir efeitos sobre “toda uma vida”.

Uma política da vida

Apesar de partir da infância e do corpo infantil, tal política do cuidado tinha como foco uma vida inteira, pois planejava e atribuía à infância todo um horizonte de expectativas. Por isso mesmo a comparação da infância com outras etapas etárias foi algo recorrente no boletim, bem como as reflexões em torno da infância como fase preparatória para o adulto que seria formado. Para ser um adulto no futuro, a criança teria que possuir saúde e isso somente poderia resultar de um cuidado diuturno.

Embora o foco da LBA fosse a maternidade e a infância, a preocupação com a vida adulta era algo extensivo às políticas desenhadas para o governo do corpo infantil. Em regra, à medida que vai entrando em anos, o indivíduo vai” apresentando mudanças na sua estrutura corporal perceptíveis por meio do peso e até o momento em que chega à velhice, momento considerado como sendo aquele em que o indivíduo começa a “declinar”.³⁷ O cuidado com o peso aparecia diretamente relacionado com a questão da mortalidade, pois de um modo geral articulava-se o discurso reiterando que aquele indivíduo que conservava o peso durante a vida adulta tinha menos chance de entrar no índice de mortalidade e nesse sentido tinha melhores condições de saúde. “O contrário acontece com as pessoas gordas”. As possibilidades de viver muito são diferentes para os gordos e para os magros, pois estes últimos têm maiores chances de ter uma vida longa. “Das pessoas de quarenta anos, os magros têm mais probabilidades que os gordos de subir a escada da vida até os oitenta anos”.

“O aumento de peso, além de certos limites é considerado doença. Mais ainda: é, direta ou indiretamente,

causador de muita inaptidão física”, pois a condição daquele considerado obeso o colocava em uma linha tênue entre a saúde e a doença e sua própria condição era demarcada muitas vezes como favorável ou como “estado potencial” para a aparição de “doenças graves tais como diabetes, doença do coração, dos rins, na vesícula biliar, das articulações, hipertensão arterial e inúmeros outros distúrbios”.³⁸

Tais problemas que o adulto poderia vir a enfrentar tinha como causa indubitável a “alimentação desregrada, principalmente com abuso de doces, massas”. Repetia-se, de diferentes formas, uma expressão que dava título a um dos textos de J. Leomax Falcão: “É preciso dar mais atenção à criança”. Sendo um dos médicos autorizados a escrever e publicar suas ideias e leituras no periódico da LBA, em uma dessas oportunidades ele disse: “já temos focalizado em trabalhos anteriores, divulgados neste Boletim, aspectos diversos do importante problema da assistência à infância, em nosso País, e, paralelamente, do da proteção à maternidade, que lhe é correlato. E sempre o temos feito, à luz dos dados estatísticos oficiais, visto como são as repartições de Saúde Pública as fontes mais autorizadas, neste particular”.³⁹

J. Leomax Falcão era membro do Departamento de Saúde da Paraíba e sua inferência sobre a validade dos dados estatísticos dizia respeito ao próprio espaço de trabalho e a função que ele exercia no Serviço de Bioestatística vinculado ao Departamento. Sua preocupação central era com os números que demonstravam o alto índice de mortalidade infantil e materna na PB. Havia a necessidade de fortalecer as ações da LBA que vinham prestando serviços nessa direção, contando com a ajuda da “iniciativa privada” e ocorrendo junto com as ações empreendidas pelas “autoridades sanitárias da classe médica, das associações científicas e de uma parcela de nossas elites intelectuais”.⁴⁰ “Países há”, dizia Leomax, “como os Estados Unidos da América, onde, nestes últimos anos, o coeficiente de mortalidade infantil foi reduzido à metade, o que representa, sem dúvida, uma conquista espetacular, digna de encômios e de imitação”. Mas os desafios eram grandes e

embora ele diga em determinado momento do seu artigo que “o problema da mortalidade infantil é, antes de tudo, um problema econômico”, há também referência às dificuldades e resistências culturais, pois a “deseducação de nossa gente”, somada ao “pauperismo” das “classes menos favorecidas”, constituíram entraves consideráveis.

O autor também fazia uma desqualificação da população que ele chamava de deseducada, justamente por não atender aos critérios de higiene e instrução que os agentes do Estado compreendiam como corretos. Havia ainda uma leitura encantada do exemplo estadunidense, visto como modelo para a ação do Estado brasileiro, na interminável novela do *American Way of Life* que ainda segue sendo vendido em diferentes mídias.

“Eleve-se o nível econômico das populações e dê-se-lhes uma instrução conveniente, e podemos estar certos, diminuirão os nossos altíssimos coeficientes de mortalidade infantil e materna”, dizia Leomax Falcão. “Ao lado dessas providências, desenvolvam-se as atividades de assistência médico-social, multipliquem-se as maternidades, os berçários, os postos de puericultura, os lactários e cantinas maternas”. Por outro lado, instruía: “distribuem-se publicações de educação sanitária, conselhos de higiene, etc., e dentro, digamos de um decênio, teremos alcançado um êxito impressionante”.⁴¹

A gramática que conforma a linguagem desse autor é permeada pela alusão aos números, quantidades, recortes temporais estabelecidos como meta para alcance dos objetivos traçados naquele texto e que deveriam ser assumidos por todos. Esse tipo de preocupação guarda certa continuidade nos textos de J. Leomax Falcão. Mas sua leitura da infância também aludia ao caráter moral na formação da criança, pois: “cuidando do caráter da criança e da integridade de seu organismo, a fim de que a mesma possa enfrentar, durante a maturidade, os árduos embates da vida”. A LBA assumiu a responsabilidade de desenvolver os projetos e processos educativos e higiênicos necessários para que tal vida fosse

resguardada tendo em vista um país “grande e poderoso”⁴² a se constituir.

Noutra edição J. Leomax Falcão também tomou a palavra para fazer ver o problema da mortalidade infantil na ótica dos dados estatísticos. Buscou demonstrar as causas da mortalidade infantil na cidade de João Pessoa tendo como critérios básicos os itens idade e sexo e o recorte referenciado na análise correspondendo ao ano de 1947, isto é, ao ano anterior.

O material apresentado por Leomax foi publicado em primeira página, sendo o texto dividido em três colunas e contando com apresentação de uma tabela com dados pormenorizados. Já na introdução lia-se: “Alarmante os nossos coeficientes de mortalidade infantil – Tuberculose, causa de morte relevante, entre nós – O papel da L.B.A no setor da assistência à maternidade e a à infância”. Ocupando toda a primeira página do periódico e uma parte da segunda, com duas pequenas colunas de conclusão na parte inferior, assim o texto se estruturou.

Anos completos	H	M	H e M
0	537	504	1041
1	94	92	186
2 a 4	54	59	113
5 a 9	28	16	44
10 a 19	48	28	76
20 a 29	87	139	226
30 a 39	95	110	205
40 a 49	88	84	172
50 a 59	80	69	149
60 e +	148	186	334
Ignorada	15	7	22

Tabela 1 – Mortalidade infantil na Paraíba. Boletim da LBA, Ano II, Maio e Junho de 1948, n. 10, p. 1.

O discurso sobre a proteção à infância ganhava outro tom com o uso das estatísticas fornecidas pelo Departamento de Saúde. Considerando que o conceito de governamentalidade aponta para uma forma de governo que atua direta e estrategicamente sobre a população como problema político, é provocativo o fato de haver na Paraíba um serviço de *bioestatística* junto ao Departamento de Saúde. A vida passou a ser lida por meio de números. Os números como operadores de um discurso sobre a vida e sobre as possibilidades de existência dos indivíduos.

O projeto racional moderno e a proposta de um saber construído a partir dos conceitos e metodologias da ciência como discurso autorizado a falar sobre a vida, a saúde e a sociedade como um todo aparecia nesse tipo de abordagem

sobre a população. Os números são também enunciações que podem ser analisadas considerando-se a cadeia enunciativa da qual fazem parte. Torna-se fundamental reconhecer a natureza estratégica desse tipo de materialidade enunciativa tão amplamente usado nas páginas da LBA. Os números têm uma materialidade específica e provocam, incitam constroem e desconstroem camadas de sentido específicas sobre a realidade. Vistos como enunciações estratégicas no discurso da proteção à infância, os números podem ser problematizados levando-se em conta sua materialidade particular e lendo-o como parte da formação discursiva médico-assistencial que o construiu. Ao construir uma visibilidade para a infância na Paraíba a partir do uso de dados estatísticos a LBA estava também reforçando uma forma de governar, uma certa arte de governo dos vivos.

A preocupação com a mortalidade infantil evidencia claramente a preocupação com a vida, isto é, com as condições materiais de existência. Isso não significa negar, por sua vez, a construção de uma sensibilidade diferenciada em relação à vida e mesmo uma maior valorização dela e/ou atenção com as condições econômicas e políticas que a tornavam possível. Esse tipo de abordagem e tratamento do problema da vida indica uma transformação no modo como as instituições sociais, e em especial o Estado, percebiam a população.

A forma como a doença aparece nas páginas do boletim referia-se quase todo o tempo a uma aura de risco, perigo, vulnerabilidade e fragilidade do corpo infantil e que por isso mesmo era preciso cuidar dele e evitar que doenças como a tuberculose, a diarreia e enterite continuassem ceifando tantas vidas. Pode-se ler nos números da LBA o mesmo tipo de preocupação que aparece noutros tipos de registro e que se refere ao cuidado com a infância como fase de fragilidade e perigo.

Olivier Martin (2001) afirma que houve uma mudança do século XVIII para o XIX que tornou possível a configuração da Estatística como ciência. Os dados estatísticos deixaram de pertencer aos reis e suas administrações, sendo operado cada

vez mais como dispositivo autônomo destinado a uma análise científica do corpo social.

Doenças	Número de pessoas doentes
Diarreia e enterite (abaixo de 2 anos)	866
Tuberculose do aparelho respiratório	274
Doenças do coração	177
Debilidade congênita, vícios de conformação congênitos, nascimento prematuro, etc.	172
Paludismo (malária)	81
Doenças do fígado e das vias biliares	75
Outras doenças	923

Tabela 2 – Mortalidade infantil na Paraíba. Boletim da LBA, Ano II, Maio e Junho de 1948, n. 10, p. 1.

Martin (2001) identifica as articulações entre a Estatística e a Sociologia como disciplinas que de forma dialogada se construíram em uma profícua interação.⁴³ A emergência desse tipo de saber ocorreu em um momento histórico marcado também pelo surgimento da governamentalidade enquanto uma “arte de governar”. Localmente, as ações da LBA referendavam-se científica e socialmente a partir dos usos dos dados estatísticos. Em relação à tabela apresentada com a curva de mortalidade, o texto afirma: “os dados acima confirmam a assertiva feita [...] no tocante à forma da curva de mortalidade por grupos de idade, em talho U ou do tipo antimodal (U – shapped, dos ingleses e americanos)”.⁴⁴ A relação que se estabeleceu entre o texto e o dado numérico foi para confirmar as hipóteses apresentadas verbalmente. Faz uma referência aos ingleses e americanos, o que indica a cultura do quantitativismo que foi incorporada pela gestão pública brasileira a partir da década de 1920 com os

intercâmbios dos intelectuais brasileiros para os Estados Unidos, trazendo de lá um arcabouço teórico e metodológico montado a partir de critérios desse tipo.⁴⁵

Do número de mortes apresentado no conjunto da população, 1041 delas correspondiam às crianças que morreram antes de completar um ano de idade. Em um número relativo tinha-se um coeficiente de mortalidade infantil em 259 mortes por mil nascidos. Entre os três elementos que o texto visa dar conta também se pode observar a causa da mortalidade infantil. Outra tabela foi construída com o objetivo de mensurar a presença das doenças causadoras de morte na infância, no ano anterior. Criou-se uma visibilidade para a infância por meio desse tipo de enunciação que reforçava uma forma de exercer o governo sobre o corpo infantil.

O recurso à estatística foi apenas uma das tecnologias usadas pela medicina social na PB para construir saber e exercer poder sobre a criança, pois as referências constantes ao avanço da ciência e suas promessas de superação das dificuldades da população pobre foi recorrente no período. Anteriormente, no dia 2 de fevereiro de 1942, o jornal *A União* lançou uma matéria sobre a questão da medicina social e seus desafios na assistência à infância⁴⁶. “Quem quer que aprecie à luz dos conhecimentos atuais”, dizia o pediatra João Medeiros, cujo nome e profissão figuravam logo abaixo do título do texto,

[...] os avanços e os progressos que a medicina moderna auferiu das novas condições de vida, que a técnica impôs ao homem, há de surpreender-se que, tendo alcançado tão longe no discernir e aplicar as noções recentes que a terapêutica (assim a clínica, como, sobretudo, a cirúrgica) e a higiene lhe proporcionaram, em benefício da humanidade, muitos males ainda a aflijam dos que fora de esperar já estivessem expungidos da face da terra, mercê do adiantamento científico de hoje⁴⁷.

Na fala do autor “tal contradição aparente, [...] cria a perplexidade no espírito da gente, [e] encontra, todavia, a mais plausível das explicações na observação, que só [recentemente] se passou a fazer, das condições existenciais de ser humano, no estudo acurado de uma biologia social”. Assim, seria possível conhecer que as enfermidades não têm apenas um fato biológico determinante, mas também os aspectos relacionados

ao “estado social do indivíduo”, compreendendo nisso as suas possibilidades econômicas. Com “a guerra de 14 a 18, que, na realidade, não ultrapassou de simples prelúdio da atual, que forçou o espírito do homem a conjecturar em torno do movimento geral de ideias dessa ordem, cuja evolução a crise a que assistimos de certo precipitará”. Isso contribuiu para a configuração de uma nova era “no sentido do bem-estar social econômico, político, e cultural da humanidade num futuro próximo”. Para este articulista, “a medicina, sem desmerecer as contribuições de Louis Pasteur (1822-1895) e seus continuadores, nem esquecer tão pouco, as do Instituto Experimental de Higiene, de Pettankoffer, deixou pouco a pouco de ser puramente microbiológica”, passando a atribuir, além das causas “morbígeras” que atuavam sobre o organismo humano tais como o ar, água, solo, os agentes “infecciosos e parasitários, de fácil investigação e experimentação, um papel saliente àquelas outras causas que resultam das disposições gerais”, compreendendo as de ordem social e também aquelas que se referiam ao trabalho.

Mediante tais desafios o “espírito do médico e do sociólogo” teriam sido estimulados a pensar sobre tais questões. Buscou-se soluções por meio da elucidação das causas, da evolução clínica e da produção de prognósticos que se somassem na configuração de um saber útil que se articularia “na esfera da assistência e da previsão público-social”. O autor afirma que se havia constituído uma mudança no próprio estatuto da medicina posto a sua necessária articulação com a assistência social na consecução das demandas sociais. “É que ela, a medicina social”, diz o pediatra, “é, efetivamente, uma criação do espírito médico contingente à época em que vivemos”. O seu nascimento teve a ver com uma nova interpretação sobre o homem à luz da economia, de sua valorização como fator econômico. “A análise das perturbações e desequilíbrios familiares em virtude de doença, invalidez ou morte dos respectivos chefes”, passou a ser vista não apenas como obra de misericórdia e filantropia, mas como “desfalque do capital humano”. Isso repercutiria

fortemente sobre a “balança social”, quer do ponto de vista da coletividade ou do trabalho a ser executado individualmente. Um dos tipos de preocupação do autor é a questão de preparar o corpo humano da melhor forma possível, prevenindo doenças e demais vicissitudes com o intuito de protegê-lo enquanto força laboral.

Cristina Fonseca (2007) aponta que nesse período de fortalecimento da máquina estatal, caracterizada também por um processo de burocratização e centralização no pós Revolução de 1930, o conceito “cidadania” foi usado de maneira bastante forte para garantir uma maior legitimidade da ação estatal em relação aos grupos populares. Todavia, essa ideia de cidadania deve ser relativizada, pois se tratou de uma “cidadania tutelada” pelo Estado. A percepção sobre a cidadania é que ela estava “embutida na profissão, e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece (SANTOS, 1987, apud FONSECA, 2007, p. 38).

No jornal *A União* dizia-se: “o homem é, portanto, mais que simples valor econômico. Representa, também por sua vez, um capital social, que similarmente merece amparo, proteção, desenvolvimento”. O pediatra diz que desde as tribos mais primitivas observa-se o enriquecimento da coletividade pela valorização do indivíduo. Na vida civil, sociologia e economia articulam-se para identificar a “finalidade biológica, que visa a melhoria das condições gerais de vida, de modo a permitirem que a humanidade deixe de se dicotomizar entre os que riem, gozam, trabalham e repousam e os que choram, penam, se esfalfam e morrem sempre na miséria”.

“Entre o céu e o inferno deve haver, com efeito, lugar ao menos para a visão dantesca do purgatório”, segue o autor, abusando das metáforas. Na ótica do autor, “o valor econômico do homem entra em relação com o enriquecimento da sociedade, do país, do universo”, pois se efetivamente é o trabalho humano que “cria riqueza, que as produz” ele também deve participar da partilha dessa riqueza, fazendo parte do ciclo

de distribuição e circulação. O pediatra João Medeiros demonstrava uma análise que situava o desenvolvimento da medicina frente às questões sociais dentro do contexto de desigualdade econômica, atentando para a relação capital/consumo e a redução da mão de obra. Tal crise teria reduzido a capacidade de consumo do homem a níveis que ele considera como de verdadeira “pré-indigência”. Neste quadro, a Medicina articulou-se com a Sociologia para compreender as leis da Economia, percebendo as relações entre salário real e custo de vida, compreendendo elementos como alimentação, moradia, “repouso fisiológico”, visto como tão indispensável para uma vida saudável.

A medicina social consistia, portanto, na “arte de prevenir e curar considerando, em suas bases científicas, como em suas aplicações individuais e coletivas, o ponto de vista das relações recíprocas que religam a saúde dos homens às suas condições de vida”. A higiene não observava apenas o “[...] homem doente, mas sobretudo o homem são, apreciando o desenvolvimento de sua vida no meio social que o cerca, para orientar-lhe o aperfeiçoamento como para elevá-lo física e espiritualmente em vista – é essa a função da medicina social – dos motivos de ordem médica que subsistem nas questões sociais”.⁴⁸

Ao vincular a medicina social e a assistência, indica:

A elevada finalidade da proteção à maternidade, a preservação da assistência à infância, as enfermidades sociais, do industrialismo, do pauperismo e suas relações com o salário, a higiene mental, a infância abandonada e delinquente, do mesmo modo que com a orientação profissional (psicotécnica), a reeducação e readaptação dos lisiados (sic), retardados, difíceis anormais de toda espécie e as instituições de previsão e amparo, quais sejam os seguros, ajudas sociais, mutualismo, cooperativismo, caixa de pensões, compensação, o de auxílio aos velhos e aos incapazes de toda ordem.⁴⁹

O autor aponta que “estudando as transformações sucessivas que conduzem à revolução final, isto é, à metamorfose que se diria repentina, [Hugo] de Vries [1848-1935] formulou as leis que presidem as mutações rápidas” e que também “marcam as modificações bruscas como último

termo duma evolução silenciosa”. Tais “princípios, firmados no domínio puramente biológico, encontram aplicação tanto no campo físico da natureza, quanto na seara abstrata das conquistas do pensamento”. Essa referência à teoria biológica da evolução é feita com o intuito pedagógico de afirmar que “é a vida um todo indizível e precária” e assim seria equivocada “qualquer conclusão que busque cindir o físico do espiritual; a matéria da alma”. João Medeiros no modo com que constrói referências às ideias do holandês Hugo de Vries sobre mutação, formuladas por este autor no início do século XX, marcando a história da genética com reformulações em torno das leis da hereditariedade, ou Leis de Mendel, que focavam no processo biológico.

“No biológico, tanto quanto no social, os fenômenos se repetem com a mesma sincronia”. Diz ainda que os avanços e êxitos sociais que estavam sendo alcançados no momento eram na verdade um efeito direto, um “fruto imediato da revolução desencadeada pela guerra, como agente catalítico que precipitou as reações gerais e especiais conducentes a uma nova realidade universal, a uma nova concepção da sociedade”. No argumento dele não se pode negar que tudo aquilo que estava sendo vivenciado era resultado de uma “evolução lenta e muita vez obscura, que mal bruxoleia (sic), aqui e acolá, por meio de manifestações críticas isoladas, qual expressão do esforço esquecido de gerações e gerações de artífices e trabalhadores de todos os gêneros”.

É nesse sentido evolutivo que construía sua leitura da sociedade e dizia não existir outra razão para a transformação que irrompia de forma violenta na sociedade, mas nem sempre aquela geração se recordava do “passado de sofrimentos, de angústias e injustiças que ele encerra”. Dizia que ninguém poderia negar a influência histórica de acontecimentos como a Revolução Francesa. Uma influência que se dava menos pela forma do acontecimento em si e muito mais por sua “essência”, “impulsionando o homem a adquirir a consciência da dignidade própria e o pleno exercício de suas convicções libertárias”.⁵⁰

As referências a acontecimentos históricos distantes no tempo e no espaço apareciam com certa frequência também no boletim, assim como no jornal *A União* e atendia a dois tipos de objetivos: a) contextualizar eventos e situações políticas, sociais e econômicas a partir do recurso de uma retórica sobre o passado, buscando inserir o acontecimento do presente numa cadeia histórica que o tornava inteligível e como desdobramento necessário; b) afirmar uma origem para as conquistas e desafios do presente.

No caso de João Medeiros, ainda no texto sobre medicina social publicado em *A União*, faz referência à obra do filósofo iluminista Jean Jacques Rousseau (1712-1778) como um pensamento relevante na construção da própria “época hodierna”. Há certa compreensão da história como acúmulo. O autor terminou o texto apresentando a ideia de que, como afirmara Ellen Kay, “este século, o nosso, é o século da criança”.⁵¹ Conclui que: “ao que parece só agora fixou o homem que a infância é o alicerce físico da raça, o substrato material da espécie e da humanidade, que precisa de cuidado, preservação e amparo” desde que se quisesse a infância integrada nos “grandes destinos que novas perspectivas lhe abrem para o futuro”. Assim, “a criança vale pelo lastro de hereditariedade, seja no sentido biológico, seja no social, tanto quanto pela soma de aquisições que o contato com o mundo exterior lhe imprime à personalidade física e moral”.⁵²

Percebendo as continuidades que marcaram aquela época pode-se situar o discurso do pediatra João Medeiros no jornal *A União* em 1942 dentro dessas condições de possibilidade. A medicina social na Paraíba tem uma história que antecede e se soma às ações da LBA. Também inspirada pela abordagem biopolítica foucaultiana e construindo uma genealogia do governo da infância escolarizada, a historiadora Nayana Cordeiro Mariano (2015) analisa o discurso médico-higienista na construção de um modelo hígido de educação escolar primária na então Parahyba do Norte entre os anos de 1849 e 1886. Analisa o papel da legislação na produção de um modelo escolar pautado na ideia de construção da nação e

formação de corpos disciplinados e higienizados. Tematiza ainda o conflito e a articulação entre o saber médico e os saberes práticos, isto é, as artes de curar protagonizadas por parteiras, barbeiros, benzedeiras e boticários quando a presença de profissionais diplomados na área da medicina ainda era muito escassa.

Vemos a partir de tais casos históricos, como a biopolítica se construiu como forma de “levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação”. Trata-se de uma tecnologia que articula saber e poder para o governo da população, ou seja, “um poder contínuo, científico, que é o poder de ‘fazer viver’. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 2010, p. 206).

Mariano (2015) tece uma história da educação em que a escolarização é lida como processo não apenas político, mas fundamentalmente biopolítico na PB da segunda metade do século XIX, pois tal modelo de educação foi construído na interação com um conjunto de demandas sociais do momento, a exemplo das epidemias que se tornaram frequentes depois de 1840. De meados do século XIX até a metade do século XX várias ações foram realizadas em prol do saneamento da infância. “Em nome da infância dialogavam médicos, educadores, Imprensa” (BRITES, 1999, p. 21) e com isso desde o início do século XX a infância passou a ser tematizada, abordada, teorizada, definida e dada a ler para a sociedade por um grupo de profissionais que cada vez se pluralizava mais (sendo composto por médicos, juristas, psicólogos, psicanalistas, assistentes sociais, educadores, políticos etc.) e visava aperfeiçoar o conhecimento sobre este sujeito (cf. FREITAS & KUHLMANN JR, 2002).

...



Figura 8 – O corpo infantil. Boletim da LBA, Ano IV, n. 26, Out./Nov./Dez. de 1950.

A política do cuidado criada pela LBA teve uma política da imagem que lhe foi correlata. Na figura acima se vê um olhar vigilante mais uma vez acompanhado de um toque sobre o corpo infantil que, no berçário, tem sua condição de fragilidade e vulnerabilidade reafirmada. É uma imagem que se repete, um gesto preso numa cadeia de signos do qual faz parte e incutido numa cultura do cuidado com o corpo infantil. É uma imagem política pela posição que ocupa e pela relação que estabelece com as demais que a circundam numa página branca sob a qual desenhos de crianças e mulheres figuram num tom alaranjado.

Trata-se de uma imagem que também toca o real. Mais do que tocar essa realidade da qual busca ser um referente fidedigno, uma imagem desse tipo arde, suscita estranhamento ou mesmo um efeito de beleza sobre as formas como o corpo é exibido. Uma imagem só faz arder na medida em que toca os sujeitos para os quais se destina se conectando com uma experiência sobre a qual ela busca ser uma leitura coerente e digna de confiança e verossimilhança. Pode-se pensar em como as imagens são apresentadas e instituídas no mundo a partir de uma relação com as palavras que a inserem nesse próprio mundo. Mas, como sugere Jacques Rancière (2010), não se trata de uma atitude prescritiva ou normativa, hierarquizando o signo verbal sobre o não-verbal. São recursos distintos. Uma imagem nunca está dissociada de uma cultura que a constrói. De fato, a LBA produziu efeitos na sociedade paraibana a partir da invenção de uma cultura do cuidado. Nisto, o estatuto de imagens públicas não é uma informação meramente

complementar, mas condição de possibilidade para que tais imagens tivessem se tornado possíveis.

Georges Didi-Huberman (2012) tematiza a relação entre a imagem e o real como sendo marcada por um certo incêndio. Neste sentido, tomar a imagem como ponto de partida para uma leitura histórica e uma escrita historiográfica será sempre, indubitavelmente, lidar com cinzas. E na medida em que coloco em questão as condições que tornaram possível tal imagem chegar até o presente, de onde a inquirio, será também um desafio perceber que ela é, metaforicamente, um braseiro que não esfriou e cujo potencial de fazer arder no presente mantém-se também viva.

O desafio de tomar uma imagem como monumento do passado consiste em saber olhá-la. “Uma imagem bem olhada seria, portanto, uma imagem que soube desconcertar, depois renovar nossa linguagem e, portanto, nosso pensamento” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 215). Operar com essas cinzas, esses restos do passado que venceram as defasagens e as imposições do tempo será, do ponto de vista da escrita historiográfica, agir sobre um morto, como já dizia Michel de Certeau. Um morto cujo corpo parece ainda quente, cujos vestígios nos tocam, nos incitam a pensar, nos estimulam a identificar recorrências, inquirir as transformações e ponderar sobre os discursos que os tornaram “sobreviventes”.

A relação estabelecida no boletim entre texto e imagem ocorria com uma finalidade pedagógica e visando efeitos de complementaridade. Exemplo disso foi a edição em que figurou a imagem acima. Lê-se na primeira e na última páginas textos que convocam pessoas e instituições para a *Campanha Nacional da Criança*, cujo objetivo era reduzir os índices de mortalidade infantil e criar uma “consciência coletiva”.⁵³ A última página trazia orientações sobre como lidar com a criança no cotidiano, pois “na sua fragilidade, na ignorância das coisas que as rodeiam, as crianças estão constantemente expostas a perigos que somente os pais são capazes de evitar”, como, por exemplo o uso de roupas muito apertadas que podem sufocar a criança, objetos cortantes ou penetrantes como giletes, facas,

alfinetes, tesouras que podem ferir, quedas que podem ser dar pela subida em móveis da casa etc. As orientações eram destinadas aos pais, a fim de que pudessem evitar tais situações “afitivas e momentos de angústia”.⁵⁴

Não são muitos os objetos que compõem as cenas apresentadas, mas a cama e o berço são suficientes para passar a mensagem. Se naquela edição do boletim mais uma vez se noticiava os números de atendimento às crianças e suas mães na Maternidade Cândida Vargas, bem como noções de puericultura e atendimentos nos postos de higiene infantil de Cajazeiras e Mamanguape, a imagem cumpria uma função introdutória. Mas é fato também que aquele era um momento em que nacionalmente uma campanha buscava angariar recursos e desenhar percursos para reduzir o índice de mortalidade infantil, uma vez que cerca de 300 mil crianças morriam anualmente no país.⁵⁵

“Que faz você por mim?”, diz o texto inicial, como se assumisse a voz de uma criança indagando o leitor. Exigia-se uma ação forte, pois “... A solução do problema da Infância Brasileira não depende de alguns... Mas da participação de todos. De uma Consciência Coletiva, em que cada um pergunte a si mesmo: — Que faço eu pela Infância?”⁵⁶

Apesar do fato de se viver sob governos com posturas autoritárias e obstruindo a possibilidade de crítica e interferência da sociedade nas estruturas de Estado havia, paradoxalmente, esse apelo ao envolvimento e participação de todos em uma política da vida. O que está em questão e que somente outras pesquisas poderão tentar responder é: o que significa e como se efetua participação da sociedade civil em ações desse tipo e sob a égide de governos autoritários?

A produção imagética da mulher como personagem que assumiu a dianteira das ações da LBA foi outro elemento fundamental na arquitetura discursiva do boletim. “A Legião Brasileira de Assistência foi conduzida sobretudo pelas mulheres e se utilizava particularmente da mobilização feminina no enfrentamento dos problemas sociais gerados pela participação do país na guerra” (TUMELERO, 2010, p. 90).

Neste sentido, a produção histórica do corpo infantil na PB com base nas ações da LBA só foi possível pela relação estabelecida de forma naturalizada entre o corpo infantil e o corpo adulto feminino.

Articulados, o corpo infantil e o feminino foram pensados em narrativas mediadas pelos saberes da Ginecologia e Obstetrícia. O boletim construiu todo um repertório de imagens e um arquivo em torno dessa questão da criança. Assim, analisar como foi desenhada uma cartografia dessa assistência à infância, caracterizando melhor as ações, espaços, a política de formação de voluntárias da LBA, assim os conflitos e desafios de Alice Carneiro, eis o que se verá adiante.

⁴ Sobre a concepção de “saber esotérico” como característica dos saberes produzidos sobre a loucura, ou ainda da própria loucura como um saber fechado e hermético construído na época clássica, cf. a primeira parte de *História da Loucura na época clássica*, de Michel Foucault (2012, p. 20-21).

⁵ Os cargos listados na comissão central são os seguintes: Presidente, Vice-Presidente, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Diretor do Departamento Nacional da Criança; Delegado da Ação Social Arquidiocesana; Chefe de Gabinete da Presidência; Diretor do Departamento de Maternidade e Infância; Diretor do Departamento de Administração e Procurador Geral. Já na relação da comissão estadual figuram: Presidente; Vice-Presidente; Representante da Indústria; Representante do Comércio; Representante do Departamento Nacional da Criança; Chefe da Divisão de Maternidade e Infância; Chefe da Divisão de Administração e Procurador Social.

⁶ Sobre a primeira divisão regional do país elaborada na década de 1940 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ver dados estatísticos do século XX em: [Link](#). Acesso em 21 de abr. 2016.

⁷ Boletim da LBA, Ano I, Junho de 1947, n. 2.

⁸ Boletim da LBA, Ano I, Junho de 1947, n. 2, p. 2.

⁹ Boletim da LBA, Ano I, Junho de 1947, n. 2.

¹⁰ "sf (lat legione) 1 Divisão principal do exército romano composta de 10 coortes e compreendendo cerca de 4 a 6 mil soldados de infantaria e 300 cavaleiros. Era comandada por um legado. 2 Grande número, grande quantidade. 3 Grande porção de demônios. 4 Grande quantidade de gente. 5 Grande quantidade de anjos. 6 Folc Cada uma das sete divisões de uma linha, na feitiçaria. L. de honra: ordem militar e civil instituída na França por Napoleão I. L. estrangeira, Mil: corpo de voluntários de

súditos estrangeiros a serviço de um Estado, especialmente da França”. Disponível em: [Link](#). Acesso em 24 de abr. 2016.

[11](#) Boletim da LBA, Ano I, Agosto de 1947, n. 4, p. 8.

[12](#) 15.000 crianças contempladas com a merenda escolar da Legião Brasileira de Assistência na Paraíba. A União, 15 de abril de 1944, p. 7.

[13](#) O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Revista HISTEDBR On Line, Campinas, n. especial, p. 188-204, ago. 2006.

[14](#) O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Revista HISTEDBR On Line, Campinas, n. especial, p. 188-204, ago. 2006, p. 5.

[15](#) O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Revista HISTEDBR On Line, Campinas, n. especial, p. 188-204, ago. 2006, p. 5.

[16](#) Boletim da LBA, Ano VII, n. 40, Julho, Agosto e Setembro de 1953, p.1.

[17](#) Direitos das crianças, deveres dos homens. Boletim da LBA, Ano II, Abril de 1948, n. 9, p. 01.

[18](#) Direitos das crianças, deveres dos homens. Boletim da LBA, Ano II, Abril de 1948, n. 9, p. 01.

[19](#) Direitos das crianças, deveres dos homens. Boletim da LBA, Ano II, Abril de 1948, n. 9, p. 01.

[20](#) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934, art. 138.

[21](#) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1937, art. 127.

[22](#) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1946, art. 164.

[23](#) Boletim da LBA, Ano II, Abril de 1948, n. 9, p. 01, grifos meus.

[24](#) Direitos das crianças, deveres dos homens. Boletim da LBA, Ano II, Abril de 1948, n. 9, p. 05.

[25](#) Direitos das crianças, deveres dos homens. Boletim da LBA, Ano II, Abril de 1948, n. 9, p. 01-02.

[26](#) Boletim da LBA, Ano VII, n. 40, Julho, Agosto e Setembro de 1953, p.1.

[27](#) Boletim da LBA, Ano VII, n. 40, Julho, Agosto e Setembro de 1953, p. 2.

[28](#) Boletim da LBA, Ano VII, n. 40, Julho, Agosto e Setembro de 1953, p. 3.

[29](#) Ver coluna de Conselhos às mães na primeira página não numerada no Boletim da LBA, Ano VII, n. 41, Outubro, Novembro e Dezembro de 1953.

[30](#) Boletim da LBA, Ano IX, n. 45, Janeiro a Junho de 1955. Cf. penúltima página não numerada.

[31](#) Boletim da LBA, Ano VII, n. 41, Outubro, Novembro e Dezembro de 1953. Cf. orientação número 10 na primeira página não numerada.

[32](#) Boletim da LBA, Ano VII, n. 41, Outubro, Novembro e Dezembro de 1953, ver primeira página não numerada.

[33](#) A coluna “Conselhos às mães” aparecem nas edições do período na primeira página não numerada. Cf. Boletim da LBA, Ano VII, n. 40, Julho, Agosto e Setembro de 1953.

[34](#) Boletim da LBA, Ano VII, n. 40, Julho, Agosto e Setembro de 1953.

[35](#) Cf. nesse sentido, O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Revista HISTEDBR On Line, Campinas, n. especial, p. 188-204, ago. 2006.

[36](#) Boletim da LBA, Ano VII, n. 40, Julho, Agosto e Setembro de 1953.

[37](#) Boletim da LBA, Ano VI, Nº 36, Jul/Ago/Set., 1952, p 15.

[38](#) Boletim da LBA, Ano VI, Nº 36, Jul/Ago/Set., 1952, p 16.

[39](#) Boletim da LBA, Ano III, n. 21, Novembro e Dezembro de 1949, p. 3.

[40](#) Boletim da LBA, Ano III, n. 21, Novembro e Dezembro de 1949, p. 3.

[41](#) Boletim da LBA, Ano III, n. 21, Novembro e Dezembro de 1949, p. 3.

[42](#) Boletim da LBA, Ano III, n. 21, Novembro e Dezembro de 1949, p. 3.

[43](#) Ao tratar das diferentes formas de abordar e usar os dados estatísticos na Europa, Martin (2001) afirma que: “progressivamente, durante os séculos XVII e XIX, a abordagem francesa (centrada nos recenseamentos e nas descrições do país com fins administrativos e contábeis), a abordagem alemã (centrada numa abordagem descritiva e analítica, raramente quantificada) e a abordagem inglesa (centrada na aritmética e na análise matemática de dados quantitativos) vão se encontrar e dar nascimento à estatística tal como nós a conhecemos hoje, isto é, ao mesmo tempo “ciência da contagem dos constituintes da sociedade” e “ciência do cálculo em vista da análise das contagens”. Este encontro duradouro, que havia antes acontecido de forma pontual e circunscrita no espaço, foi possível graças às traduções, adaptações, “mediações”. Entre as “mediações” que permitiram a difusão dos instrumentos saídos da aritmética inglesa, é preciso contar as trocas regulares entre os eruditos franceses, alemães e ingleses sobre os instrumentos do cálculo estatístico e probabilístico”.

[44](#) Boletim da LBA, Ano II, Maio e Junho de 1948, Número 10, p. 01.

[45](#) Sobre isso, cf. a obra de Dávila (2006) com informações precisas sobre a interferência dos modelos de gestão pública dos Estados Unidos nas políticas de educação e saúde pública no Brasil com o advento da Escola Nova, por exemplo, nos anos iniciais da década de 1930.

[46](#) Medicina social e assistência à infância. A União, 2 de fevereiro de 1942, p. 4.

- [47](#) Medicina social e assistência à infância. A União, 2 de fevereiro de 1942, p. 4.
- [48](#) Medicina social e assistência à infância. A União, 2 de fevereiro de 1942, p. 4-5.
- [49](#) Medicina social e assistência à infância. A União, 2 de fevereiro de 1942, p. 5.
- [50](#) Medicina social e assistência à infância. A União, 2 de fevereiro de 1942, p. 5.
- [51](#) Essa noção de “século da criança” aparece em outros momentos no boletim da LBA a partir de outro tipo de abordagem e com outros sentidos, como na leitura do médico Giuseppe Orlando de Paula Marques, ao tratar da relação infância e psicanálise, que tomo como objeto no terceiro instante desse exercício de análise.
- [52](#) Medicina social e assistência à infância. A União, 2 de fevereiro de 1942, p. 5.
- [53](#) Campanha Nacional da Criança. Boletim da LBA, n. 26, Out/Nov/Dez de 1950, cf. primeira página não numerada.
- [54](#) Cuidado com as criancinhas. Boletim da LBA, n. 26, Out/Nov/Dez de 1950, cf. última página não numerada.
- [55](#) Boletim da LBA, n. 26, Out/Nov/Dez de 1950, cf. primeira página não numerada.
- [56](#) Campanha Nacional da Criança. Boletim da LBA, n. 26, Out/Nov/Dez de 1950, cf. primeira página não numerada.

II - CARTOGRAFIAS DA ASSISTÊNCIA



Figura 9 – Foi preciso tornar visível não somente os feitos, mas seus locais e frequências.
Capa - Boletim da LBA, Ano III, n. 16, Janeiro e Fevereiro de 1949.

Espaços governáveis

E eis que no castelo de palavras e imagens emerge uma figura inusitada. Trata-se de um mapa. Em 1949 quando a arquitetura do boletim da LBA passou por uma transformação visual e de conteúdo emergiu em sua primeira capa, iniciando um novo ano, essa imagem espacial. Na ordem do discurso o “espaço” ganha espaço. O periódico mostraria a construção de um espaço sobre o qual as ações da LBA continuariam sendo incentivadas, disseminadas, criadas e recriadas com frequência.

Sob um fundo branco de uma página marcada pelo tempo emerge a figura de um espaço. Surge quase que como uma personagem desse enredo em que o corpo infantil é protagonista e a assistência médico-social figura como cenário. As linhas que definem os contornos geográficos da PB operam um corte, instituem uma divisa. Há um recorte mais amplo do qual esse “espaço” é retirado, isto é, do mapa do Brasil, da nação que é reforçada imagneticamente pela presença do logotipo da LBA na parte inferior esquerda da imagem, com as 21 estrelas.

As linhas se entrecruzam, fazem articulações diversas, compondo um mapa esmiuçado, detalhado, atravessado de canto a canto por diferentes marcações gráficas que fazem dele um instrumento político. A legenda ao lado faz notar que uma série de traços mais fortes na parte litoral indica a presença de maiores condições de mobilidade, já que se refere às rodovias. Adentrando pelo interior e seguindo até o sertão esses traços

mais fortes vão se tornando mais tênues, mais solitários em meio às demais linhas que demarcam os territórios municipais. Um lineamento desse tipo e com essa proporção descreve a situação do estado: as condições de mobilidade, transporte, comunicação, circulação e distribuição de pessoas e mercadorias.

A composição desse conjunto de linhas que se atravessam e se justapõem obedecia a um critério de medição que tinha por efeito a produção ou reafirmação discursiva de um território. Mas um território, apesar de ser uma noção eminentemente geográfica, “é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder” (FOUCAULT, 2012, p. 250). O fato de uma imagem como essa emergir no boletim é um dado fundamental para compreender em que tipo de rede a enunciação funciona.

“Existe uma administração do saber, uma política do saber” (FOUCAULT, 2012, p. 251), e a presença de um mapa estava intimamente articulada com uma maquinaria em que o saber e o poder se imbricavam na produção de objetos sobre os quais seria preciso falar, descrever, fotografar, comentar, criticar, dar a ler a partir do critério institucional. A aparição de um mapa quando a PB passava por um processo de redemocratização e no instante em que as forças políticas pareciam se recompor – refazendo-se dos efeitos da política de Getúlio Vargas durante fins dos anos 30 e até a metade da década de 1940 – sintonizava-se com um momento em que a nação parecia passar por uma revisão, um passar a limpo. Compor a imagem de um território sobre o qual as ações da LBA haviam chegado, esmiuçando seus contornos, fazendo ver suas potencialidades geográficas e políticas parecia ser um dado fundamental para recompor um quadro nacional. Daí a presença de uma espécie de título para o mapa: “Vias de transportes e comunicações”.

Uma vez que o espaço parece emergir como figura relevante no interior de uma política cujo foco principal era o governo da infância e da maternidade no território nacional, parece ser fundamental pôr em questão as condições de

emergência em que tal “objeto” *acontece* na ordem do discurso. Deve-se ressaltar que do ponto de vista analítico tomo como ponto de partida o conceito de *governo*, elaborado por Michel Foucault, como desdobramento de suas análises em torno do poder, estando tais reflexões sistematizadas em cursos ministrados no *Collège de France* entre as décadas de 1970 e 1980, a saber: *Em defesa da sociedade* (1975-1976); *Segurança, Território, População* (1977-1978); *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979); e *Do Governo dos Vivos* (1979-1980). Entende-se o governo⁵⁷ aqui “não no sentido estrito e atual de instância suprema das decisões executivas e administrativas nos sistemas estatais, mas no sentido lato, e aliás, antigo, de mecanismos e procedimentos destinados a conduzir os homens, a dirigir a conduta dos homens, a conduzir a conduta dos homens” (FOUCAULT, 2014, p. 13).

Nesta parte do estudo busca-se cartografar a rede assistencial construída e fortalecida na PB a partir da atuação da LBA nos anos 1940. Pergunta-se: afinal, o que significa governo da infância? Uma vez construída uma análise que toma essa biopolítica como ponto de partida para a produção de uma conduta idealizada para a criança, como posso pensar a construção de um governo em que se busca formar subjetividades que, apesar de suas diferenças, não estivessem desarticuladas de um projeto de nação?

Na esteira aberta pelas teorizações foucautianas Alfredo Veiga-Neto (2015) também se indaga sobre *Por que governar a infância?* e afirma que “governar a infância significa educar as crianças, moldando-lhes a alma que é, ao mesmo tempo, efeito e instrumento de uma anátomo-política dos e sobre os corpos infantis”. Assim, “se governa a infância a fim de que aqueles que não estavam aí passem a estar aí, de modo que aqueles que não faziam parte da nossa cultura passem a fazer parte dela, a fim de que os não integrados integrem-se a nós” (VEIGA-NETO, 2015, p. 55).

Quando a LBA surgiu trouxe consigo um projeto que pretendia fazer da infância um objeto e das crianças os sujeitos. Os concursos de robustez realizados desde o início do século

XX, sob orientação de médicos como Moncorvo Filho, e que tiveram como objetivo criar modelos de corpos infantis considerados saudáveis e higiênicos, são exemplos desse governo. Os pais e mães participavam desses concursos exibindo seus filhos e recebendo prêmios pela conduta adotada na criação deles.⁵⁸ Portanto, “governa-se a infância com o objetivo de conduzi-la para determinados ‘lugares’ numa cultura, para determinadas posições numa sociedade e para determinadas formas de vida já partilhada por aqueles que já estavam aí” (VEIGA-NETO, 2015, p. 56).

Partindo dessas questões, o estudo visa cartografar a rede assistencial tecida pela LBA no estado da PB, descrevendo as estratégias de composição, bem como os atores, instituições, serviços, técnicas e formas de disseminação de certa pedagogização do corpo infantil. Insere-se isso na complexa articulação entre o individual e o coletivo, ou em outros termos, entre o público e o privado, o indivíduo e a população. Nesse sentido, não assumo como desafio a tarefa de fazer a história *do* espaço, mas justamente compreender *como* e em que medida o espaço foi tomado como alvo de investimento por esse dispositivo biopolítico.

Uma vez delimitado o eixo sobre o qual a análise se debruça, três cuidados metodológicos parecem se impor: a) descrever o movimento de composição de uma rede, sem limitar à historicização exaustivamente os diferentes pontos que a compunham; b) considerar a multiplicidade de pontos de atravessamento e interconexão que participaram da produção dessa rede e os efeitos que ela produziu, tanto do ponto de vista pragmático e empírico, como também das formas de subjetivação que intencionava fazer circular pelo território; c) desconsiderar a pretensão que tome o Estado como único ponto de partida para composição ou atualização dessa rede.

Apesar da construção de uma rede assistencial ser um tipo de objetivo perseguido pela LBA e orientado nacionalmente pela Comissão Central, é fato que as demandas e questões que foram destacadas por essa política pública não partiram dela como essência primeira, mas só se tornaram

possíveis a partir de uma série de influxos e forças externas à LBA. Houve relações entre políticos, estadistas, intelectuais e atores de diferentes espaços sociais.

Cartografar. Isto é, traçar um desenho que institua a visibilidade de um espaço ou que ponha em questão as formas com base nas quais certas visibilidades espaciais foram possíveis. Diferentemente de uma cartografia tradicional que “encontra-se ligada ao campo de conhecimento da geografia e busca ser um conhecimento preciso, fundado em bases matemáticas, estatísticas, contando com instrumentos e técnicas sofisticadas” e definindo como especialidade de seu campo “traçar mapas referentes a territórios, regiões e suas fronteiras, demarcações, sua topografia, acidentes geográficos, como pode ainda tratar da distribuição de uma população em um espaço, mostrando suas características étnicas, sociais, econômicas, de saúde, educação, alimentação, entre outras” (PRADO FILHO & TETI, 2013, p. 47), propõe-se aqui outro movimento.

Partindo de diálogos com Deleuze (2005) e Foucault (2012), pensa-se a cartografia não apenas como esse “método” que delimita, circunscreve, posiciona e institui um espaço pela linguagem do mapa geográfico. Na esteira aberta por esses autores pode-se pensar a produção discursiva do espaço e desenhar uma cartografia que seja antes de tudo uma *estratégia* de abordagem que circunscreva e analise a produção do espaço cartografando múltiplas relações de força. É o próprio Deleuze quem nos diz que “todo diagrama é intersocial e em devir. Ele nunca age para representar um mundo preexistente, ele produz um novo tipo de realidade, um novo modelo de verdade” (DELEUZE, 2005, p. 45). Logo, a tomada do espaço em que a assistência social iria se efetivar foi questão estratégica.

Deslindar essa trama, pondo em questão as imagens e palavras que operaram na visibilidade desse tema é fundamental para não apenas compreender, mas fundamentalmente, cortar as linhas e amarrações que urdiram tais ideias e imagens, produzindo um efeito de rarefação. Observa-se a articulação entre o governo de um corpo e os

espaços em que esse governo se fez ação. Essa *cartografia social* “liga-se aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas e, mais que mapeamento físico,” considera questões mais plurais e “trata de movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade” (PRADO FILHO & TETI, 2013, p. 47).

A partir daquela capa o interesse em *mostrar onde* as ações da LBA estavam chegando passou a aparecer de maneira mais contínua e incisiva, o que não quer dizer, é claro, que tal interesse já não existisse antes. Foi composta uma série documental a partir do critério cronológico e por meio da qual penso como as imagens fotográficas de instituições de assistência foram usadas como elemento dessa performance visual em que a LBA buscava fazer ver as diferentes instituições que ela formou ou com as quais cooperou em termos técnicos e financeiros. Em um segundo momento mostro as ações, atividades e “rostos” imagetivamente forjados da população assistida pela LBA e que por sua vez figuraram também em suas capas. Tal série se constitui em dois movimentos: a) mostra a imobilidade dos prédios institucionais; b) captura os movimentos que atravessaram tais estruturas.

Nas primeiras páginas dessa nova fase do periódico, enuncia-se: “A Legião Brasileira de Assistência é uma sociedade civil, de âmbito nacional, cuja finalidade é a proteção à maternidade e à infância”.⁵⁹ Inicialmente “criada para atender às necessidades resultantes do desajustamento econômico e social suscitado pela guerra nas famílias dos convocados militares, tais foram seus esforços, o espírito de sua organização, a eficiência e a expansão de sua capacidade realizadora” uma vez “que, encerrado o ciclo de nossa beligerância, novos horizontes se abriram à continuidade de sua dedicação, do seu senso prático, de sua atuação em favor da coletividade brasileira”. O fim “das hostilidades no campo cruento da luta, com efeito, epilogou apenas o episódio bélico.

Os quadros do sofrimento humano, esses, ao contrário, recrudesceram com a debacle da economia mundial e a ruína financeira das nações tragadas na voragem do Moloch guerreiro”. Com isso, “novos problemas vieram, portanto, complicar e agravar a realidade de todos os povos. Assim, o desencadeamento de nova crise econômica, tão ao sabor de períodos históricos que tais, com as consequências inelutáveis de tamanho cataclismo, gerou condições de inacreditável miséria não só para aqueles países que mais se extremaram na peleja, como até mesmo para os não participantes do conflito cuja riqueza, estruturada em bases não muito sólidas, ou em fatores de necessidade compulsória no mercado internacional, depende essencialmente dos excedentes de disponibilidade monetária que de fato só existem em períodos normais de prosperidade”.⁶⁰

“Em tais conjunturas, não poderíamos deixar de ser arrastados pela avalanche da crise universal”, continua a matéria: “Considerando a infância o esteiro evolutivo duma nação jovem, cuja virilidade futura está em função de sua validade atual, para ela convergiram a sua atenção e o seu desvelo. Modificaram e corrigiram assim as causas como os efeitos que incidiram numa alta morbilidade (sic) infantil retificando dessarte os algarismos de seus coeficientes de mortalidade infantil”.⁶¹

A infância como um processo em desenvolvimento. O texto prossegue: “Aceitaram de boamente o capital representado pela imigração selecionada, que se incorpora à riqueza pública, mercê de sua produtividade imediata, mas nem por isso desdenharam da consolidação das reservas raciais preexistentes em cuja exuberância se contém a cepa ancestral, a experiência de outras gerações, o apego ao solo, os liames religiosos, os laços familiares, a identidade da língua e as ligações históricas indispensáveis ao bom caldeamento do sangue na miscigenação futura”. Os acontecimentos parecem ter incentivado uma análise atenta sobre “as cifras apavorantes de nossas estatísticas demográficas conseguiram, por fim, despertar o interesse de todos para esse angustiante problema

nacional que um pugilo de homens abnegados vem expondo continuamente ao exame descuidoso da “opinião pública”. É que, para muitos, “menino não é gente”. Não merece atenção. Deixá-los morrerem uma aplicação um tanto ou quanto sinistra, mas necessária, da lei de [Francis] Galton. Uma contingência obrigatória que teríamos de pagar à seleção natural”. Deste modo, o contexto do pós guerra, “com as terríveis decorrências da crise econômica, agravou, porém, de tal forma o vulto dessa situação que ele passou a impressionar todos os quadrantes da vida indígena. Pensou-se então em estruturar um organismo extra oficial que, não obstante em estreita colaboração com o governo, pudesse livre das fórmulas prosaicas e avassalantes da burocracia administrativa, empreender a tarefa dum largo programa de realizações capazes de enfrentar a questão com eficiência e patriotismo intervindo imediatamente na luta contra a enorme mortalidade dos nossos jovens patrícios”.⁶²

Deste modo, refere-se à LBA dizendo que, “tomando a si por uma reestruturação estatutária de seus fins sociais o desempenho desse importante papel na comunidade pátria da LBA revalidou os créditos já abertos em seu favor por toda a nação” e “[...] não somente promoveu a modificação de sua organização em si, mas tratou de se adaptar à técnica científica duma assistência e proteção à infância em correspondência com sua alta finalidade”. Exemplo disso indica-se na sua estreita correlação com o Departamento Nacional da Criança (DNCr), criado em 1953.

Iniciando a sua tarefa nos moldes preconizados pelo alto descortino daquela entidade oficial, a Legião passou a disseminar por todo o território nacional a ação benfazeja dos seus inestimáveis serviços quer no campo social, quer no da medicina (social ou individual) ainda que no jurídico, aspecto este, da assistência à família, cuja relevância não será demais salientar e de que não se cogitara ainda em nosso meio com a amplitude, a elevação e a eficiência por ela empreendidos.

A proteção e a assistência à maternidade e à infância encontraram, portanto, um sentido largo e humano, patriótico e nobilitante na nova conceituação de sua finalidade. E ela pôde, dessarte, desfraldar outra vez a flâmula das velhas campanhas em prol do BRASIL, a que sempre serviu com efetiva compreensão cívica, com alevantado sentimento de solidariedade humana, com o carinho acrisolado que merecem as coisas belas e puras como o amor de mãe – que dá tudo em sacrifício, desprendimento e renúncia e só pede para si amor e compreensão. Não

é outra a oferta do seu esforço. Este o sentido atual da Legião Brasileira de Assistência⁶³.

Apresentar seus objetivos e atividades realizadas foi uma função do boletim institucional da LBA. Mas nele também foram narrados acontecimentos que acometeram o mundo. Falar em “universal” tem como efeito de sentido colocar em questão a existência do ser humano como um todo, independentemente das idiossincrasias culturais. Abrir a possibilidade para pensar no humano para além de suas diferenças parece ter sido um dos objetivos da LBA já que sua existência institucional só foi possível em um momento marcado por uma tragédia que ceifou milhões de vidas e comprometeu, dali em diante, até mesmo a possibilidade humana de imaginar o tempo por vir, o futuro.

Como construir uma nova experiência diante de um desastre? Diante de tantos destroços, mortes, memórias e vidas desperdiçadas por uma guerra com dimensões tão amplas parecia se colocar a questão de como agir diante daquela situação. Se o exército brasileiro composto por homens foi atuar nos campos de batalha e defender os Aliados naquele conflito com proporções mundiais foi preciso que internamente se compusesse um exército, mas de outro tipo, como sugere a própria expressão “Legião”. Tratava-se de um exército comandado em grande medida por mulheres que passaram a ser formadas para tomar a linha de frente de outra guerra histórica que o Brasil precisaria travar: combate à mortalidade infantil. Não parece ter sido à toa que naquela mesma edição de junho de 1947, Clóvis Corrêa da Costa dissesse de forma sucinta que “a primeira pedra sobre a qual se assenta a defesa nacional é a puericultura, que prepara gerações de homens fortes, aptos a disputar seu lugar ao sol”.⁶⁴

Compor um exército de mulheres que tomasse para si a missão de construir uma nação cuidando daqueles que constituíam uma promessa e uma condição para que esse mesmo projeto se efetivasse, isto é, o corpo infantil, tornava-se missão. Conhecer essa infância era fundamental para aquela política, por outro lado também foi preciso recortar no grande

mapa da nação os estados, municípios e bairros nos quais a LBA iria atuar.

Um mapa é também uma imagem. Trata-se de uma imagem diferente das demais que aparecerão ao longo deste texto, mas de um modo geral pode-se dizer que todas, com gêneros específicos, são marcadas por essa condição imagética, esse desejo de representar por meio do apelo à visão. A historiadora Maria Bernadete Flores (2015) nos diz que diante da imagem a pergunta do historiador “não seria tanto sobre o que ela, a imagem, documenta, ou de que história ela é testemunha, mas, que tempos, que memórias e que tradições ela carrega” (FLORES, 2015, p. 240).



Figura 10 – Da esquerda para a direita tem-se as edições de novembro e dezembro de 1949 (Ano III, n. 21) e a de janeiro e fevereiro de 1950 (Ano IV, n. 22).

Um gramado verde e bem cortado acompanha uma leve vegetação que sobressalta no terreno e antecipa as paredes que se destacam adiante. Não há pessoas, rostos, corpos humanos em cena, pois é o cenário que predomina. Parece ter sido essa a intenção de quem captou tal cenário: o olhar que enquadrou e inseriu num tempo futuro, por meio da viagem possibilitada pela manutenção da imagem fotográfica, parece ter desejado, de fato, fazer ver o prédio em seu conjunto.

Recortado entre um céu que não se sabe se estava nublado ou repleto de raios solares e um gramado que divide o espaço da natureza e da instituição marcada pelo concreto e o tijolo, a imagem que se produziu foi a de um prédio. Tal recorte operado e divulgado não foi feito de forma aleatória, pois se tratava do Hospital Arlinda Marques dos Reis. Fruto dos empenhos de Alice Carneiro, este hospital foi criado por meio

de campanha empreendida por ela e contou com a cooperação financeira de empresários da Paraíba⁶⁵, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. O hospital foi criado em 19 de setembro de 1945 e o nome da instituição foi dado em homenagem a uma das freiras que contribuiu com as ações da LBA, inclusive na captação de recursos de particulares para a formação do hospital – que só seria tomado como instituição estatal na década de 1980.⁶⁶

Tal rede foi financiada em grande medida pela LBA, mas também com a cooperação de outras organizações sociais e empresários, a exemplo dos Irmãos Fernandes. Desde o início da LBA tais parcerias se deram. No dia 30 de setembro de 1942 a edição do jornal *A União* divulgava os trabalhos iniciais da primeira dama. “Sob a orientação da sra. Alice Carneiro estão sendo encaminhados dentro de um ambiente de maior entusiasmo, os trabalhos de organização neste Estado, da Legião Brasileira de Assistência”. Assim como em diferentes momentos, o tom de abordagem das ações é sempre elogioso.⁶⁷ Ainda nessa publicação pode-se perceber o processo inicial de organização e composição da comissão estadual da LBA. Mostrar visualmente tais personagens era fundamental.



Figura 11 – Alice Carneiro recebe doação para a LBA. *A União*, Quarta-feira, 30 de setembro de 1942, p. 3. Acervo da Fundação Casa de José Américo de Almeida.

Mãos que não se tocam, olhares que não se encontram, mas cujo movimento a lente da câmera pôde captar como símbolo da parceria e cooperação entre Estado e o empresariado representado pela doação em cheque recebida por Alice Carneiro das mãos do Sr. João Fernandes de Lima. “Os IRMÃOS FERNANDES, proprietários da Usina Monte Alegre,

num gesto espontâneo de patriotismo, ofereceram à LBA um donativo de 5:000\$000, como sua contribuição para o êxito dessa humanitária organização que se destina a prestar amparo às famílias dos nossos bravos soldados”. A legenda destacava o nome do doador do auxílio financeiro e trazia também uma lista de nomes de pessoas que a primeira-dama convocava para uma reunião que se realizaria no palácio da Redenção na sexta-feira dessa semana, isto é, dois dias depois, com “elementos representativos das nossas classes, com o fim de ser assentada a organização definitiva do Departamento que dirigirá a patriótica campanha neste Estado”⁶⁸.

A primeira dama convidava as seguintes pessoas: João Fernandes de Lima, Abílio Dantas, Miguel Falcão de Alves, Evilacio Feitosa, João Brasil de Mesquita, prefeito Francisco Cicero, Odon Bezerra, Henrique Cândido Cavalcanti de Albuquerque, Arthur Sobreira, João Henriques, João de Vasconcelos, Jandhuy Carneiro, Oscar de Castro, Abelardo Jurema, Ascendino Leite, José Newton Nogueira, José Leal, Rocha Barreto, Orris Barbosa, Otacilio Nóbrega de Queiroz, Alberto Diniz, José da Silva Mousinho, Abelardo Andréa dos Santos, Efigenio Barbosa, prof. Sizenando Costa, João Úrsulo Ribeiro Coutinho, Humberto Marques, Martins Ribeiro, monsenhor João Coutinho, Vasco de Toledo, Avelino, etc. Médicos, padres, políticos e mesmo familiares foram convidados para participar do processo de formação da comissão estadual, a exemplo de Jandhuy Carneiro que como o próprio sobrenome sugere era irmão de Ruy Carneiro.

Mas o que a LBA compreendia como *obra social*? Ainda no primeiro ano de publicação do boletim a instituição dedica um espaço para deixar claro o que entende por isso, afastando-se de um caráter religioso. Em matéria cujo objetivo é classificar as obras sociais, dizia-se que era *obra social* era “uma instituição que presta qualquer forma de serviço de caráter assistencial, a indivíduos necessitados, gratuitamente ou mediante contribuição segundo as possibilidades dos assistidos visando promover o seu bem-estar individual e coletivo”.⁶⁹ Havia quatro tipos de obras sociais:

1) Obras essenciais:

São aquelas, como indica o qualificativo, absolutamente indispensáveis em qualquer comunidade, porque representam o mínimo desejável para que, numa dada população, a infância e a maternidade sejam convenientemente assistidas nas suas necessidades fundamentais;

2) Obras necessárias:

São aquelas que, não sendo de urgência, como as primeiras, são contudo, necessárias porque veem ampliar o serviço prestado pelas anteriores, assegurando melhores condições de assistência à infância e a maternidade.

3) Obras complementares:

São aquelas que, não sendo nem, indispensáveis nem necessárias, veem completar a ação das precedentes, oferecendo à comunidade uma série de recursos que muito concorrerão para consolidar a obra realizada pelas demais e, progressivamente, elevar o nível das condições sanitárias, de educação e de trabalho do meio.⁷⁰

Uma vez definidos os tipos de ação social, informa-se que “de acordo com essa explicação preliminar deduz-se que do ponto de vista do auxílio financeiro da L.B.A., têm prioridade sobre as demais as do 1º grupo, em segundo as do 2º grupo e finalmente as do 3º grupo (somente quando as anteriores estiverem em condições de cumprir suas finalidades)”.

As justificativas para essa classificação das obras sociais são as seguintes: a) “limitar os auxílios da LBA às obras sociais especificamente de assistência à maternidade e à infância, de acordo com a nova finalidade expressa nos estatutos em vigor; b) Suprimir os auxílios àquelas obras que, embora de assistência à maternidade e infância, ou não se enquadram exatamente dentro do âmbito de ação da LBA (por serem, por exemplo, da alçada de determinados Serviços Públicos, tais como Ministério da Educação e Saúde e Ministério do Trabalho, Juizado de Menores etc.) ou não são de urgente necessidade do meio”.⁷¹

CLASSIFICAÇÃO DAS OBRAS SOCIAIS		
<i>Obras essenciais</i>	<i>Obras necessárias</i>	<i>Obras complementares</i>
Obras de assistência à família (Agência de Serviço Social) Consultório de higiene infantil; Lactário; Consultório de higiene pré-natal; Consultório de pediatria; Cantina maternal (isolados ou constituindo o Posto ou Centro de Puericultura).	Creche, Escola Maternal; Jardim da infância (isolados ou constituindo a Casa da Criança). Parque infantil; Educandário (obra de assistência ao menor desamparado); Escola profissional; Escola doméstica; Hospital infantil ou enfermaria para crianças; Consultório para pré-escolar e escolar; Consultório dentário.	Abrigo de gestantes; Banco de leite humano; Abrigo maternal; Prêmio de amamentação; Abrigo de lactentes; Ninho; Obras do berço; Colocação familiar; Abono familiar; Sopa escolar; Preventório; Colônia de férias; Escolas de anormais; Casas para convalescentes; Bibliotecas infantis; Clubes agrícolas; Escolas para formação de pessoal técnico, de acordo com a finalidade da LBA e mantendo convênio com a CE ou CM, (Escolas de Serviço Social, de Enfermeiras, de Puericultores, etc.).
<i>Obras que não se enquadram na finalidade da LBA</i>		
Obras que prestam assistência indireta à maternidade e à infância (vilas operárias, etc.) Obras que estão afetas aos Serviços Públicos (ex: escolas, hospitais, etc.) Obras de assistência aos adultos e à velhice (ex.: asilos de velhos, obras para trabalhadores etc.).		

Tabela 3 – Classificação das obras sociais. Quadro construído a partir de dados do periódico. Fonte: Boletim da LBA, Ano I, Agosto de 1947, n. 4, p. 6-7.

A rede articulou instituições públicas e privadas, religiosas e laicas, médicos e demais profissionais. Ao assumir o governo do Estado e instituir uma política de assistência social desvinculada oficialmente da Igreja Católica, Ruy Carneiro entrou em contato com essa instituição, e em especial com o monsenhor Zé Coutinho –, o nome dele também aparece na lista de convidados da primeira dama.

A primeira imagem desta série sobre as instituições representa o Hospital Arlinda Marques dos Reis, em João Pessoa. Abriu uma edição cuja única imagem foi essa de capa e no seu interior informava sobre o município de Araruna, trazendo dados estatísticos e o considerando um ponto daquela rede assistencial. Também apresentava textos informando sobre a posse do Dr. Lauro Wanderley como novo diretor da Maternidade Cândida Vargas. Destaca-se nessa edição um texto sobre a questão das hemorragias de menopausa e câncer uterino e outro em que se afirmava, já no título, que era preciso dar mais atenção à criança, assinado por J. Leomax Falcão, personagem que já apareceu anteriormente nessa trama, que fazia parte do Serviço de Bioestatística do Departamento de Saúde, e escrevia periodicamente para o boletim.⁷³ Por sua vez, a segunda imagem consiste na fotografia do posto de puericultura localizado em Cajazeiras, no sertão do estado, fazendo parte de uma edição em que o município abordado com destaque é a cidade de Umbuzeiro. Na mesma edição novamente J. Leomax Falcão assina um texto sobre a natimortalidade infantil à luz de dados nacionais e regionais. O periódico trazia também naquela edição um relatório com as atividades do posto de puericultura em Campina Grande, no interior do estado.

Um pequeno muro delimitava o espaço entre a rua e o posto de puericultura da cidade de Cajazeiras. Duas colunas erguem três entradas para o público que era diariamente atendido pela instituição, que tem seu nome estampado com letras grandes na parede do posto. Não seria nem preciso adentrar pelo pequeno portão rente ao muro para saber que ali havia um espaço construído e mantido pela LBA, cujas lideranças políticas de maior fôlego político estavam na capital, mas que volta e meia passavam por outros municípios.

As imagens das instituições apoiadas pela LBA passaram a figurar nas capas do boletim acompanhadas de um momento em que a própria arquitetura discursiva do periódico também passou por transformações. O boletim passou a circular com cores diferentes a cada edição e explorando

melhor, de quando em vez, o recurso das cores e imagens fotográficas, além da exposição de tabelas com dados estatísticos, balancetes e levantamentos sobre os números de atendimento realizados em espaços como o Hospital Cândida Vargas ou o Arlinda Marques, lactários e bancos de leite humano.

Cada edição passou a ter uma cor específica e também no mesmo tom apareciam os textos da coluna *Nossos Municípios* na primeira página não numerada do boletim e o texto da última página, também não numerada, que antecedia os créditos finais. A coluna *Nossos Municípios* não consistiu em um espaço fixo, mudando a cada edição a sua localização entre as páginas do periódico ou mesmo sequer aparecendo. Era um momento em que a própria instituição passava por transformações em âmbito nacional, e nisso refletindo diretamente na comissão central da LBA no RJ, uma vez que não se vivia mais sob o comando de Getúlio Vargas e de sua esposa Darcy Vargas.

Do ponto de vista internacional era um momento já marcado pelas relações tensas no contexto da Guerra Fria, mas também um momento marcado por promessas políticas, do ponto de vista institucional e jurídico com a emergência da DUDH promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948.

Percebe-se que a produção de imagens que representavam instituições que atuavam na defesa e proteção dos direitos da infância e da maternidade obedece a um conjunto de regras discursivas que não se limitam nem ao escopo político regional da PB nem apenas ao ordenamento institucional, mas se referiam às mudanças que de modo mais amplo e geral produziam-se no Ocidente, após os horrores da Segunda Guerra Mundial. Apesar de que essa política de governo surgiu em um momento histórico em que a discussão em torno dos direitos humanos ganhava contornos, não compreendo que esse “contexto histórico” determinou a emergência da LBA de forma unilateral. O Brasil fez parte dos debates em torno dos direitos da criança no plano internacional.

As políticas para a infância brasileira ora tiveram um caráter protetivo ora um posicionamento mais corretivo e disciplinar, tendo sido influenciadas por iniciativas desenvolvidas em outros países como Itália, Portugal e França, como demonstra a análise que Sônia Câmara (2007) fez ao tratar do caráter jurídico e educativo das ações de prevenção à infância pobre em estudo comparativo entre Brasil e Portugal, entre 1910 e 1920.



Figura 12 – Da esquerda para a direita tem-se os exemplares de Março e Abril de 1950 (Ano IV, n. 23) e o de Janeiro e Fevereiro de 1951 (Ano V, n. 27).

Prédios aparentemente simples com apenas um andar térreo e que aparenta serem casas alugadas pela LBA para os postos de puericultura de Pombal e Caiçara. Ambas são imagens de capa, mas ao passo em que uma aparece ocupando todo o espaço da fotografia, o que indica uma escolha de delimitar e circunscrever bem os contornos arquitetônicos da instituição, a outra aparece quase num segundo plano, sendo circundada por um amplo espaço limitado por um muro grande que a envolve.

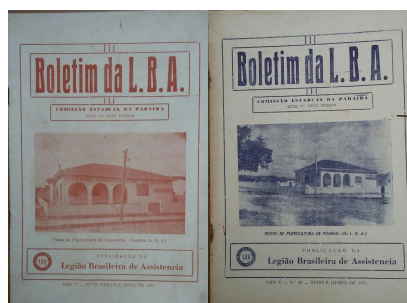


Figura 13 – Da esquerda para a direita tem-se as edições de Março e Abril de 1951 (Ano V, n. 28) e Maio e Junho de 1951 (Ano V, n. 29).

No caso da PB, particularmente, a emergência da comissão estadual deu-se com a Interventoria de Ruy Carneiro, que durou de 1940 até 1945, e posteriormente, já no quadro de uma redemocratização do país, após retirada de Getúlio Vargas da presidência, seguindo suas atividades quando o estado da Paraíba já era administrado por outros políticos: Samuel Vital Duarte (1945), Severino Montenegro (1946), Odon Bezerra Cavalcanti (1946), José Gomes da Silva (1946-1947), Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo (1947-1951) e José Américo de Almeida (1951-1956), considerando esses governos como os que se configuraram no período em análise.

A descontinuidade na exibição da coluna *Nossos Municípios* no periódico pode ser demarcada na edição de março e abril de 1951, publicada com tom avermelhado. Possui dezesseis páginas e não exhibe a coluna em que se falava sobre os municípios. A primeira página não numerada do boletim é dedicada a divulgar a Semana da Criança e a campanha em torno da solução do problema do aleitamento materno para as mães que trabalhavam e tinham filhos recém-nascidos.⁷⁴

Articulando trabalho e vida maternal, a instituição faz a crítica que as empresas não dispunham das condições necessárias para que a criança fosse bem cuidada e alimentada por suas mães. As creches das fábricas muitas vezes não eram equipadas o suficiente nem tampouco fiscalizadas com regularidade. Tratava-se de uma questão delicada na própria história do trabalho feminino no Brasil e que, apesar de ser tratada nesse boletim na década de 1950, remontava a experiências anteriores quando a mulher, a partir do começo do século XX, começou a adentrar de maneira mais incisiva no mercado formal de trabalho, sem esquecer obviamente de mulheres negras que desde o período colonial sempre ocuparam espaços distintos nos mundos do trabalho, inclusive como escravizadas. Além delas, outras mulheres pobres e imigrantes também ajudam a relativizar essa ideia de que as mulheres entraram no mundo do trabalho apenas no século XX. Contudo, embora a discussão em torno da maternidade e da relação da mulher com o aleitamento de filhos recém-nascidos

no espaço de trabalho não faça parte do horizonte de sua abordagem, o estudo da historiadora Esmeralda Moura (1982) analisa as condições da mulher e do menor no trabalho da indústria nascente em São Paulo entre o fim do século XIX e as duas primeiras décadas do XX. Trouxe à baila dentro dos interesses da historiografia dos anos 1970 e 80 a condição de exploração em que a mulher e o menor estiveram submetidos.

Considerando essa ampla produção e divulgação de imagens sobre as próprias instituições pode-se dizer que houve um investimento intenso na sociedade paraibana da época no sentido da produção de um espaço público. Entendo que tal invenção de um espaço ou esfera pública foi um dos efeitos políticos do dispositivo biopolítico implementado pela LBA-PB, cuja atuação foi marcada por uma significativa força tanto por ser uma instituição federal, como também pelo fato de que aportou recursos financeiros que garantiram a efetivação local da política.

Outro efeito significativo desse dispositivo foi o da normalização das práticas sociais de cuidado e atenção com o corpo infantil. Por meio da puericultura e da prescrição em torno da alimentação, saúde, etc., tratou-se de investir sobre o corpo para que ele cumprisse os critérios de utilidade e certa passividade. Em outros termos pode-se dizer que se tratou de moldar o corpo sem ferir a pele. Esse poder de governo é marcado por seu caráter produtivo, pois inventa os meios para agir diretamente sobre os corpos, olhares, rostos, gestos.

A norma se torna o critério de divisão dos indivíduos (FOUCAULT, 2011, p. 395), e o investimento na normalização das práticas de higiene, alimentação, educação e controle da saúde da criança visava justamente articular o desejo de instituir um modelo de comportamento a ser repetido e um estilo de vida a ser assumido. Ainda sobre a produção de um espaço público, podem-se tomar em conta duas condições de possibilidade para a emergência desse espaço: a) houve um forte investimento político na produção imagética da nação brasileira visando efetuar uma unidade nacional, é possível que tais produções estivessem articuladas com aquele princípio,

pois afirmar a nação pressuponha conhecê-la em suas múltiplas diferenças e variedades locais e regionais; b) houve uma mudança na relação entre o público e o privado que toma como aspecto central a individualidade, a corporeidade de cada indivíduo tomado como sujeito a ser cuidado, educado, classificado, inserido em relações sociais mediadas pela presença do Estado.

Apesar de construir uma análise sobre outro registro histórico, mas ainda marcado pelo afã da construção da nação e a implantação de uma Primeira República no Brasil, a leitura de José Murilo de Carvalho (1999) sobre a Revolta da Vacina no RJ em 1902 aponta diretamente para a questão de como o Estado toma o corpo coletivo (população) como objeto de um governo, cuja efetividade, entretanto, só se constrói na relação com o corpo individual – justamente em direção a esse corpo individual que o Estado agiu de forma autoritária e coercitiva.

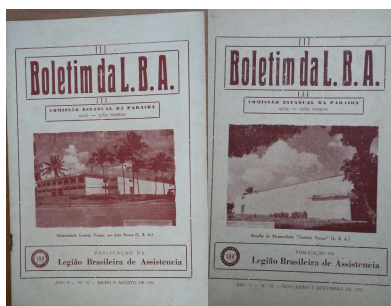


Figura 14 – Da esquerda para a direita tem-se as edições de Julho e Agosto de 1951 (Ano V, n. 30) e Novembro e Dezembro de 1951 (Ano V, n. 32).

A edição de julho e agosto de 1951 foi estampada com a imagem do Hospital Cândida Vargas, um grande empreendimento da LBA, o que se percebe pela própria estrutura física exterior que a fotografia representa. No seu interior a coluna *Nossos Municípios* trazia informações sobre a cidade de Cabaceiras, a cerca de 220 quilômetros da capital e ao sudoeste dela, fazendo limite com as cidades de Campina Grande, Umbuzeiro, Soledade e São João do Cariri. “A despeito de ser o município mais seco” da PB tinha uma produção intensa de algodão e cereais, tendo também investimento na pecuária. De acordo com o Censo de 1950 o município tinha uma população de 31.076 habitantes

distribuídos em 7 distritos. Por sua vez, a edição de novembro e dezembro do mesmo ano não trazia a coluna sobre os municípios, mas enfatizava em sua primeira página não numerada um tipo de atividade que será destacada mais adiante: o natal dos pobres.

O uso da imagem fotográfica como forma de construir uma visibilidade para as instituições de saúde pública foi um tipo de investimento que ocorreu em várias partes do país entre fins do século XIX e início do XX, como apontam as reflexões de James Roberto Silva (1998) sobre a produção e circulação de fotografias por instituições de saúde pública em SP entre 1880 e 1920. O autor toma como fontes as fotografias produzidas por instituições de saúde pública (que também divulgaram tais fotografias em seus periódicos e impressos) tais como Instituto Pasteur de São Paulo, Serviço Sanitário do Estado de São Paulo e periódicos e outros documentos como: *Annaes Paulistas de Medicina e Cirurgia*, SP, 1913-1925; *Gazeta Clínica*, SP, 1903-1925; *Imprensa Médica*, SP, 1904-1914; *Monografias do Serviço Sanitário*, SP, 1918-1920; *Revista do Instituto Adolfo Lutz*, SP, 1950-1954; *Revista médica de São Paulo*, SP, 1898-1914; *A Ilustração Brasileira*, SP, 1903.

Ao problematizar o uso científico das fotografias por tais instituições, Silva (1998) analisa a continuidade desse investimento visual que tanto em SP como na PB parecer ter almejado: a) estender no tempo o investimento imagético sobre a rede assistencial; b) produzir um *arquivo*, representado na PB, por exemplo, não somente pelo boletim da LBA, mas pelo jornal *A União*.

O palco dos inomináveis

Os anos de 1950 foram caracterizados no boletim por essa ampla produção de imagens. Elas narram os passos trilhados pela LBA no estado. Um prédio alto, composto por dois andares impõe-se diante de um grupo de aproximadamente 23 pessoas, a contar das crianças no colo de cerca de duas ou três mulheres. Todos miram a câmera fotográfica, que por sua

vez também os observa de longe, captando seus gestos e expressões diante da sede da LBA na rua Duque de Caxias. À porta de entrada um profissional recepciona e controla o ingresso das pessoas. Com seu rosto magro e seu corpo esguio enfeitado pelo terno, estava encostado na parede, coordenando a entrada e saída de pessoas enquanto ao seu lado o mesmo gesto de olhar quem os olhava também era praticado por duas crianças do começo da fila. Um menino e uma menina observam atentamente algo que está diante deles, que tenta captar não o menino e a menina em suas individualidades, mas aquele grupo que recorria à LBA.



Figura 15 – Da esquerda para a direita tem-se as edições de janeiro e fevereiro de 1952 (Ano VI, n. 33) e outubro, novembro e dezembro de 1952 (Ano VI, n. 37).

Próximo à rua, à espera do atendimento desejado, aquele que era o público-alvo à porta da entidade. São mulheres e crianças, são pobres. Seus corpos vestidos com roupas simples demonstram a magreza do menino que de longe observa aquele que também ao cargo da LBA capta e constrói imagens de rostos e corpos daqueles que eram “beneficiados” pela entidade.⁷⁵

A história da LBA se fez com nomes de mulheres como Alice Carneiro e Ana Alice Melo de Almeida. Os nomes e breves traços das trajetórias dessas mulheres são parte de outro momento deste texto. Talvez por ora seja ainda possível insistir não naquelas personagens que tiveram seus nomes estampados no boletim da LBA ou nas páginas d’*A União*, mas daqueles sujeitos cujos nomes não figuram nas produções oficiais. Trilhando o percurso das imagens e tons que emergiram no boletim talvez seja possível inquirir essa arquitetura discursiva

que, do ponto de vista dessa *ausência de uma presença nomeada/nomeável*, se poderia chamar de um “palco dos inomináveis”.

Dar um nome. Tarefa aparentemente banal e naturalizada, mas que do ponto de vista político-institucional é uma ação de caráter estratégico, uma vez que é o nome que viabiliza – não de forma unilateral e isolada de outros processos – aquilo que, do ponto de vista da cultura, parece ser fundamental: a identidade. Se quando personalidades como Darcy Vargas apareciam no boletim, por motivo da visita que fez à Paraíba em 1951⁷⁶, um conjunto de nomes de políticos, intelectuais, profissionais ligados à LBA e suas esposas compunham a página noticiosa por terem ido receber a primeira-dama do Brasil, por que e como foi possível que o público-alvo da instituição não fosse também nomeado, delimitando assim individualidades e presenças singulares? O que quer dizer dar um nome? Uma vez que nomear é fazer existir, atribuir um nome aos personagens que participaram de determinadas ações da LBA significou atribuir posições de sujeito e formas de existência distintas para os diferentes personagens daquela trama (LOPES, 2002).

Nomear é incidir um corte, uma ruptura, estabelecer uma diferença. Todavia, quais os nomes das mulheres e crianças que figuram nessa capa do boletim da LBA às portas da sua sede? Se por um lado a imagem os captou, tornou perene aquele instante de suas existências articuladas com a instituição, por outro não é possível saber quem são. Talvez essa economia no discurso da LBA se devesse a uma impossibilidade técnica de listar os nomes das pessoas atendidas, mas por outro lado o próprio boletim apresenta listas e mais listas de atividades, balancetes etc. E quando se tratava de cursos de puericultura, por exemplo, os nomes das alunas apareciam nos parágrafos seguintes àqueles em que figuravam os nomes dos médicos e enfermeiras que participavam da mesma atividade coordenando e ministrando.

Autoridades, funcionários e as alunas, são nomeados, os “atendidos” não... É a lógica da instituição disciplinar, que por

um lado afirma o Estado (pela autoridade política e científica reconhecida e, mais ainda, reconhecível) e, por outro lado conforma, constrói e consolida a população enquanto cifra, inominável, mas quantificável... Aqueles que são objeto direto do assistencialismo estatal, por princípio, não têm nome, são somente número.

No sentido de pôr a espessura dessa linguagem em questão procuro tensionar essa relação entre os nomes e as imagens, apontando um descompasso entre as imagens que se veem e os nomes que não se leem. A visibilidade das imagens fotográficas de mães, mulheres pobres e crianças escamoteia a possibilidade de o nome daqueles sujeitos figurarem nas páginas do boletim. A citação dos nomes de políticos e profissionais da assistência ocupava a função de delimitar espaços de poder e também identificar os sujeitos sobre os quais a população poderia depositar a confiança das ações.

A edição de janeiro e fevereiro de 1952 não apresenta a coluna *Nossos Municípios*, mas não deixa de contribuir para o desenho da cartografia social que o boletim ia construindo. Nessa edição a contracapa trazia um texto breve sobre a “Atuação da LBA na Paraíba, por meio de sua maternidade, em João Pessoa”.

A Maternidade “Cândida Vargas” é, no gênero, uma das mais importantes, do norte do Brasil, e, na Paraíba, ocupa o primeiro plano.

Dirigida e custeada pela Legião Brasileira de Assistência, tem o modelar estabelecimento conquistado os aplausos e a gratidão da sociedade paraibana dados os benefícios que ela proporciona à terra.

Conquanto esteja sediada na metrópole do Estado, a Maternidade “Cândida Vargas”, serve também aos habitantes do hinterland paraibano, sendo frequente a internação de elementos das classes pobres, vindos de diversos municípios do interior, que a procuram, sobretudo gestantes.

Dispondo de um corpo médico especializado, para as tarefas com a Maternidade e a Infância, conta ainda o excelente departamento assistencial, com a cooperação de dedicadas religiosas e diligentes e competentes enfermeiras.⁷⁷

Afirmar sua autonomia administrativa e financeira dava o tom para a interpretação que a LBA fazia de si própria, o que marcou a continuidade de suas ações em diferentes momentos políticos do estado da Paraíba, desde a interventoria de Ruy

Carneiro até aquele momento em que publicava o texto sobre a Maternidade Cândida Vargas.

Na esteira de uma leitura que problematiza a produção de um espaço articulado a uma política de assistência social, Igor Robaima (2013) constrói uma análise no campo da Geografia que busca compreender as condições de surgimento da Fundação Leão XIII em 1947, no RJ – que atuou até 1962 –, com o intuito de intervir nas políticas públicas destinadas ao interior das favelas e sobre seus habitantes. Essa instituição desenvolveu projetos em 33 favelas nas áreas de educação, saúde, alimentação, lazer, apoio jurídico e urbanidades. O autor analisa essa política de assistência social que partiu de um setor religioso, e não do Estado, mas que produziu um espaço controlado por critérios e conceitos defendidos pela Fundação Leão XIII.

O boletim de novembro e dezembro de 1952, cuja imagem de capa é o Banco de Leite Humano localizado no bairro de Cruz das Armas em João Pessoa, sob a direção do Dr. João Soares, traz também em sua edição composta por 17 páginas a coluna *Nossos Municípios* sobre Patos. Situada no alto sertão da Paraíba, a 310 km da capital e 173 km de Campina Grande, essa cidade tinha uma população de cerca de 50 mil pessoas. A “agricultura e a pecuária eram particularmente notáveis” e também “produzia algodão e frutas, contando com um regular sistema de açudagem de pequeno porte”.

Apesar da existência da coluna *Nossos Municípios*, não era somente aí que os municípios apareciam. Todo o boletim fazia isso em maior ou menor medida, informando os serviços prestados e as instituições executoras em fotografias e textos. Todas as colunas sobre os municípios traziam informações demográficas, econômicas, sociais, geográficas etc. Referenciava-se a distância geográfica que os municípios tinham em relação à capital João Pessoa e Campina Grande.



Figura 16 – Natal dos assistidos da LBA. Boletim da LBA, Ano VI, n. 37, outubro, novembro e dezembro de 1952, p. 3.

Era o dia 22 de dezembro de 1952. Aquele era um momento em que a LBA assumia a dianteira na prestação de um serviço que além de ter um caráter assistencial, também rompia com uma visão puramente emergencial no atendimento às famílias e crianças. Era Natal, e na tradição cristã aquela data significa um período de renovação, de nascimento de esperanças e novas expectativas em relação ao futuro. Por isso, partindo de um campo de experiência partilhado por todas aquelas mulheres de aparência sofrida talvez a LBA estivesse buscando levar às casas não apenas o pão que alimenta o estômago ou a roupa que protege o corpo, mas fundamentalmente a esperança que alimenta corações diante de um ano por vir.

“Desde cedinho que se iniciou na rua Duque de Caxias a aglomeração das mulheres e mães pobres”. Entre às 09hs e 13hs foram atendidas “Seiscentas e vinte e uma pessoas”. Era mais uma manhã em que Alice de Almeida, desenvolvia seu trabalho de assistência. Preocupada com a distribuição de roupas e alimentos e com a “solicitude, a paciência e a ternura que tem para com as mães pobres” foi assim que Alice, que também era elogiada no boletim pela sua “compreensão humana” e sua postura “cristã”, passou mais aquele dia ali. Foram distribuídas roupas a 621 famílias, além daqueles “não fichados na instituição”.⁷⁸

Havia um cadastro prévio das famílias beneficiadas, o que indica um grau de organização técnica. Agir de forma racional, planejada, delimitando públicos e objetivos claros passaram a ser prerrogativas da ação assistencial no viés

filantrópico.⁷⁹ Uma ação secular, laica teria como premissa o fato de que a política era a possibilidade de organizar a sociedade de modo que pudesse superar suas dificuldades e desigualdades sociais com base em projetos com foco claro. Em uma edição de 1947, se dizia:

Se por um lado os sentimentos de religiosidade nos movem ao exercício da caridade, a vocação de servir, e nos anima à prática do amor, por outro lado, olhando a vida pelo prisma da realidade, assiste-nos o dever de como bons patriotas, concretizar os nossos esforços para a formação de uma mentalidade social ativa, fecunda e esclarecida, em torno dos graves problemas que se agitam, reclamando soluções mais racionais e compatíveis com o meio em que vivemos.⁸⁰

É claro que na prática política instituições como a LBA não ficaram totalmente alheias às crenças e interpretações religiosas inspiradas no catolicismo e seu viés caritativo, pois em diferentes momentos frisava-se o fato de que Ruy, Alice Carneiro e Alice de Almeida eram cristãos católicos. Essa foi uma chave de leitura sobre as posturas e as conotações morais que poderiam resultar das ações empreendidas por tais pessoas. Participavam também daquele momento as crianças junto às suas mães. Atenta diante da fotografia a ser feita, uma criança observa em silêncio enquanto algumas mulheres ao seu lado parecem distraídas. Mais uma vez estavam ali para receber as doações das mãos de Alice. Evidentemente que tal investimento produz efeitos políticos fortes, uma vez que permitiu uma inserção da imagem de Alice Carneiro no conjunto da população e deu visibilidade ao seu marido. Se Ruy Carneiro entrou para a história da Paraíba como um governante marcado por sua “bondade”, “prestimosidade” e por ter feito uma “política do coração” – como apontam algumas obras laudatórias (cf. Silva, 2013) –, é fato que a sua popularidade se deveu ao trabalho de Alice, em grande medida.

Mas se na arquitetura discursiva do boletim um princípio de regularidade foi fundamental para fazer funcionar o conjunto de fotografias das instituições criadas e/ou apoiadas, a mera repetição também foi usada. Como fica claro nas imagens de capa das edições de Abril, Maio e Junho de 1953 e Julho, Agosto e Setembro de 1952 as imagens são iguais

àquelas de Julho e Agosto de 1951 e janeiro e fevereiro de 1952. A repetição não parece ter operado de maneira gratuita, pois ocorre em vão. Destaca-se a Maternidade Cândida Vargas. Ela foi apoiada pela LBA a partir do dia 21 de agosto de 1946, por força do decreto-lei nº 843 do dia 9 de agosto. Reconhecia-se em matéria de capa a “magnitude dessa obra social que visa assegurar às crianças o seu desenvolvimento físico, moral e intelectual”, contribuindo para a “felicidade humana e eficiência de um novo povo”.⁸¹



Figura 17 – Da esquerda para a direita tem-se as edições de Abril, Maio e Junho de 1953 (Ano VII, n. 39) e Julho, Agosto e Setembro de 1953 (Ano VII, n. 40).

Na edição de abril, maio e junho de 1953 não foi publicada a coluna *Nossos Municípios*. Em seu lugar esteve a coluna *Conselhos às Mães*. Ali os cuidados com o sono da criança têm espaço.⁸² Tal pedagogia em torno da infância aludia a efeitos da imaginação infantil no seu próprio desenvolvimento físico e social. Um dos conselhos afirmava que: “o medo das crianças deve ser construtivo. Assim, por exemplo, deve-se ensiná-la a temer a atravessar a rua sozinha (quando ainda são muito pequenas), por causa dos automóveis e não as assustar com lendas para que adormeçam mais depressa”.⁸³

A dimensão lúdica da infância foi construída por meio das orientações acerca dos brinquedos que poderiam ser oferecidos, tendo em conta que “não se deve dar aos meninos brinquedos que lembrem beligerância, como revólveres, espingardas, canhões etc.” Dizia-se ainda que “deve-se criá-los mais em contato com brinquedos naturais, parecidos com as coisas que eles estão acostumados a ver diariamente na vida real: carrinhos, bolas, automóveis, caminhões, bombas de

gasolina [...]”, bem como “outros brinquedos no gênero são mais indicados que soldadinhos, munições ou armas”. Isso indica a preocupação com a formação de cidadãos do ponto de vista da sua socialização ensaiada já nos modos de brincar. Educava-se para uma experiência de paz, uma vez que há poucos anos tinha-se saído de uma guerra.

A preocupação com a saúde aparece em outro conselho em que se dizia: “Os hábitos de higiene devem ser incutidos na criança desde a tenra idade. Começam com o banho diário, as fraldas secas e vão seguindo anos a fora com a roupa limpa, os dentes escovados, os cabelos penteados, as unhas cortadas e limpas etc., a criança assim será o homem de sucesso, no futuro”⁸⁴. Esse tipo de leitura da criança como chave do futuro, como objeto que se explica pela condição de um *vir a ser* foi constante nas páginas do periódico escritas, entre outros, por Orlando de Paula Marques ao tratar do “século da criança”⁸⁵ e “o direito a uma vida de saúde e compreensão”.⁸⁶

Afirmava-se que “assim como hoje em dia não se assustam as crianças com bicho-papão, o velho do saco às costas que apanha papel na rua, a preta velha, o lobisomem ou a cigana, não devem também fazer da escola um moderno bicho-papão”: tal preocupação em torno de fazer da educação algo aprazível e visto como importante se constituía em um desafio. “Os pais de hoje devem mostrar a escola como um verdadeiro prêmio ao bom comportamento da criança. Devem valorizar por antecipação uma coisa que realmente deve ser valorizada por toda a vida”. E o espaço destinado a ela na casa também foi alvo da coluna destinada às mães:

Para o bebê, deve ser destinado o melhor quarto da casa, aquele que recebe mais sol, mais ar e mais luz. As peças onde não entra sol são contraindicadas para dormitório da criança. Qualquer tipo de tapete deve ser evitado no quarto do bebê, assim como cortinas complicadas, para impedir qualquer acúmulo de poeira. Uma cortinazinha clara, lavável, simples, com pouca fazenda, além de embelezar, é mais própria para os dormitórios das crianças.⁸⁷

Uma vez que as famílias eram vistas como parte estratégica na composição da nação, o investimento sobre elas se dava em diferentes campos, garantindo a interferência do

Estado no espaço privado. Na mesma página da coluna dedicada às mães, figurava uma frase com forte apelo moral de Humberto de Campos: “Prefira afrontar o mundo servindo a sua consciência, a afrontar a sua consciência para ser agradável ao mundo”.

A edição de julho, agosto e setembro de 1953 também não contou com a seção *Nossos Municípios*, mas em sua quinta página o breve texto “Comissões Municipais” trazia uma fotografia captada durante o café da manhã oferecido às mães assistidas pelo posto de puericultura em Pombal, no sertão do estado. Era um dia festivo, de confraternização e reforço das atividades. As mulheres predominam na cena. Acompanhadas por crianças que, provavelmente, eram seus filhos.

O espaço já era conhecido por todas elas, pois não se tratava de uma inauguração, mas uma atividade cotidiana. O Pe. Vicente Freitas estava ao lado do presidente da comissão municipal da LBA em Pombal, o Dr. Atencio Wanderley. Eram os anfitriões naquela circunstância. Se a imagem do padre reforça a parceria entre Estado e Igreja, mesmo que noutros contornos, a imagem das quatro crianças parece ter como função também conferir um aspecto angelical, sutil e suave àquela cena. À Igreja coube historicamente o papel de formar o rebanho a ser educado e orientado para a salvação espiritual, enquanto ao Estado coube tomar conta também do seu rebanho, não mais no sentido religioso, mas no sentido prático de conhecer um corpo coletivo sobre o qual deveria atuar, criando as condições para que compusesse os espaços sociais da forma como aquelas instituições orientavam. O poder pastoral que teve sua gênese no conteúdo religioso espraia-se de outras formas na condução das condutas.

Esse tipo de intervenção social ocorre em várias partes do Brasil desde a Primeira República. Em seu estudo sobre as políticas de educação e assistência às infâncias, Paloma Oliveira (2012) fez o mapeamento das condições de surgimento dessas políticas em Juiz de Fora (MG), demonstrando a complexidade de tais práticas laicas e religiosas nos primeiros anos do século XX. No caso em análise, se vê como uma

imagem pública mistura-se às práticas educativas e contribuem "para politizar pessoas comuns, especialmente – mas não exclusivamente –, em sociedades pouco letradas" (BURKE, 2004, p. 182).

Na edição de fim de ano de 1953 a fotografia de capa não era inédita, mas as informações no interior do periódico sim. Em uma seção avulsa chamada “Viajantes” noticiava-se a visita do Sr. Lício Luiz de Matos, que foi à Paraíba fazer um levantamento do quadro de pessoal.



Figura 18 – Da esquerda para a direita tem-se as edições de outubro, novembro e dezembro de 1953 (Ano VII, n. 41) e janeiro e a junho de 1955 (Ano IX, n. 45).

Naquele ano Ivan Bichara Sobreira estava na presidência da comissão estadual. Havia momentos em que atividades de avaliação dos trabalhos locais eram feitas por membros da comissão central e o DNCr.⁸⁸ Por sua vez, a edição referente aos meses de janeiro a junho de 1955 trazia em capa a imagem da Maternidade Cândida Vargas. Todavia, destaca-se o fato de que foi composta em 32 páginas numeradas, sem contar com as duas páginas iniciais (com capa e um texto informativo sobre a questão das emoções vividas pelos pais no convívio com seus filhos) e as duas finais (com um texto tratando do desmame das crianças e o expediente).

A materialidade diferenciada refere-se diretamente ao próprio tempo de seis meses que a edição visava relatar. Se em edições anteriores houve situações em que o boletim se referia a dois ou três meses, nessa edição de 1955 busca-se compreender um período de seis meses. Não há indícios sobre o motivo da demora dessa publicação. Constaram ainda notícias sobre avanços no tratamento da poliomielite, estatística

com o movimento de público no Centro de Puericultura de Cruz das Armas em 1954, dados sobre o movimento no Banco de Leite Humano, no Hospital Arlinda Marques, Maternidade Cândida Vargas e dados da assistência jurídica prestada à população. Há matéria na página 5 inteira e depois segue em colunas à esquerda das páginas 6, 7 e 8 sobre os primeiros socorros, dando conselhos sobre como proceder em casos de estrangulamento, imersão, choque elétrico, ingestão do monóxido de carbono, inalação de gás irritante para os pulmões, respiração artificial e venenos ingeridos.

O movimento do Posto de Puericultura de Pombal também foi divulgado com dados de janeiro a junho de 1955 sobre: consultório pré-natal, consultório de higiene infantil, mamadeiras distribuídas, merendas distribuídas na cantina e litros de leite fornecidos. Ao fim das informações, costumeiramente apresentava-se no canto inferior a assinatura dos profissionais responsáveis por aquele serviço específico que, no caso do Posto de Puericultura de Pombal, eram Atencio Wanderley (chefe de serviço) e Efigênio Barbosa (chefe do D.M.I – Departamento de Maternidade e Infância). Em seguida aparecem os dados sobre o movimento no lactário e cantina do Centro de Puericultura de Cruz das Armas em 1954; uma matéria sobre “peixes leves e carregados”; dados sobre a assistência jurídica em 1955, sendo possível perceber a intervenção de um leitor nessa edição, escrevendo à mão a palavra “Maio” sob a palavra Novembro que estava impressa no boletim, indicando uma correção; havia dados sobre o posto de puericultura de Caiçara nos meses de dezembro de 1954 e janeiro a abril de 1955; movimento da Maternidade Cândida Vargas dos meses de maio e junho de 1955, cada tabela ocupando uma página. Oito páginas foram dedicadas para exposição de balancetes referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1954 e janeiro a abril de 1955, com dados sobre os recursos materiais, financeiros e patrimoniais. As informações sobre o movimento dos ambulatórios, banco de sangue e gabinete dentário da Maternidade Cândida Vargas são expostos em duas colunas da página 22 e referem-se aos meses

de janeiro a maio de 1955. Sempre demonstrando dados sobre diferentes espaços atendidos pela LBA na página 24 é apresentado um documento com dados sobre a comissão municipal de Campina Grande, endereçada à presidência da comissão estadual, que naquele momento estava sob responsabilidade de Ana Alice Melo de Almeida. Os dados de Campina Grande são de janeiro a março de 1955, e descrevem estatísticas sobre: gabinete de higiene infantil, gabinete pré-natal, gabinete dentário e enfermaria da Criança do Hospital Pedro I. Há um texto sobre o veneno de cobras e as portarias costumeiramente publicadas com as resoluções.



Figura 19 – Da esquerda para a direita tem-se as edições de maio e junho de 1952 (Ano VI, n. 35) e março e abril de 1952 (Ano VI, n. 34).

Nota-se que ao fazer uma história *com* imagens e *a partir* das imagens são muitas as faces que do passado parecem nos fitar, inquirir e se interpor entre esses dois tempos dos quais elas participam. A imagem é uma presença inquietante. E dela podem-se operar desvios de análise, imaginar o passado colocando-o em suspeição. De que forma ela se insurge contra o passado? A imagem nos faz pensar ainda de que forma ela também inquieta o presente. Quais as palavras que acompanham e compõem o suporte em que tais imagens figuram? As palavras instituem ou colocam estas imagens *no* presente apesar de não serem *do* presente. Como objeto/fonte a imagem articula uma relação sempre tensa que Michel de Certeau⁸⁹ - ao tratar do fazer historiográfico – nos convidou a pensar sobre a estrutura do passado histórico e a estrutura do presente historiográfico.

São imagens que têm um efeito retórico tanto pelos espaços que produzem como pelos sujeitos que instituem na

espessura de uma realidade também imaginada. “Dar a ver é sempre inquietar o ver, em seu ato, em seu sujeito. Ver é sempre uma operação de sujeito, portanto, uma operação fendida, inquieta, agitada, aberta”, pois “todo olho traz consigo sua névoa, além das informações de que poderia num certo momento julgar-se detentor” (DIDI-HUBERMAN, 2010, p. 77). Caracterizar essa condição de objetos visuais produzidos institucionalmente com fins de legitimação de um projeto talvez seja condição para uma leitura que possa pôr em questão as imagens que não apenas ilustram um *fazer político* da LBA, mas participa desse *fazer*.

No dia 18 de março de 1952 foi inaugurado o posto de puericultura Sant’Ana da cidade de Caiçara, no interior da Paraíba. “Às 10 hrs, o dr. Ivan Bichara e sua comitiva chegaram ao posto de puericultura, sendo recebidos com salva de palmas e pétalas de flores atiradas pelas crianças das escolas daquele município”. O então vice-presidente da comissão estadual foi recebido também por Palmira Xavier que “falou em nome do povo caiçarense”. “Vieram os ilustres visitantes trazer à nossa terra, as nossas criancinhas pobres da nossa terra, uma assistência que já se fazia necessária, pois todos sabem como é completo o abandono em que vivem os pequeninos seres do interior do nosso país”.⁹⁰

— “Devemos a fundação desse posto a um filho de Caiçara, quando presidente da L.B.A, e desejamos que todos os caiçarenses se unam para que essa obra tenha prosseguimento”, discursou Palmira Xavier.

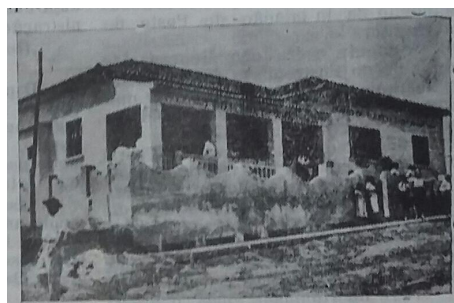


Figura 20 – Posto de Puericultura de Caiçara. Boletim da LBA, Ano VI, n. 35, maio e junho de 1952, p. 3.

Caiçara era uma cidade pequena do interior, e por conta de sua condição, as crianças sofriam os efeitos da miséria social e do esquecimento político.

— “Sabemos que essa iniciativa terá o apoio de todos os homens de responsabilidade na administração pública, notadamente desse grande brasileiro que é o Governador José Américo de Almeida, que deixou de ser uma glória do seu estado para ser uma das forças morais da Nação Brasileira”, reitera Palmira Xavier. “— Contamos, com certeza, também, com a cooperação valiosa e sincera desses dois grandes corações de mulher que são as Exma. Sras. D. Darcy Vargas e D. Alice de Almeida, abnegadas protetoras das crianças pobres”.



Figura 21 – Ivan Bichara na instalação do Posto de Puericultura de Caiçara.
Boletim da LBA, Ano VI, n. 35, maio e junho de 1952, p. 3.

As roupas ajudavam a fazer “boa figura”. Mesmo quando se tratava de fotografar uma multidão à espera do atendimento na rua Duque de Caxias ou em outros espaços, o registro fotográfico operou cortes e seleções que distinguiam os personagens e seus lugares de poder e de fala. Por onde criou as comissões estaduais e municipais, o objetivo de oferecer as condições e canais para divulgar suas atividades foi contínuo na missão da LBA no Brasil. Ao estudar a ação da LBA em Rio Branco (AC), Giane Lucélia Grotti (2016) informa que a comissão foi criada em novembro de 1942 e presidida pela Sra. Isolette Cavalcanti Coelho, esposa do governador Cel. Luis Silvestre Coelho. O foco era o mesmo, reforçando a *Campanha pela Redenção da Criança*, considerando tal personagem como verdadeiro “embrião da nação” (GROTTI, 2016, p. 96 e 99).

Quanto à divulgação das ações assistenciais a autora destaca o uso dos jornais e “o envolvimento da elite rio-branquense [...] amplamente divulgado pelos impressos locais” (GROTTI, 2016, p. 108). Por sua vez, Michele Tumelero (2010) pesquisou a ação da LBA em Chapecó (SC), instalada em 1943 e presidida por Elsa Bertaso. No caso de Chapecó houve uma diferença, pois Elsa Bertaso não era esposa do então prefeito, Vicente Cunha, que era solteiro, mas sim de Serafim Bertaso. Ela assumiu a presidência na condição de funcionária, diferentemente de outras mulheres em outros estados. A própria esposa do interventor Nereu Ramos, quando da implantação da comissão estadual, assumiu conforme a orientação dada nacionalmente.

Em relação à divulgação das ações, a autora menciona a produção do boletim da comissão central, mas efetivamente utiliza outros periódicos como os jornais *A Voz de Chapecó* e o *Jornal Imparcial*, além de relatórios anuais da LBA (anos de 1943, 1944, 1945, 1965 e 1978), dossiês com prestações de contas com notas fiscais de alimentação, infraestrutura, material didático, contratação de funcionários, cartões-ponto etc. As duas autoras operam com o conceito de representação formulado por Roger Chartier e têm como questão comum a condição “legionária” da mulher.

Ao tratar dessas mulheres, vale destacar aquela que criou a LBA. Nascida em 1895 em São Borja no Rio Grande do Sul e falecida em 1968 na cidade do RJ, Darcy Sarmanho Vargas não teve a LBA como sua primeira experiência no trabalho assistencial. Ao construir a sua biografia histórica, Ivana Guilherme Simili (2008) toma a experiência de Darcy Vargas como mulher, sujeito político, articulando as suas escolhas e sentimentos com uma série de condições familiares, regionais, nacionais e internacionais. “Em 1930, durante o movimento revolucionário que marcou o golpe e a chegada de Getúlio ao poder, Darcy Vargas criou a Legião da Caridade”, que foi “uma associação de mulheres organizada com o objetivo de produzir roupas para os revolucionários e distribuir alimentos para as famílias” (SIMILI, 2008, p. 10).

Em 1934 apoiou a fundação do Abrigo Cristo Redentor no RJ e “outras iniciativas seguiram-se a essa, tais como a de um abrigo para mendigos, a Escola de Pesca Darcy Vargas e a Escola Agrícola Presidente Vargas. Em 1938 atuou na criação da Fundação Darcy Vargas” que oferecia “assistência a menores” e coordenava escolas para crianças e idosos. Em 1940 foi criada a Casa do Pequeno Jornaleiro, que “prestava serviços de proteção à infância” (SIMILI, 2008, p. 10). No mesmo período “expandiu essas atividades com a Casa do Pequeno Lavrador, a colônia de férias da Casa do Pequeno Jornaleiro, a escola primária Álvaro Sodré e o restaurante da casa do Pequeno Trabalhador” (SIMILI, 2008, p. 10-11).

Ivana Simili (2008) apresenta o telegrama publicado no *Correio da Manhã* no dia 30 de agosto de 1942 e assinado por Darcy Vargas:

Visto grandes dificuldades atravessa nosso País, mulher brasileira será chamada cumprir missão na proteção famílias bravos soldados e execução todos os deveres civis forem necessários. Com esse objetivo foi fundada nesta capital sob égide Federação das Associações Comerciais do Brasil LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Desejando estender todo o País benefício esta organização sugerimos assuma nesse Estado a direção do movimento em conjunto Associação Comercial que a procurará imediatamente. Muito grata por sua colaboração. Saúda cordialmente – a) DARCY VARGAS. (Correio da Manhã, 30.8.1942, p. 1 apud SIMILI, 2008, p. 140).

Trata-se de um documento oficial e que singulariza o tipo de participação política que Darcy Vargas teve na história do Brasil naquele momento, desenvolvendo um poder de mobilização de mulheres em prol da causa da criança e da família. “Getúlio Vargas delegou à LBA a função de desenvolver a gestão populacional da nação, por meio de suas políticas assistencialistas” (TUMELERO, 2010, p. 67). O historiador Alcir Lenharo (1986) problematizou as políticas do governo Vargas e como elas conceituaram o corpo. O processo de militarização do corpo de crianças e jovens marcou o período. O ideal de patriotismo e as práticas de estímulo à saudação da bandeira e demais símbolos da nação foram momentos de adequação do corpo ao conjunto de preceitos e ordens militares. Esse tipo de relação visibiliza o que Foucault

pensou sobre o corpo como “superfície de inscrição dos acontecimentos, espaço experimental de conflitos e da coexistência da repressão e de incitamentos” (LENHARO, 1986, p. 75). Assim, foi nesse cenário que a mensagem da LBA chegou às mãos de Alice Carneiro.



Figura 22 – O casal Ruy e Alice Carneiro. Fonte: Alice Carneiro (Imagem da mulher paraibana a serviço das grandes causas sociais). Senado Federal, Centro Gráfico, 1977.

Alice Carneiro nasceu em 27 de março de 1905 na Paraíba e faleceu em 4 de novembro de 1976 na cidade de Brasília (DF). O trabalho de Alice, assim como o de Darcy, esteve intimamente articulado com as demandas dos governos e com as posições políticas tomadas por seus esposos. Alice Carneiro foi a primeira presidente da LBA-PB, mas esse cargo também foi ocupado por diferentes pessoas ao longo do tempo, a exemplo de Carlos Fernandes de Lima⁹¹, Severino Ismael e Ana Alice Melo de Almeida que assumiu a função de presidente da comissão estadual entre os anos de 1951 e 1956, durante o governo de seu esposo José Américo de Almeida.

Ivana Simili (2008, p. 14) afirma que “um dos problemas destacados por aqueles que estudam política e mulheres é a desigual presença e participação dessas personagens no cenário nacional”. Há dificuldades “para a obtenção de fontes de pesquisa que permitam conhecer e avaliar as experiências femininas e políticas do passado”.

Alice Carneiro e a estrutura do gesto



Figura 23 – Alice Carneiro distribuindo roupas e remédios à população pobre de João Pessoa.
Fonte: Alice Carneiro (*Imagem da mulher paraibana a serviço das grandes causas sociais*), 1977.

Um dos primeiros atos do ofício do historiador é o gesto da caça. Entro em salas abarrotadas por livros e materiais de todos os tipos, algumas vezes bem-organizados e catalogados, outras vezes estando em um ambiente marcado pela dispersão e total ausência de critérios para organizar toneladas de informações. O olhar se perde diante de estantes e mais estantes até tentar se disciplinar pela leitura de um catálogo pelo qual busca-se pistas mais diretas e ligações mais estreitas entre o conjunto de informações já colhidas e organizadas e todas aquelas que ainda será preciso recolher, sistematizar. O gesto de caça é marcado pelo jogo disciplina/indisciplina e pela descontinuidade de um trabalho cujos resultados podem ser alterados a todo o tempo, a depender das informações que surjam. Foi nesse contexto de pesquisa em arquivos e sebos que me deparei com a imagem de Alice e Ruy juntos ao abrir um livro de homenagem elaborado pelo Senado Federal em 1977. O livro estava em uma das estantes mais afastadas de um dos sebos que percorri. Sua publicação ocorreu no ano seguinte ao do falecimento da esposa de Ruy Carneiro, quando ele era senador. Trata-se de uma publicação laudatória à figura de Alice e o próprio título indica isso: *Alice Carneiro (Imagem da mulher paraibana a serviço das grandes causas sociais)*.

Prefaciado por Ronaldo Cunha Lima (1936-2012), poeta e político paraibano, e contando com textos e depoimentos de diversos políticos e amigos, pode-se dizer que todo o impresso foi montado a partir de uma memória sensível ancorada na perda, bem como pelo tom pesaroso diante do sofrimento vivenciado por Alice no seu processo de doença. Ela sofreu

com um câncer na cabeça, ficando internada por muitos dias até falecer na manhã do dia 4 de novembro de 1976. Houve grande repercussão na imprensa e nos espaços políticos que abordaram o seu “desaparecimento”.

Trata-se de um impresso elaborado por pessoas que mantinham relações familiares, afetivas e/ou políticas com a ex-presidente da LBA-PB. Fabricado nas dependências e com os recursos de um órgão vinculado ao parlamento brasileiro, isto é, no Centro Gráfico do Senado, este lugar de produção demarca por sua vez os próprios procedimentos retóricos que deveriam compor tal publicação.

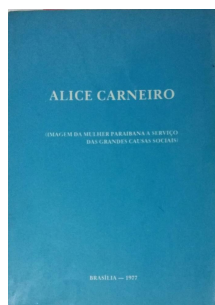


Figura 24 – Alice Carneiro Capa (Imagem da mulher paraibana a serviço das grandes causas sociais).

Senado Federal, Centro Gráfico, 1977, 177 p.

Com sua capa e contracapa na cor azul, composto por 177 páginas e apenas duas fotografias, o livro se dedica a apresentar falas e pronunciamentos sobre Alice, de modo a exaltar a memória dos seus feitos. Trata-se de um exemplar que pertenceu ao próprio Ruy Carneiro, dada a sua assinatura na primeira página com dedicatória para dois amigos e com a data de assinatura em 8 de maio de 1977. A citação bíblica tem a função de caracterizar Alice como mulher cristã: “Bem-aventurados os mortos que morrem no Senhor. Que repousem de seus trabalhos, porque as suas obras os acompanham” (Apocalipse, XIV – 13).

O livro foi organizado em sete seções como consta do sumário, contando com o prefácio de Ronaldo Cunha Lima que se inicia assim: “Como fiandeira do amor e peregrina da bondade, saiu pelos caminhos de sua terra, distribuindo as benesses do seu imenso e generoso coração”.⁹² O texto usa

termos e expressões para reforçar a admiração, respeito e o luto que eclodiu naquela manhã de novembro de 1976.⁹³

Em sentimentos altruísticos, vinha-lhe um novo gesto de solidariedade humana ao contemplar e sentir o sofrimento alheio. Os quadros de aflições que seus olhos viam, levavam seu coração a fazer maravilhas. A pena e a comiseração que a dor alheia lhe causava, dentro dela se transformavam em desafio. Não lhe bastava ter pena de quem sofria. Era preciso superar a dor, mitigando-lhe (sic) os efeitos se não fosse possível cessar suas causas. As crianças desassistidas, os velhinhos desamparados, os pobres e os necessitados viam suas aflições aninharem-se dentro daquele coração pleno de bondade e cheio de forças para a prática do bem. Era assim D. Alice Carneiro, a esposa do extraordinário homem público – Senador Ruy Carneiro, que nela encontrou, como prêmio de Deus aos seus méritos, a companheira ideal, com ele se identificando na construção de uma bela vida e de um grande destino.⁹⁴

Apesar de não me propor a construir uma biografia histórica ou mesmo desenhar as trajetórias individuais das mulheres que compuseram a LBA na PB, é fundamental perceber as condições de possibilidade em que tais participações se efetuaram.

À época em que seu marido era Interventor Federal, contam-se as crônicas e dizem os depoimentos contemporâneos, iniciou um trabalho de assistência e promoção social, que se prolongou por toda a sua vida, ao lado de outras obras que se materializaram para perpetuar gestos de um grande espírito e ação de uma grande alma. Se os natais dos pobres, se as roupas distribuídas com detentos, se a merenda escolar (já por ela instituída àquela época, como nos fala Abelardo Jurema), se os remédios entregues aos doentes, se tudo isso pudesse ser esquecido, restariam a revelar a ação abnegada de D. Alice Carneiro, os hospitais, os abrigos, as escolas os ambulatórios que construiu e os que ajudou a manter.⁹⁵

Embora seja uma figura pública, referencia-se a todo o tempo as características pessoais e a vida privada. Diferentemente de Darcy Vargas, não acessei outros registros que permitam perceber se Alice Carneiro havia construído algum projeto social ou instituição anterior à sua atuação na LBA. Todas as edições do boletim a que tive acesso foram produzidas a partir de 1947, uma vez que antes a comissão não tinha esse veículo de divulgação de suas ações. Naquele momento Alice já não estava mais à frente da comissão na condição de presidente, mas em entrevista ao Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio

Vargas, em 1977, Ruy Carneiro diz que ela continuou os projetos mesmo depois de sair da LBA.

Ainda no prefácio trazia-se uma informação pessoal: “Por não ter filhos, como bem disse Rosilda Cartaxo, adotou como seus todos os pobres da sua terra, as quais se identificou e onde seu nome é reverenciado com saudade, num preito de gratidão dos humildes”. Assim, “hoje, sua lembrança e sua saudade se misturam à própria paisagem da Paraíba que sempre a viu pelos seus caminhos, com riso nos lábios e amor no coração, enfeitando de esperanças e de otimismo o quadro que sua sensibilidade emoldurava”.

Uma vez que se trata de um documento produzido com fins de afirmação e invenção de uma memória sobre Alice, seleciona-se aspectos que possam enquadrar determinado entendimento e visão sobre a sua trajetória. Entretanto, até que ponto a não realização da maternidade foi a causa do seu envolvimento na questão da infância? Será arbitrário fazer esse tipo de leitura? E aquelas que mesmo sendo mães, também efetuaram tal trabalho? Se vê assim a constituição de uma memória discursiva muito interessante e seletiva.

Na fotografia acima se vê Alice em um espaço movimentado, marcado pela pilha de roupas a distribuir e as mãos estendidas para ofertar e receber. Ela assume o lugar dos demais funcionários/as e voluntários/as da LBA, trabalhando no atendimento da população. Protagonizar o encontro corpo a corpo, o diálogo, a construção de uma relação pautada talvez não pela autoridade de quem distribui e a condição de necessitado daquela que aceita, mas pela condição ética de quem se dispõe a estar junto, parece indicar muito sobre seu entendimento sobre aquele trabalho.

Vamos vendo assim como as imagens demarcam posições de sujeito, delimitam ou instituem fronteiras, criam ou não possibilidades de diálogo. Roland Barthes (1986) nos incita a pensar que nas imagens, como estruturas que são, há algo de óbvio que salta aos olhos, mas também muito de obtuso que deles foge ou se apresenta apenas sorrateiramente. Essas imagens figuram em um periódico oficial e são acompanhadas

por um conjunto de mensagens textuais que as inserem na visibilidade geral do boletim. Pensando sobre as características de uma fotografia de imprensa, Barthes (1986) destaca que “a estrutura da fotografia não apresenta autonomia dista; mantém, no mínimo, comunicação com outra estrutura que é o texto (manchete, nota de rodapé ou artigo) que acompanha sempre a fotografia jornalística”. Efetivamente a fotografia se constitui a partir de “duas estruturas diferentes (uma das quais é linguística) [que] suportam a totalidade da informação; essas duas estruturas concorrem, mas, estando em unidades heterogêneas, não podem se misturar: numa (o texto), a substância da mensagem constitui-se de palavras, na outra (a fotografia), de linhas, superfícies, tons” (BARTHES, 1986, p. 12, tradução minha do original em espanhol).

Se tudo isso fazia parte das funções políticas da imagem que a instituição queria produzir sobre si e os sujeitos que dela faziam parte, parece que ações aparentemente banais, politicamente insignificantes, ganham um estatuto político. Para uma instituição cuja missão era prestar assistência social à maternidade e infância, como o *gesto* é captado? Que estatuto lhe é atribuído? De que forma e a partir de quais signos ele é instituído na ordem do visível como parte constitutiva de uma política? Olhar as imagens como traços da história talvez exija num primeiro momento assumir o dever de deter-se diante da imagem. A que tempos essa imagem pertence? Quais sentidos a tornaram possível e de que modo ela nos chega como essa estrangeira que vem do passado e inquieta o presente? Se *aogesto*, como o toque de Alice ou as mãos estendidas da senhora que espera o presente da LBA, foi atribuído um estatuto político forte, podendo figurar como detalhe fundamental nas fotografias da LBA, talvez uma experiência como essa nos incite a pensar que gestos continuam a aparecer como signos do cuidado e da proteção com o outro em nossa contemporaneidade – para aqueles que assumirem o desafio de serem contemporâneos, é claro, como sugere Giorgio Agamben (2009) – e em quais registros eles figuram e são apresentados publicamente.

Da imagem se lê que a proximidade dos corpos é condição para que as mãos sejam estendidas e ofertem aquilo que o outro sujeito precisa. Trata-se de roupas e remédios, isto é, são objetos que longe de marcarem uma distinção social por significar privilégio ou luxo, critérios que também se definem no palco da história, constituem produtos que exercem uma função básica: *fazer viver*. Neste sentido, se a todo o momento trato aqui de *vidas nuas*⁹⁶ no sentido de que são vidas tomadas como objeto de definição política e de exercício de um poder que em diferentes momentos tomou feições autoritárias, o corpo em si não poderia ser nu. Pelo menos não o poderia do ponto de vista de sua visibilidade e utilidade pública. Vestir o corpo, garantir sua proteção em noites de frio constituía uma necessidade imediata sobre a qual aquela política deveria agir também de forma rápida.

O remédio, por sua vez, é condição para a manutenção da saúde, algumas vezes. Distribuir remédio estava também diretamente articulado com esse investimento na vida, na sua manutenção e na sua duração controlada e classificada pelo Estado. Tratou-se, como diria Foucault nas suas análises sobre a biopolítica, de um processo de estatização que criou um conjunto de meios pelos quais o governo da vida foi se tornando cada vez mais exercitado. Mas não compreendo o conceito de estatização no âmbito de uma teoria geral do Estado, mas na esteira aberta por Michel Foucault, isto é, como um processo progressivo, fragmentado, mas contínuo, que articula certo “número de práticas, de maneiras de fazer, e se quiserem, de governamentalidades” (FOUCAULT, 2008, p. 105). Ocorre que partindo da concepção de que o “Estado não tem essência” e ele “nada mais é que o efeito, o perfil, o recorte móvel de uma perpétua estatização, ou de perpétuas estatizações, de transações incessantes que modificam, que deslocam, que subvertem, que fazem deslizar insidiosamente, pouco importa, as fontes de financiamento”, assim como também “as modalidades de investimento, os centros de decisão, as formas e os tipos de controle, as relações entre as

autoridades locais, a autoridade etc.” (FOUCAULT, 2008, p. 106).

Considerações de tal tipo produzem efeitos de caráter metodológico e analítico interessantes para pensar políticas públicas e as diferentes relações que os sujeitos, as organizações e instituições têm com o Estado, pois ele

não tem entranhas, como se sabe, não só pelo fato de não ter sentimentos, nem bons nem maus, mas não tem entranhas no sentido de que não tem interior. O Estado não é nada mais que o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas” e assim torna-se um desafio estudar não o Estado em sua “essência”, interrogando o seu “segredo”, que são simplesmente inexistentes, mas tocar no problema do Estado pela sua exterioridade e assim pôr em questão as práticas de governamentalidade que o produzem de determinada maneira no tempo e no espaço (FOUCAULT, 2008, p. 106).

Uma dessas práticas de estatização que possibilitou a entrada cada vez mais contínua e regular do Estado na dimensão privada, foi o cuidado com a saúde. Nesse sentido, considerando a saúde como sendo uma das principais noções que orientaram a elaboração conceitual do corpo no século XX, a historiadora Annie Marie Moulin, diz:

[...] a preocupação com a saúde é superior taticamente à preocupação com a doença. Se a palavra-chave do século XVIII era felicidade, e a do século XIX a liberdade, pode-se dizer que a do século XX é a saúde. Afirmando em 1949 o direito à saúde reconhecida como preocupação universal, a Organização Mundial de Saúde (OMS) dotou o século XX de um novo direito ao homem. Ele aparece hoje na maioria das constituições nacionais. A definição da saúde da OMS como estado de completo bem-estar físico, mental e social, tornou-se referência inevitável colocando a noção positiva de saúde no lugar da ausência de enfermidade ou de uma deficiência conhecida, a OMS propõe um novo ideal, mas um ideal dificilmente acessível. A extensão dos fatores que intervêm na definição da saúde, que cobrem a totalidade do campo biológico e social, torna de fato improvável a posse desse estado de bem-aventurança, privilégio inatingível: não apenas a saúde no silêncio resignado dos órgãos, definição minimalista do fisiologista e cirurgião [René] Leriche [1879-1955], mas a saúde exuberante, a grande saúde como proclama com eloquência Nietzsche. A saúde passou a ser a verdade e também a utopia do corpo, aposta da ordem social de uma ordem internacional futura, mais equitativa e mais justa, no conjunto do mundo (MOULIN, 2011, p. 18).

No conjunto de conceitos que o século XX fez aparecer com uma força discursiva singular esteve o de saúde. Dentro de uma trajetória histórica de conquistas legais de direitos civis e políticos que seriam efetivados pelos Estados nacionais em

forma de políticas públicas, cabe pensar que o conceito de saúde operou dentro de um discurso estratégico de controle e manutenção da vida em sociedades marcadas pelo princípio de que a vida era o maior dos bens e que por isso mesmo era preciso salvaguardá-la de toda e qualquer ameaça.

Diferentes fóruns foram articulados de forma bilateral e multilateral para debater as políticas de saúde. Nesses encontros, um dos médicos que fez parte da LBA-PB foi Oscar Oliveira Castro (1899-1970). Também foi professor universitário, jornalista e escritor. Desempenhou funções de Secretário de Educação de João Pessoa, professor do Colégio Diocesano Pio X, Colégio Nossa Senhora das Neves, Liceu Paraibano, Faculdade de Filosofia, Escola do Serviço Social, Faculdade de Medicina e Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba, ingressando no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) em novembro de 1947. Publicou o livro *Medicina na Paraíba – flagrantes de sua evolução* (1945) pela editora *A União*, traçando um quadro histórico da medicina no estado desde o período colonial até o momento em que vivia, demonstrando uma visão evolutiva do processo histórico e da ciência médica que era seu ofício. Em sua obra, Castro abre possibilidades para pensar a emergência dos discursos em torno da higiene pública no estado na primeira metade do século XIX. O capítulo sobre *Instituições médicas e de assistência*⁹⁷ permite pensar como se formou inicialmente a rede assistencial sobre a qual a LBA investiria seus recursos na década de 1940.

Um ponto de partida para a montagem dessa rede foi certamente a construção do Instituto de Proteção e Assistência à Infância na PB, cuja emergência em muito se deveu ao envolvimento do médico Walfredo Guedes Pereira (1882-1954). A “útil instituição tem por finalidade amparar a criança. Esse cuidado é uma história que vem de longe. Tem sido contínua e sem intermitência. É velha, entre nós, a dedicação pela infância”. Foi fundada no dia 1 de novembro de 1912 sob a legenda “Per infantes futuro serviamus”, proposta pelo Dr. Manuel Tavares Cavalcanti (1881-1950). O investimento de

Waldredo Guedes Pereira foi no sentido de que o estado criasse um instituto nos moldes do já existente no RJ dirigido por Dr. Moncorvo Filho.

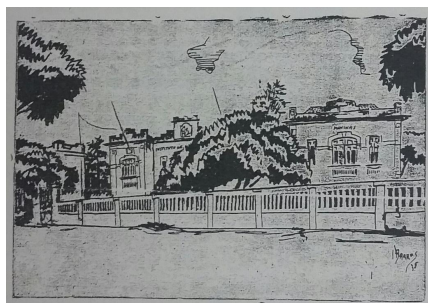


Figura 25 – Instituto de Proteção e Assistência à Infância criado em 1912 na Paraíba.

O Instituto funcionou inicialmente, a partir de sua primeira seção de Ambulatório ou Policlínica, na rua Duque de Caxias, nº 413, mudando-se depois para a rua do Carmo nº 50 e esteve instalado na “rua Visconde de Pelotas nº 9 e, por fim, na rua Duarte da Silveira, no antigo Hospital da Santa Casa de Misericórdia, onde demorou por alguns anos” (CASTRO, 1945, p.382). O Orfanato Dom Ulrico pertencia ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância, mas em seguida desligou-se, ganhando esse nome em homenagem a um frade alemão chamado Ulrico Sonntag que, segundo Ruy Carneiro, “veio para a Paraíba e foi um exemplo de bondade e caridade para a pobreza da nossa terra, daquela capital”.⁹⁸

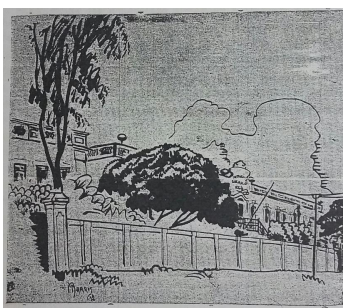


Figura 26 – Orfanato Dom Ulrico criado em 1913 na Paraíba. Fonte: CASTRO, Oscar Oliveira. Medicina na Paraíba – flagrantes de sua evolução. Editora A União, 1945.

Oscar Oliveira conta que “D. Gaspar Lefèvre, membro da primeira diretoria do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, quando da criação dos seus departamentos de assistência, tomou a seu cargo organizar e dirigir um orfanato”

e que “esse acontecimento ocorreu em 13 de julho de 1913. D. Gaspar foi escolhido diretor e estabeleceu comissões e planos, para, logo em seguida, entregá-los aos cuidados do desembargador Heráclito Cavalcanti”.

O orfanato “vem amparando com o devido carinho e o conforto que lhe permitem as suas possibilidades financeiras, grande número de jovens órfãs, abandonadas, que dali saem educadas e capazes de desempenhar as mais diversas profissões adequadas a mulher”. Mas “o Orfanato só aceita órfãs com a idade mínima de seis anos e máxima de onze tendo lotação para 86 internas”. O Educandário Eunice Weaver, que também é chamado pelo nome de preventório no livro sobre Alice Carneiro, recolhia e tratava dos filhos sadios dos hansenianos. Situava-se no Rio do Meio, sendo um edifício “grande, tipo monobloco, de aspecto monumental”. Foi “realização da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, com donativos particulares e com auxílio do Governo do Estado”. Foi apoiada pelos engenheiros Abelardo Andréa dos Santos, Hermenegildo Di Lascio e Leonardo Arcoverde e uma das instituições que mais se destaca na rede criada pela LBA.

O projeto da Maternidade Cândida Vargas, que tem dois pavimentos de 2.500 m² cada um, é de autoria do arquiteto J. Correia Lima, tendo sido a obra dirigida pelo engenheiro Francisco Cicero de Melo Filho. [...] Afora as salas de operações e gabinetes de análises, farmácia e da diretoria, dispõe de berçários, lavanderia, cozinha, dietética, capela, acomodações para enfermeiras e pessoal da administração. [...] Tem capacidade de 120 leitos para indigentes e 11 apartamentos para pensionistas. Nela funcionará, ainda, um serviço completo de ambulatório pré-natal e lactário, destinado à população pobre do bairro em que está localizada.⁹⁹

Caracterizada a cartografia dessa assistência, urge situar tais investimentos em meio ao cenário marcado pelas estiagens de 1942 e 1951. Ali a esperança foi mobilizada para fazer crer no futuro como horizonte de expectativas. Este é o quadro que se esboça a seguir.

⁵⁷ Etimologicamente, “governar deriva do verbo grego ‘kubernan’, pela forma latina ‘gubernare’. Originalmente esse verbo era empregado no sentido de conduzir alguma coisa, algum animal ou alguém, por um caminho qualquer. Assim, quem governa *leva* (algo ou alguém) com. Tal acepção de governar diversificou-se muito,

a ponto de esse verbo denotar a ação de um chefe (governador) que exerce sua autoridade sobre outros (governados), ou a ação de mando, dominação ou administração de uns sobre outros, ou até mesmo a condução de um veículo”. Cf. Veiga-Neto (2015, p. 51).

[58](#) Sobre as experiências dos concursos de robustez, ver Brites (1999), Tumelero (2010), Grotti (2016).

[59](#) O Sentido Atual da Legião Brasileira de Assistência. Boletim da LBA, Ano I, Julho de 1947, n. 3, p. 1-2.

[60](#) O Sentido Atual da Legião Brasileira de Assistência. Boletim da LBA, Ano I, Julho de 1947, n. 3, p. 1-2.

[61](#) O Sentido Atual da Legião Brasileira de Assistência. Boletim da LBA, Ano I, Julho de 1947, n. 3, p. 1-2.

[62](#) O Sentido Atual da Legião Brasileira de Assistência. Boletim da LBA, Ano I, Julho de 1947, n. 3, p. 1-2.

[63](#) O Sentido Atual da Legião Brasileira de Assistência. Boletim da LBA, Ano I, Julho de 1947, n. 3, p. 1-2.

[64](#) Boletim da LBA, Ano I, Julho de 1947, n. 3, p. 5.

[65](#) Dona Alice Carneiro. In. Alice Carneiro (imagem da mulher paraibana a serviço das grandes causas sociais). Senado Federal: Brasília, 1977, p. 159.

[66](#) O Hospital Arlinda Marques foi fundado em 19 de setembro de 1945, para atender crianças com tuberculose. O nome é uma homenagem a Arlinda Marques dos Reis, freira da extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA) e uma das capitãs do processo de construção do hospital. Na década de 80, o Estado assumiu o hospital como uma instituição de saúde estadual e hoje ele atende a diversas especialidades. Informações disponíveis em: [Link](#). Acesso em 10 de jun. 2016.

[67](#) A União, Quarta-feira, 30 de setembro de 1942, p. 3.

[68](#) A União, Quarta-feira, 30 de setembro de 1942, p. 3.

[69](#) Classificação das obras sociais para efeito de “prioridade” nos auxílios financeiros concedidos pela L.B.A. Boletim da LBA, Ano I, Agosto de 1947, n. 4, p. 6.

[70](#) Classificação das obras sociais para efeito de “prioridade” nos auxílios financeiros concedidos pela L.B.A. Boletim da LBA, Ano I, Agosto de 1947, n. 4, p. 6-7.

[71](#) Classificação das obras sociais para efeito de “prioridade” nos auxílios financeiros concedidos pela L.B.A. Boletim da LBA, Ano I, Agosto de 1947, n. 4, p. 6.

[72](#) No boletim informa-se que “Obra de Assistência à Família (ou Agência de Serviço Social) é o serviço que faz o estudo do problema do indivíduo que recorre à Legião e presta o auxílio necessário. É o órgão que faz assistência direta e encaminha os assistidos a outros serviços da L.B.A (médico legal, etc.) ou a outras obras sociais”. Cf. Boletim da LBA, Ano I, Agosto de 1947, n. 4, p. 7.

[73](#) É preciso dar mais atenção à criança. Boletim da LBA, Ano III, n. 21, novembro e dezembro de 1949, p. 3-4.

[74](#) Semana da Criança – Solucionando o problema do aleitamento materno para as mães trabalhadoras. Boletim da LBA, Ano V, n. 28, março e abril de 1951, primeira página não numerada (contracapa).

[75](#) Cf. a última página não numerada. Boletim da LBA, Ano V, n. 28, março e abril de 1951.

[76](#) Cf. A visita da Sra. Darcy Vargas à Paraíba. Boletim da LBA, Ano V, n. 30, Julho e Agosto de 1951, p. 1.

[77](#) Atuação da LBA na Paraíba, através de sua maternidade, em João Pessoa. Boletim da LBA, Ano VI, n. 33, Janeiro e Fevereiro de 1952, primeira página não numerada.

[78](#) Natal dos Assistidos da LBA. Boletim da LBA, Ano VI, n. 37, outubro, novembro e dezembro de 1952, p. 3.

[79](#) Maternidade e Infância. Boletim da LBA, Ano I, Agosto de 1947, n. 4, p. 1.

[80](#) Maternidade e Infância. Boletim da LBA, Ano I, Agosto de 1947, n. 4, p. 1.

[81](#) Maternidade e Infância. Boletim da LBA, Ano I, Agosto de 1947, n. 4, p. 1.

[82](#) Conselhos às Mães. Boletim da LBA, Ano VII, n. 39, abril, maio e junho de 1953.

[83](#) Conselhos às Mães. Boletim da LBA, Ano VII, n. 39, abril, maio e junho de 1953.

[84](#) Conselhos às Mães. Boletim da LBA, Ano VII, n. 39, abril, maio e junho de 1953.

[85](#) Análise da Infância. Boletim da LBA, Ano II, n. 10, maio e junho de 1948, p. 3.

[86](#) Da necessidade de uma Escola de Puericultura em nosso meio. Boletim da LBA, Ano II, n. 7, janeiro e fevereiro de 1948, p. 1.

[87](#) Conselhos às mães. Boletim da LBA, Ano VII, n. 39, abril, maio e junho de 1953.

[88](#) Viajantes – Sr. Lício Luiz de Matos. Boletim da LBA, Ano VII, n. 41, outubro, novembro e dezembro de 1953, p. 2.

[89](#) Refiro-me aqui ao texto História e Estrutura presente na obra “História e Psicanálise – entre ciência e ficção”, cuja referência completa pode ser acessada no fim desse texto.

[90](#) Inauguração do Posto de Puericultura “Sant’Anna”, na cidade de Caiçara. Boletim da LBA, Ano VI, Maio e Junho de 1952, n. 35, p. 3.

[91](#) Inauguração do Posto de Puericultura “Sant’Anna”, na cidade de Caiçara. Boletim da LBA, Ano VI, Maio e Junho de 1952, n. 35, p. 3.

[92](#) Prefácio. In. Alice Carneiro (Imagem da mulher paraibana a serviço das grandes causas sociais). Senado Federal, Centro Gráfico, 1977.

[93](#) O conjunto dessas transformações repercutiu e esteve presente no modo como a LBA funcionou. O livro sobre Alice Carneiro foi composto, como disse anteriormente, por mais seis itens após o prefácio: II – A fala dos amigos; III – Homenagens póstumas; IV – Pronunciamentos de amigos e admiradores sobre a figura de Alice Carneiro; V – Registros da Imprensa; VI – Curriculum de uma vida; Agradecimento.

[94](#) LIMA, Ronaldo Cunha. Prefácio. In. Alice Carneiro (Imagem da mulher paraibana a serviço das grandes causas sociais). Senado Federal, Centro Gráfico, 1977, p. 17.

[95](#) LIMA, Ronaldo Cunha. Prefácio. In. Alice Carneiro (Imagem da mulher paraibana a serviço das grandes causas sociais). Senado Federal, Centro Gráfico, 1977, p. 17.

[96](#) Vida nua é um conceito formulado pelo filósofo italiano Giorgio Agamben no conjunto de suas reflexões sobre a biopolítica e o poder sobre a vida nas sociedades contemporâneas. Compreendemos por vida, na esteira de Agamben, a vida de sujeitos vulneráveis a todo tipo de violência seja por parte da sociedade ou mesmo pelo Estado. São vidas passíveis de perderem-se, mas que são tomadas e absorvidas pela tecnologia biopolítica de gestão dos corpos individuais como forma de os submeter a um outro tipo de controle, apesar e por meio das promessas de assistência e bem-estar social. Tomar a vida como questão política significa atribuir a ela significados muito específicos e um determinado horizonte com expectativas e possibilidades já desenhadas. Isto é, há um destino possível de ser medido, controlado e gerido seja enquanto possibilidade num tempo futuro seja como experiência num tempo presente. Sobre este conceito e demais desdobramentos da análise biopolítica desenvolvida por este autor na perspectiva crítica aberta por Michel Foucault, ver Agamben (2010) e Costa Júnior (2021).

[97](#) CASTRO, Oscar Oliveira. Instituições médicas e assistenciais. In. Medicina na Paraíba: flagrantes de sua evolução. Editora A União, 1945, p. 351-418.

[98](#) Ruy Carneiro. Entrevista ao CPDOC, p. 38.

[99](#) Maternidade Cândida Vargas. In. CASTRO, Oscar Oliveira..., p. 408.

III - NARRATIVAS DA ESPERANÇA



Figura 27 – Os meninos e o fotógrafo. Jornal *A União*, 1 de janeiro de 1942.

Direitos da criança, horizonte para a infância

Ainda não era meio-dia, mas o sol em Brejo do Cruz já estava a pino. Forte, intenso e pouco motivador para quem precisava caminhar carregando barris e galões de água como os “menores” capturados pela ótica do jornal *A União* no primeiro dia do ano de 1942. Aqueles eram dias tensos em um território paraibano marcado pela seca, fome e a necessidade de construir alternativas e esperanças para um povo. A propósito disso narra-se a viagem de Gaspar de Paiva, diretor da Repartição de Saneamento do governo de Ruy Carneiro às cidades do estado a fim de realizar uma cartografia da seca e das dificuldades enfrentadas pelo povo. O noticiário afirma, quase em tom laudatório, como se não fosse mera obrigação administrativa, que o percurso desse engenheiro tinha o objetivo de subsidiar informações e apoios técnicos para o abastecimento de cidades como Brejo do Cruz, Antenor Navarro, Cajazeiras, São João do Cariri e Cabaceiras diante da estiagem que se experimentava.

Assim, são entre múltiplas palavras que os corpos infantis, acompanhados pelos barris e galões para levar água para suas casas, são construídos na arquitetura da página do periódico oficial da PB. Para poder melhor observar aquele que o fotografava um dos meninos faz um gesto: protege o olhar da intensa luz do sol. A mão que faz essa sombra sobre os olhos parece falar ainda mais do cenário marcado pelo sol causticante que iluminava o caminho a ser trilhado pelos quatro “menores”

– chamados assim no texto da reportagem –, ao mesmo tempo em que tornava sua passagem penosa e cansativa.

O início das décadas de 1940 e 1950 foi marcado por duas intensas estiagens e naquela época a produção de uma série de análises sobre o problema da seca apareceu de diferentes formas (cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009). O tema da seca no Nordeste se tornou uma questão central para destinação de investimentos financeiros por parte do governo central. Mas é curioso que entre as cinco crianças apresentadas imagetivamente na fotografia haja *uma outra* presença que aparece de forma sorrateira e como resultado não de um ato planejado e desejado, mas do puro efeito físico produzido pela sombra de um corpo exposto à luz do sol: o fotógrafo.

Depois das primeiras aproximações com as fontes, especialmente o periódico da LBA, foi possível perceber momentos específicos em que se procurava narrar de diferentes maneiras o sentimento da esperança que se desejava incutir na população, diante de situações limite como as estiagens que marcaram as décadas de 1940 e 1950. Associada a isso esteve a séria questão da mortalidade infantil. Portanto, nesta terceira parte do texto procuro pensar a retórica da esperança, compreendida aqui como objeto de um discurso marcado por duas temporalidades distintas, mas complementares: o presente e o futuro que são duplamente atravessados pela ideia de passado.

Apesar de não se tratar de uma discussão detidamente epistemológica em torno do tempo como conceito, busco pensar de que modo as narrativas presentes no boletim da LBA e em outras fontes permitem ver como a esperança foi um sentimento construído no contraponto entre um presente saturado de experiências marcadas por desafios (e que por sua vez só se constituía na relação com o passado) e em que medida isso impôs a necessidade de demarcar a diferença e a transformação como possibilidade de um futuro (também mediado pela figura do já vivido, o já dito, o já feito).

“A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”

(KOSELLECK, 2006, p. 309). Contudo essa relação não era isenta de tensões, pois a relação do passado com o futuro se constituía no boletim por meio da configuração de um discurso em torno da esperança. Tal aspecto eu procuro analisar por meio do conceito de *horizonte de expectativas*, que permite pensar esse futuro como um tempo novo, um tempo outro, marcado pelo signo da diferença. Segundo o historiador alemão Reinhart Koselleck (2006) a expectativa “é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto”. Desse modo, “esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem” (KOSELLECK, 2006, p. 310).

Partindo da problematização de Reinhart Koselleck (2006) sobre o tempo histórico busco pensar – por meio dos conceitos de espaço de experiência e horizonte de expectativa – em que medida os discursos sobre a esperança participaram de um conjunto mais amplo de ações situadas no presente e que tiveram efeitos sobre a política de governo da infância. Os conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” não constituem um par de opostos, uma dicotomia, mas estão implicados um no outro. Nas análises de Koselleck (2006) fica clara a sua percepção sobre a modernidade e como ela foi fundamental para uma nova concepção de tempo histórico. Ali a ideia de profecia – muito cara ao discurso religioso cristão que marcou toda a Idade Média e que elaborou uma concepção específica de tempo – foi transformada ou superada por uma ideia de expectativa como projeção, como produção de um futuro, isto é, uma experiência ainda não configurada, nem experimentada, mas elaborada como desejo de transformação, como ânsia de progressão.

Penso com Koselleck sobre a modernidade como um tempo de transformações importantes na história e que permitiu que novas formas de pensar e se relacionar com o tempo fossem produzidas (cf. DUARTE, 2012; BARROS, 2014).

Dizer que a modernidade se instituiu sob o signo do novo significa dizer que “só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então” (KOSELLECK, 2006, p. 314). Os discursos médicos e pedagógicos sobre a infância parecem ancorar-se em uma promessa, um horizonte marcado por um futuro pensado, projetado enquanto experiência nova a ser constituída. Tal projeção parece querer se distanciar de um espaço de experiência, isto é, um passado presente marcado por uma série de histórias e processos de esquecimento e indiferença em relação à infância.

O texto será alinhado por dois movimentos e três questões básicas: a) abordar a noção de cidadania que circulou na Era Vargas e o período posterior; b) analisar como a noção de esperança participou desse debate em torno da cidadania, pois por meio da cidadania como promessa constituiu-se um horizonte de expectativa; c) situar a gramática política e jurídica em que estão situadas as noções de cidadania e direito relacionadas com a infância. Situava-se isso no período de emergência da legislação internacional que definiu uma série de conceitos e requisitos a serem assumidos por Estados signatários de documentos multilaterais como a DUDH-1948, entre outros.

Havia um espaço no boletim da LBA para a exposição textual dos *Direitos da Criança Brasileira*. Trata-se de uma coluna com texto, sem imagens nem outros tipos de enunciações. Um espaço móvel na estrutura do boletim, pois aparece em diferentes páginas e posições (no alto ou abaixo da página, etc.). Embora tenha existido uma descontinuidade na presença dessa seção no boletim desde que foi publicada pela primeira vez em 1948, é possível destacar também que fosse diretamente – por meio de um espaço especial na arquitetura do boletim – ou indiretamente, tais informações sobre os direitos da criança sempre estiveram ali. Assim como no plano internacional a Organização das Nações Unidas (ONU) coordenava um processo que culminaria no mês de dezembro

na DUDH, também localmente a PB produziu discursos sobre esse tema a partir das demandas locais e das orientações nacionais. Na interação constante entre questões locais e orientações nacionais, o boletim conferia visibilidade para as definições jurídicas e técnicas dos órgãos ligados às políticas para a infância. No mês de agosto de 1948, a seção sobre os direitos da criança trazia aqueles direitos proclamados pelo DNCr, órgão que fazia parte da estrutura do Ministério da Saúde desde 1953:

A toda a criança nascida ou residente no Brasil reconhecemos os seguintes direitos, empenhando-nos, cada um na medida de suas forças, por proporcioná-los, sobretudo àqueles a quem a má sorte feriu ou deixou ao desamparo:

- 1) Ser atendida desde o seio materno, e nascer bem, evitados o quanto possível os riscos de morte, doença ou deformação;
- 2) Ser criada sob o carinho maternal e no ambiente da família, ou, na falta deste, em um que se lhe aproxime o mais possível;
- 3) Nunca sofrer fome ou penar por insuficiência de elementos nutritivos indispensáveis;
- 4) Ser tratada como criança, e como tal respeitada e atendida nos seus justos interesses e aspirações;
- 5) Receber os princípios de educação que a preparem para a vida, e lhe permitam tomar consciência do seu próprio destino;
- 6) Receber assistência médica e higiênica que lhe evite riscos de doença e de morte;
- 7) Jamais ficar abandonada à sua sorte, sem amparo material, social e moral eficiente e carinhoso;
- 8) Não ser menosprezada por motivos de família, ilegitimidade, nobreza, raça, religião, deformidade física ou mental;
- 9) Nunca ser vítima de crueldade ou exploração, nunca ser submetida a trabalhos que lhe possam prejudicar o desenvolvimento normal e a saúde, o caráter, a educação, a liberdade, a alegria de viver;
- 10) Nunca permanecer segregada de convivência social, proporcionada às suas condições pessoais;
- 11) Não ser considerada criminosa e responsável quando em falta social, devendo em caso receber assistência judiciária especializada e os corretivos adequados;
- 12) Ser com sua mãe a primeira a receber socorros em caso de calamidade pública.¹⁰⁰

Ao DNCr “competia estudar e divulgar o ‘problema social da maternidade, da infância, e da adolescência’[...] e conceder auxílio federal aos Estados e subvenção às instituições de caráter privado” que promovessem serviços destinados a essa parcela da população, bem como fiscalizar essas ações (RIZZINI, 2011, p. 270). Mas, o que significa

definir direitos? Como procede o grupo social responsável por este tipo específico de operação política? Ora, definir direitos parece ser, em primeiro lugar, apontar e definir um determinado horizonte de possibilidades existenciais que, se não forem satisfeitas em sua completude, podem ser alvo de reclamações na esfera pública sob a alegação de que determinados sujeitos estão alijados de condições dignas de sobrevivência. Historicamente a afirmação de direitos tem como premissa básica o fato de eles não serem, sob aspecto algum, mera delegação ou concessão do Estado.

Ao contar a história cultural dos direitos humanos, a historiadora Lynn Hunt (2009) permite pensar como desde o século XVIII a linguagem dos direitos humanos passou por transformações, e se tais direitos foram afirmados historicamente não o foram em processos pacíficos, mas justamente marcados por conflitos entre colonos e colonizados, assim como entre grupos econômica e politicamente mais influentes sobre grupos alijados da possibilidade de participação no espaço público. Por outro lado, ao fazer a história das narrativas em torno dos direitos do homem, posteriormente ditos de maneira mais ampla de direitos humanos – apesar de que o termo direitos humanos foi usado pela primeira vez em Voltaire (1694-1778) em seu *Tratado sobre a Intolerância* (1763) –, a historiadora estadunidense afirma que “os direitos humanos não são apenas uma doutrina formulada em documentos: baseiam-se numa disposição em relação às outras pessoas, um conjunto de convicções sobre como são as pessoas e como elas distinguem o certo e o errado no mundo secular” (HUNT, 2009, p. 25).

Neste sentido, a história dos direitos humanos como conceito ético, filosófico e político tem longa data e foi marcado historicamente por conquistas travadas diante de sérios conflitos envolvendo dimensões como classe, assim como dominações pautadas nas relações entre o masculino e o feminino, o secular e o religioso etc. Ao lado da pauta dos direitos humanos é interessante notar, e me refiro aqui ao caso

do Brasil e ao contexto específico do objeto dessa pesquisa, houve a produção de profissões ligadas à “questão social”.

Assim, ao analisar o surgimento do Serviço Social no Brasil como uma profissão específica – cujas origens partiam da ação missionária católica desde o período colonial e que ao longo do tempo passou por um conjunto de transformações tanto do ponto de vista do posicionamento interno da Igreja como também das estruturas institucionais que passaram a tomar a famigerada “questão social” como objeto de governo após 1930 – Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (2014) constroem uma análise que busca pensar o Serviço Social como efeito de relações sociais marcadas pela dominação de classe no processo de desenvolvimento do capitalismo industrial. Problematizam a emergência dessa profissão como forma de manter as relações sociais racionalmente controladas do ponto de vista do capital. Não se trata de um processo de emancipação da população do ponto de vista de sua cidadania, mas de uma forma de tornar a “questão social” governável, evitando formas de maior questionamento da própria estrutura do Estado que é vista pelos dois autores como espaço classista, controlado do ponto de vista da luta de classes por uma burguesia que não tem como foco a cidadania e emancipação do povo por meio da afirmação e ampliação de direitos. Se por um lado a análise desses autores parte de referenciais teórico-metodológicos significativamente distintos da perspectiva analítica aqui utilizada, por outro lado se trata de um trabalho que por meios diferentes busca questionar a ideia de cidadania no período entre 1930 a 1960. Tal obra permite pensar questões relevantes não apenas sobre o Serviço Social como profissão, mas sobre a própria assistência social como estrutura montada politicamente para lidar com a “questão social”, considerada como elemento importante a partir do fim da Primeira República e, em especial, a - do Estado Novo.

Um dos aspectos levantados por Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (2014) refere-se a uma “noção fetichizada de direitos” que foi construída no período em questão. Destacam que tal noção de direitos foi “cerne da política de massas do

varguismo e da ideologia da outorga”. Teve por “efeito obscurecer para a classe operária, impedi-la de perceber a outra face da legislação social, o fato de que representa um elo a mais na cadeia que acorrenta o trabalho ao capital legitimando sua dominação” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p. 251). Se a noção de ideologia usada pelos autores para pensar a legislação permite polarizar dois campos de visão e assim dizer que houve uma parte da legislação que foi obscurecida para a população, pode-se pensar também que tal legislação partiu de critérios específicos para se erguer como discurso autorizado a determinar como o social se constituiria.

Com isso não entendo que a legislação tenha o poder de formar sujeitos em série, absolutamente iguais e de acordo com os princípios definidos do ponto de vista da lei. Mas ela exerce uma força, define regras, delimita critérios, segrega, possibilita formas de inserção social ou dominação. Assim, participa dos processos sociais que criam sujeitos, isto é, subjetividades individuais e coletivas. Portanto, se a existência de uma coluna específica para apresentar os *Direitos da Criança Brasileira* poderia remeter primeiramente a uma ideia de concessão ou benesse por parte do Estado, é fato que a história nos mostra que os direitos das crianças só surgiram devido a processos de disputa e crítica às instituições. Nesse sentido, o notável trabalho da historiadora Maria Luiza Marcílio (1998) constrói uma análise bem documentada da trajetória do abandono da criança partindo de elementos da história do próprio Ocidente – localizando diferentes formas e meios de abandono da infância – e desdobrando as análises por meio das particularidades da sociedade brasileira desde o processo inicial de colonização. Trata-se de um estudo de fôlego que, por meio do recurso da etnodemografia e da demografia histórica, articula uma série de informações de natureza quantitativa e qualitativa para mostrar a história social da criança abandonada. A abertura do livro é sintomática do tom de denúncia assumido na historiografia: “Abandonar bebês é um fenômeno de todos os tempos, pelo menos no Ocidente. Variaram apenas, no tempo, as motivações, as circunstâncias, as causas, as intensidades, as atitudes em

face do fato amplamente praticado e aceito” (MARCILIO, 1998, p. 21).

Os direitos surgem historicamente como forma de superação dessa ótica do abandono direto ou indireto da criança. Em relação ao conjunto de direitos que foi divulgado no boletim da LBA cabe pensar: que condições históricas marcaram a sua emergência e que sentidos e vontades de poder fizeram parte dessa experiência?

O primeiro direito afirmado dizia que a criança deveria ser bem atendida, assim como sua mãe, pois esta era uma condição básica para que ela nascesse bem e em condições próprias para um bom desenvolvimento físico e biológico, livre do risco de morte e de quaisquer tipos de deformação. A transformação na relação entre o público e o privado, que vinha sendo construída, é reafirmada no segundo tipo de direito enunciado, referente aos cuidados que a família deveria ter com a criança. Tal direito além de estabelecer a transformação na relação público/privado põe em funcionamento mais um dos objetivos dessa tecnologia política, na medida em que também tomava o espaço como uma das dimensões importantes de sua ação, demonstrando-se nisso a sua forma de coordenar e tornar possíveis ou não a circulação dos indivíduos em determinados espaços, a arquitetura das cidades a partir dos objetivos de higiene e medicalização social etc.

A família pode ser vista como um grupo social que habita continuamente um espaço chave para a biopolítica. A casa que passou a ser vista como um *meio* no qual seriam criados os futuros cidadãos e por isso mesmo necessitava que fossem montadas, planejadas e arquitetadas de acordo com os princípios de uma arquitetura preocupada com as influências morais, biológicas e sociais do meio sob a criança que nele habitaria. Isso gerou condições para que uma das mudanças mais significativas se referisse ao fato de as crianças passarem a ter um quarto individual. Quando o quarto fosse coletivo era indicado que apenas crianças estivessem nele, diferentemente da dormida das crianças no mesmo quarto (e muitas vezes na mesma cama) que seus pais. Por sua vez, a alimentação

também aparece como direito básico da criança, tendo em vista a sua necessidade, como de qualquer outro ser humano, de “elementos nutritivos indispensáveis” à sua sobrevivência.

O princípio então do “fazer viver” era posto prática pela garantia do oferecimento de bancos de leite ou mesmo a distribuição de leite em pó. Houve forte apelo ao aleitamento materno e Teixeira (2010, p. 23) destaca que o próprio “aleitamento foi eleito como um problema de governo”. O estímulo para que as mães amamentassem seus filhos foi feito de forma constante e incisiva, evocando termos como os divulgados no boletim da LBA que tratava da “arte de ser mãe” e naturalizava a maternidade. Havia um espaço destinado à compreensão de que a criança deveria ser tratada como tal e nesse processo a família deveria saber escutá-la e lhe atender nas suas necessidades e aspirações. Escutar a criança era uma forma de conhecer sua subjetividade.

Compreendo com Michel Foucault que a subjetividade¹⁰¹ é construída não por uma interioridade original e essencial, mas na relação com a exterioridade e jogos de saber e de poder que a constroem cultural e historicamente. Podemos ler essa proposta de escutar a criança também como uma maneira de formular melhor os modelos sociais e as práticas que a criança seria estimulada a reproduzir.¹⁰² Os direitos elencados enunciam ainda a “assistência médica e higiênica” na prevenção dos riscos de morte da criança desde a mais tenra idade e, posteriormente, destacam também a necessidade de cuidar para que a criança “jamais” ficasse abandonada à própria sorte.

Na PB que buscava se industrializar e se modernizar o clima político caracterizava-se no ano de 1948 por um governo pouco democrático, mas marcado por investimentos no campo social, sendo este efetivado inclusive na continuidade das ações empreendidas pelo governo de Ruy Carneiro. Apesar de haver uma preocupação social com os mais pobres e necessitados da assistência pública, também havia o conflito, a concorrência entre gestores públicos e aqueles que até então tinham

envidado recursos e tempo na promoção de ações de caráter assistencial.

Dentro dos direitos da criança aqueles relacionados ao convívio social, trabalho e condição jurídica da criança enfatizam justamente as diferentes frentes em que o Estado e a família deveriam atuar de modo a favorecer a relação interpessoal das crianças com o meio no qual elas viviam e de modo a fazer dela um sujeito interativo, produtivo, disposto a construir relações que fizessem dela alguém apto a exercer a cidadania de forma plena. Desde o governo Vargas a cidadania vinha sendo pensada pela lógica do trabalho e o cidadão era aquele visto como um partícipe do processo produtivo enquanto força de trabalho. Por isso mesmo o trabalho é um dos conceitos enunciados na lista de direitos da criança. A relação entre criança e trabalho enfatizou que o trabalho não deve ser um elemento prejudicial à sua formação e ao seu “desenvolvimento normal”. De acordo com a legislação da época o trabalho de crianças era permitido aos maiores de quatorze anos em condições específicas:

Art. 101 – É proibido em todo o território da República o trabalho aos menores de 12 anos.

Art. 102 – Igualmente não se pode ocupar a maiores dessa idade que contem menos de 14 anos, e que não tenham completado sua instrução primária. Todavia, a autoridade competente poderá autorizar o trabalho destes, quando o considere indispensável para a subsistência dos mesmos ou de seus pais ou irmãos, contanto que recebam a instrução escolar, que seja possível.¹⁰³

Considerando que o trabalho foi um dos conceitos mais propalados durante o governo Vargas, cabia à legislação articular estas duas preocupações: o trabalho enquanto mola propulsora do progresso econômico do país e a infância enquanto problema político (cf. COSTA JÚNIOR, 2022). Na tecnologia biopolítica essas duas questões foram vistas como problemas nacionais, pois o estímulo ao trabalho alinhava-se com a proposta de uma nação de trabalhadores e não de malandros. A legislação menorista enunciava o cuidado com a formação de crianças interessadas na convivência social pautada pela educação formal e pelo trabalho que iriam

assumir, sendo as colônias agrícolas verdadeiras escolas de incentivo a isso desde cedo (cf. BOEIRA, 2012).

Sobre a temática infância e trabalho na PB, a historiadora Suelly Santos (2015) analisa no recorte de 1924 a 1947 o surgimento do Patronato Agrícola Vidal de Negreiros na cidade de Bananeiras. Por meio da análise de leis, decretos, regulamentos e ofícios constrói uma história da instituição que exerceu papel importante na incorporação do escotismo e ginástica, localmente. Como disposição jurídica a respeito desse tema, tinha-se o artigo 104 do Código de Menores de 1927 que proibia o trabalho de menores de dezoito anos de idade em funções que fossem perigosas à saúde, à vida, à moralidade e que fossem excessivamente fatigantes ou que porventura exigissem mais dos menores do que suportaria as suas forças físicas.

Cidadania como promessa

Toda a maquinaria institucional desenhada para cuidar da questão social a partir da década de 1930 no Brasil permite pensar a cidadania como um conceito central. Mas o que é cidadania e como essa noção foi engendrada em toda uma gramática política pautada pelo desejo de atuação do Estado nas mais distintas formas de relação social?

No horizonte apontado pela definição de direitos da criança brasileira se tratava de criar toda uma maquinaria política capaz de gerenciar os problemas da sociedade, e no caso da LBA, em especial, aqueles que dissessem respeito à maternidade e infância. Daí a relevância de um texto como este:

COMO A CRIANÇA DEVE VIVER

A criança deve viver alegre como um passarinho... Mas o melhor meio de conseguir isso é o exemplo dos adultos. É preciso constituir em torno da criança um ambiente de tranquilidade e de otimismo. Mesmo diante de uma ocorrência de certa

gravidade não devemos mostrar na presença das crianças o nosso estado de apreensão, angústia ou desespero.

A preocupação excessiva com a saúde da criança é outro erro a evitar. Não há palavra para censurar o excesso de agasalhos e as janelas fechadas, frutos de absurdos receios de que a criança venha a ter um resfriado. Mania não menos perniciosa é a de remédios desnecessários, tomando muitas vezes o lugar de um regime de vida apropriado, com uma dose maior de ar e de sol. “Doutor o senhor não acha que meu filhinho está doente? Ele está tão magrinho...” Esta frase que se ouve com frequência nos consultórios reflete uma atitude de absoluta incompreensão do problema.

A criança sadia deve considerar a consulta ao médico ou ao dentista como um ato da vida, destinado a melhorar nossas condições de saúde.¹⁰⁴

As páginas da revista da LBA reforçam certa idealização da infância, mas também permitem ver a situação de pobreza. A imagem que abre este texto permite pensar outra infância, carente inclusive de um dos recursos mais básicos: a água. Apresenta crianças que desde cedo precisaram lidar com a falta da água e de outros elementos básicos. E na história da PB duas grandes estiagens marcaram as décadas de 1940 e 1950, caracterizando um fenômeno curioso na medida em que “desde 1922 que as secas no nordeste brasileiro assumiram um caráter cíclico”, pois “eram verificadas a cada dez anos” (Jornal *A União*, apud BARBOSA, 2012, p. 183). Após o processo de redemocratização o país entrou em novo momento político em que os líderes do governo estadual não seriam mais definidos pelo presidente da República, mas por voto direto da população. Se é preciso ter um cuidado ao usar o conceito de “redemocratização” para se referir ao processo pós-1945, o cientista político José Murilo de Carvalho destaca que este período foi efetivamente marcado por um sopro de democratização da política, isto é, dos processos decisórios no país.

Apesar de que se tratou de uma intervenção militar que retirou o presidente do cargo, o autor destaca que após esse acontecimento deu-se “início à experiência que se poderia chamar com alguma propriedade de democrática em toda a história do país”. A partir dali o voto popular começou a ter um peso importante nas eleições, os direitos civis progrediram ainda que lentamente – fazendo-se presentes nas três

constituições do período – e “os movimentos sociais independentes avançaram lentamente” (CARVALHO, 2008, p. 87-88). Para este autor o período de 1930-1945 é considerado como a “era dos direitos sociais” no Brasil, pois foi ali que se construiu as bases da legislação trabalhista e previdenciária – apesar de que os trabalhadores do campo continuaram a ser alijados da política social do governo, situação que foi modificada em 1963 com a extensão da legislação trabalhista para os trabalhadores rurais.

No caso da PB o período da redemocratização foi marcado pela gestão de três governadores, Oswaldo Trigueiro, José Targino e José Américo de Almeida. Sobre as gestões destes três gestores a bibliografia produzida até o momento é pequena e em relação ao último deles podem-se fazer algumas considerações com base no estudo de Jivago Correia Barbosa (2012), cujo objeto é a política assistencialista.

Se as secas se tornaram um processo recorrente na história do Nordeste, outro elemento que marcou continuidade histórica foi a inobservância do governo em relação às contas públicas. No capítulo anterior apontou-se como Ruy Carneiro propôs medidas de racionalização da administração pública com vistas a organizar os recursos públicos e dar-lhes uma melhor operacionalidade do ponto de vista da implementação das políticas públicas após o governo de Argemiro de Figueiredo. Por sua vez, José Américo de Almeida também encontrou o estado em difíceis condições financeiras quando assumiu o governo em janeiro de 1951.

O estudo de Jivago Correia Barbosa (2012) também permite pensar o papel desempenhado pela imprensa durante o governo de Jose Américo de Almeida. Se o jornal *A Imprensa*, de vinculação católica, havia sido fechado durante o governo de Ruy Carneiro, no momento em que José Américo está no governo este órgão da imprensa desempenha a função de crítica. Isso, inclusive, no que se referia às ações e projetos da assistência social marcados pela tensão entre secularização das políticas de assistência e as práticas da Igreja.

Pertencente à Arquidiocese paraibana, o jornal *A Imprensa* era dirigido pelo cônego Odilon Pedrosa e foi um importante meio de comunicação a questionar a imagem de José Américo como “benfeitor” e “salvador dos sertões” diante das calamidades provocadas pela estiagem. Essa imagem de benfeitor foi produzida pelo jornal *A União*. Nele, obviamente, não constavam críticas às ações do governo na política econômica e sua participação na chamada “indústria da seca” (BARBOSA, 2012).

“Ainda que muitas vezes marcasse uma oposição um tanto dúbia – ora a favor das propostas e decisões adotadas pelo governador em relação à seca, ora atacando o governo em setores vitais” como a assistência social, educação e saúde, *A Imprensa* atuou “no sentido de divulgar algumas ações estatais que não lograram êxito durante os anos de 1951-1952”. Tais publicações foram fundamentais para o cenário político, pois era o jornal com a segunda maior circulação impressa na cidade de João Pessoa e em parte considerável da PB (BARBOSA, 2012, p. 241). Durante o governo de José Américo de Almeida o investimento na causa da infância continuou acontecendo, pois na ótica do governo aquela era uma questão diretamente articulada aos problemas da seca e da mortalidade infantil. Ainda no início do governo de José Américo, *A Imprensa* divulgou matéria chamando a atenção disso. Se posicionou sobre o documento “Exposição de motivos”, escrito por Osias Nacre, secretário do Interior e Segurança Pública. Tal documento tratava dos problemas de assistência social coordenados pelo cônego José Coutinho:

a distribuição de auxílio em dinheiro a mais de quinhentos necessitados, ambulatório de clínica geral, limitado a trinta consultas diárias e visita médica a domicílios, duas vezes por semana; ensino rudimentar a crianças filhas de mendigos, com uma ‘tentativa de iniciação profissional’ e o fornecimento de refeições à infância desajustada; e um serviço de recolhimento, para atender a indigentes em parte chegados do interior em busca de socorro médico.¹⁰⁵

Havia transformações em relação aos governos de José Américo de Almeida e o de Ruy Carneiro no que se refere à infância. Ainda no governo de Oswaldo Trigueiro, quando a

PB contava com uma população estimada em 1.685.400 habitantes, com apenas 169 médicos e 03 enfermeiras, tentou-se a criação de uma Escola de Enfermagem de alto padrão para o estado, diante das necessidades em termos de saúde pública (LIMEIRA & FORMIGA, 1986, s/p). Tal tentativa foi urdida quando a ONU aprovou a criação do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI) para prestar cooperação aos países mais pobres com alimentação e demais suportes aos governos com os quais fossem pactuados os acordos de parceria. “O plano de Oswaldo Trigueiro, porém, esbarra em dificuldades de repasse de verbas e se amortece diante das exigências de outros Estados nordestinos de serem incluídos na distribuição dessas verbas, redundando numa ‘iniciativa fracassada’” devido à “inviabilidade e a insignificância do montante que caberia a cada Estado, caso a verba fosse assim repartida” (LIMEIRA & FORMIGA, 1986, s/p).

No fim do primeiro trimestre de sua administração o então governador José Américo de Almeida enviou documento ao poder legislativo informando sobre suas ações e projetos diante da grave situação em que o estado se encontrava. No documento percebe-se que em sua gestão o contato com o FISI, apenas almejado por Oswaldo Trigueiro, se efetivou. Após o Brasil – representado pelo seu embaixador junto a ONU, João Carlos Muniz – ter assinado o pacto de cooperação internacional com o comitê executivo do FISI, representado por Maurice Pate. À época, divulgou-se mensagem de José Américo de Almeida, enviada para a Assembleia Legislativa em 1º de junho de 1951. Nela fala-se dos desafios encontrados por sua gestão e as alternativas.

O que mais interessa é transportar estoques para todo o nordeste, destinados à revenda com margem limitada de lucro, resolvendo-se, desde logo, o mais angustioso problema nacional que é o do custo da vida, sempre agravado no nordeste nas irrupções de seca. Mormente nesta hora de exaustão. Seriam então organizados os serviços públicos de preferência os de evidente utilidade, abrangendo o maior número de municípios, para evitar a mobilidade interna e as emigrações entre os Estados, fatores de agravamento do problema. O ministério da Educação mandaria missões médicas e enfermeiras, como em 1932, para a vacinação sistemática e completa assistência médico-sanitária, conjurando-se os surtos epidêmicos, como já se vem manifestando no açude "Condado". Nessa emergência, a população

desamparada, como os inválidos e famílias sem arrimo, exige uma assistência racional de grandes proporções, por se achar esgotada a própria capacidade de dar esmolas.¹⁰⁶

Presta-se contas ao legislativo sobre suas ações, mas incorre-se também no reforço das imagens de sofrimento, seca, pobreza e carência do povo. É nesse conjunto de imagens e narrações que o governador fala da aproximação com o FISI da ONU, criado em 1946, o mesmo em que foi criada a Organização Mundial de Saúde (OMS). Objetiva-se prestar cooperação técnica e assistência na área de nutrição e alimentação para crianças, adolescentes, gestantes e mães lactantes de países em territórios com dificuldades econômicas.

Além das instituições beneficentes e das corporações militares, os Institutos poderiam ser mobilizados para uma tarefa de tamanha envergadura, cuja solução será de empenhar todas as forças da solidariedade nacional. Tudo, porém, deverá ser feito em caráter de campanha. Acabo de apelar para o representante do Fundo Internacional de Socorro à Infância, dr. Ismael Martinez Sottomayor, para dar aos seus serviços de fornecimento de leite um critério de emergência. Já em Patos estão morrendo vinte crianças por dia. Creio que contando com ampla cooperação dos órgãos mais adequados, será suficiente a cota constitucional para manter essa organização geral. Os Estados, por sua vez, como estou fazendo com o maior sacrifício, terão de colaborar para sua própria salvação. Nem tudo, porém, já está perdido. Previ esta estruturação para o auge da crise, na hipótese de se acentuar a calamidade por falta de chuvas que ainda poderão sobrevir. Atenciosas saudações. JOSE' AMÉRICO."

Daí por diante sabe toda a Paraíba o que fiz, e o que, não podendo fazer, consegui em incessantes apelos dirigidos ao presidente Getúlio Vargas, já vinculado aos destinos de nossa terra como seu benfeitor, desde 1932. Crédito extraordinário — Antes de qualquer socorro que viesse de fora, abri o crédito extraordinário de Cr\$ 6.000.000,00 para os seguintes fins:

- a) assistência aos inválidos e famílias sem arrimo;
- b) abastecimento, mediante revenda ao preço do custo, de gêneros de primeira necessidade;
- c) admissão dos médicos e auxiliares para assistência médico-sanitária;
- d) fornecimento água às localidades que tiverem seus mananciais exgoiados (sic);
- e) localização dos flagelados em fazendas do Estado ou particulares que estiverem em condições de recebê-los;
- f) aquisição ou locação de viaturas para transporte de gêneros alimentícios e de flagelados;
- g) cultura irrigada no leito dos rios mediante a utilização de bombas motores; e
- h) admissão de engenheiros, agrônomos e técnicos agrícolas e aquisição de instrumentos agrários.

Comissões de Socorro — Servindo-me desses recursos constituí Comissões de Socorro nos Municípios flagelados compostas das pessoas mais representativas, inclusive de elementos oposicionistas, com o fim especialmente de fixar a

população, evitando, dessa maneira, as debandadas históricas que, em outros lances, invadiam todos os recantos do Estado, desorganizando seu ritmo de vida.¹⁰⁷

“Já em Patos estão morrendo vinte crianças por dia”. Das vidas que se perderam todos os dias, das mazelas sociais que por décadas continuaram (e continuam) a macular vidas infantis sem possibilidades sequer de compreensão da situação em que vivem e das violências que lhes tomam de assalto todos os dias, vai se construindo uma história das tentativas e erros sobre o combate à pobreza. A história mostra diferentes momentos em que a infância foi negada e morta. Não apenas as intempéries naturais, os ciclos da seca e as violências de outra sorte foram responsáveis pela morte de milhares de crianças, como apontam dados estatísticos do século XX e de outros momentos da história do país, como bem analisa Maria Luiza Marcilio.

O FISI atuava por meio de acordos de cooperação entre os estados e no caso do Brasil, o acordo foi assinado em 1950 e já em seu artigo I se definia as bases dessa parceria:

- A. O Fundo, de acordo com a sua estimativa das necessidades e dentro dos limites de seus recursos, fornecerá alimentos e outros suprimentos e serviços para a ajuda e assistência às crianças, adolescentes, gestantes e mães Lactantes do Brasil.
- B. O Governo deverá, de acordo com o plano de operações aprovado e sujeito a emendas porventura acordadas mais tarde entre o Fundo e o Governo, fornecer alimento (e outros programas especiais) para crianças, adolescentes, gestantes e mães lactantes no Brasil e se compromete a que os alimentos e os suprimentos fornecidos pelo Fundo serão distribuídos para as pessoas indicadas e em benefício das mesmas, de acordo com o plano de operações mencionado acima.
- C. As quantidades e tipos de alimentos e suprimentos a serem fornecidos pelo Fundo e pelo Governo, respectivamente, para o benefício de crianças, adolescentes, gestantes e mães lactantes do Brasil serão determinados periodicamente de acordo com a conveniência das fases sucessivas das operações, por meio de consultas e entendimentos entre o Fundo e o Governo.
- D. O Fundo não requererá pagamento em moedas estrangeiras para os suprimentos e serviços fornecidos nos termos deste Acordo e fica entendido que não terá direito ao mesmo.¹⁰⁸

O surgimento do FISI é anterior à DUDH-1948, mas é fato que surgiu no momento em que as negociações do texto estavam ocorrendo no interior da ONU. Ao tematizar a relação entre a historiografia e a DUDH-1948, Antoon de Baets (2010) problematiza a historicidade desse documento. Trata-se de uma

fonte que ao marcar a história do século passado também delimita condições específicas para a escrita da História. Exige uma reflexão sobre conceitos como memória, esquecimento, pessoa humana, publicidade de informações sobre o passado de indivíduos ou grupos específicos. Há um conflito clássico entre “a liberdade de expressão dos historiadores e a privacidade e reputação daqueles que eles estudam” (DE BAETS, 2010, p. 94).

O direito à informação, à produção de conhecimentos sobre o passado e o compromisso com a divulgação desse saber por parte da comunidade historiadora passa a ser visto como uma questão problemática, pois embora muitas vezes a história seja um “trabalho sobre o morto”, como disse Michel de Certeau, o fato de não mais lidar com pessoas vivas e que podem questionar e repercutir de forma diferente o discurso do historiador, é necessário que se pense em uma “dignidade póstuma”.



Figura 28 – Eleanor Roosevelt, primeira-dama dos EUA com o a DUDH-1948.

Além dessa discussão que toca na epistemologia da História, Antoon de Baets (2010) reflete também sobre os conflitos vivenciados no próprio processo de construção do texto da DUDH-1948. Abre espaço para fazer alusão ao fato de que a própria pretensão “universal” que dá título ao documento não tardou para se tornar alvo e intensos questionamentos.

Por mais rico recurso que a DUDH possa ser, ela foi recebida não apenas com entusiasmo, mas também com crítica. Muito da crítica estendeu-se à própria ideia de direitos humanos, e foi dirigida a seus fundamentos e a sua universalidade. Filósofos, por exemplo, sustentaram que o conceito de dignidade humana foi “essencialmente contestado”. Muitos deles argumentaram que, na verdade, existiam dois conceitos, ao invés de um: dignidade humana inerente, como valor inerente do ser humano, e a dignidade humana externa, associada ao valor de respeito. Outros

afirmaram que a dignidade humana era um axioma sem fundamento adicional, uma ficção útil, ou mesmo que não existia (DE BAETS, 2010, p. 106).

Embora não seja objeto deste texto a concepção de direitos humanos e suas implicações filosóficas e antropológicas, deve-se situar que se trata de um conceito urdido em relações de poder (cf. SANTOS, 1997). Embora tenha a pretensão de se tratar de uma noção universal, ela não foi objeto de um total consenso nem mesmo no interior do espaço que a instituiu. “Quando a Assembleia Geral da ONU adotou a DUDH em 10 de dezembro de 1948, embora 48 países tenham votado a favor e nenhum contra, oito se abstiveram (e dois estavam ausentes): na prática, universalidade significou ausência de desacordo ao invés de unanimidade” (DE BAETS, 2010, p. 107).

Naquele momento países comunistas orientados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) “se abstiveram por causa da falta de ênfase no papel do Estado; a Arábia Saudita por causa dos direitos de casamento igualitário e da liberdade para mudar de religião; a África do Sul por causa da condenação implícita de sua política de *Apartheid*” (MORSINK, 1999, apud DE BAETS, 2010, p. 107, grifo no original). Se a DUDH teve uma importância fundamental para uma série de desdobramentos nas relações entre os países, é fato também que do ponto de vista teórico e político este documento precisa ser pensado na sua historicidade. Assim se torna possível não naturalizá-lo, o que também não significa incorrer em críticas injustas e anacrônicas sobre seu significado ético e político.

É significativa a imagem de Eleanor Roosevelt (1884-1962), então primeira-dama dos EUA, segurando a DUDH em 1 de novembro de 1949 no escritório da ONU, em Nova York. Ela foi esposa de Franklin Delano Roosevelt (1882-1945) que havia sido presidente dos EUA. Embora haja críticas contundentes ao conteúdo político e cultural da DUDH, pode-se considerar também que a partir dela a civilização humana passou a ter um novo marco para incitar transformações na convivência entre os povos e as culturas.

Outro documento importante para a história da infância foi a *Declaração de Caracas* sobre o direito à saúde da criança, promulgada em janeiro de 1948 durante o *IX Congresso Pan-americano da Criança*. Foi referendada, posteriormente, pela Organização Sanitária Pan-americana e pelo Instituto Internacional Americano de Proteção à Infância. Em boletim de maio e junho de 1949, a LBA noticiava o acontecimento e apresentava o texto da declaração:

1º - Toda criança tem o direito ao melhor cuidado possível de sua saúde. Os pais e tutores serão instruídos nos deveres que a este respeito lhes cabem e receberão os elementos que lhes permitam cumpri-los.

O Estado e as instituições particulares proverão esses meios nos casos necessários, providenciando a organização eficiente das instituições que realizam esses programas e preparam o treinamento do pessoal médico, sanitário, social e auxiliar. Com este fim as Faculdades de Medicina e os demais Institutos formadores de pessoal deverão intensificar e ampliar o ensino da puericultura e da pediatria.

2º - Proteger-se-á a saúde da criança desde o nascimento até a adolescência por meio de exames periódicos. Sua vigilância e assistência serão praticadas por pessoal técnico especializado, médicos pediatras, puericultores, odontologistas e auxiliares.

3º - Cuidar-se-á do nascimento da criança de modo completo, incluindo assistência pré-natal, natal e pós-natal, com o fim de assegurar à mãe, gravidez e parto normais, e, às crianças, as maiores seguranças para a sua saúde ulterior.

A criança prematura será objeto de cuidado especial.

4º - Durante a idade pré-escolar assistir-se-á a criança, para que chegue, nas melhores condições possíveis a idade escolar. Durante esta última, a sua saúde será constantemente vigiada.

Os estabelecimentos escolares preencherão os requisitos necessários de iluminação e ventilação, disporão de equipamento adequado e pessoal especializado se ocupará da educação sanitária, a qual incluirá a recreação física e mental.

5º - Assegurar-se-á a boa nutrição da criança, facilitando-lhe os elementos apropriados, para que disponham de alimentos, leite e água puros.

Tanto na escola como nas instituições sanitárias e de assistência social, organizar-se-ão aulas de alimentação infantil, do modo mais eficiente possível.

6º - Exercer-se-á a proteção específica contra as doenças transmissíveis, de acordo com as características regionais. Para isso se praticará a vacinação precoce contra a varíola, difteria, coqueluche, e, se for necessário, contra a febre tífica [tifoide] e outras infecções; organizar-se-ão a profilaxia das parasitoses e a luta contra os insetos transmissores. Os serviços de saneamento geral, remoção ou tratamento das águas servidas e dejetos, completarão esta proteção.

7º - Proteger-se-á a criança contra as doenças mentais físicas, providenciando-se para que a higiene mental integre os programas de proteção infantil. As crianças deficientes mentais e as que constituírem problemas sociais especiais deverão receber, para a recuperação do seu equilíbrio mental perdido tratamento adequado sob o amparo da sociedade e não serão consideradas como seres nocivos a ela.

8º - As crianças empecadas, cegas, surdas, mudas, reumáticas, etc., ou que sofram de qualquer defeito físico deverão ser tratadas convenientemente, dos pontos de vista médico e educativo, para torná-las seres úteis à coletividade.

9º - Para toda criança e para toda idade devem seguir-se as normas aconselhadas pelas autoridades científicas, com o fim de evitar a tuberculose usando os meios aconselhados pelos especialistas. Igual preocupação existirá a respeito do problema da sífilis, lepra etc.

10 º - Deverão, em suma, ser tomadas todas as medidas necessárias para assegurar a toda criança das Américas, qualquer que seja a sua raça, cor ou credo, as melhores condições de saúde, baseadas em uma higiene geral adequada, boa habitação, alimentação, sol, ar, asseio e vestimentas necessárias, com o fim de que possa aproveitar todas as oportunidades que lhe permitam gozar uma vida sã, feliz e em paz.¹⁰⁹

A Declaração de Caracas tem como objeto central a saúde da criança e da mãe. Surgiu em um momento marcado por uma série de encontros nacionais, bilaterais e internacionais entre países das Américas. Desde 1902, com a criação da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), passou-se a desenhar um percurso político marcado pelo esforço conjunto dos países latino-americanos e dos Estados Unidos sobre a política de saúde pública. Interessante notar que, etimologicamente, a palavra saúde tem sua origem no latim *salus*, e “significa são, inteiro, salvo, salvação, sendo que dessa palavra derivam: *saluus*, *solidus* e *soldus*, que exprime solda e soldado, ou seja, quer dizer o que é uma única peça, inteiro, completo”. Em sua origem na Grécia, “o sentido desse termo é, entre outros, de inteiro, intacto, real” (CATÃO, 2011, p. 140, grifos no original). Desse modo, compreendo que investir na saúde significava (e continua significando) uma maneira de administrar a formação de determinadas corporeidades e subjetividades. Daí o fato de a *Declaração de Caracas* fazer referência em seu artigo 7º ao problema da saúde mental e à importância da higiene mental como suporte para lidar com a saúde de crianças acometidas por deficiências mentais.

A inclusão da categoria “crianças deficientes mentais” em um documento com forte peso normativo e descritivo no que concernia às políticas de saúde permite pensar um movimento complexo sobre o tratamento da infância. Como reflete Lilia Ferreira Lobo (2015, p. 211), “é preciso assinalar que a história da criança anormal é a história das múltiplas práticas de objetivação, cujo começo tem data recente”. A autora propõe que é a “história dessas práticas e dos saberes

que elas constituem, principalmente nos campos da Medicina e da Medicina Psiquiátrica, da Psicologia e da Pedagogia, como também nos campos jurídico e policial. É uma história de separações, diferenciações, classificações, cortes incessantes, de exclusões por inclusões” (LOBO, 2015, p. 211-212).

Por sua vez, Michel Foucault (2011, p. 306), atento para o caráter burguês, conservador e moralista da medicina, procurou pensar sobre as funções exercidas por essa disciplina. “A medicina define não somente o que é normal e o que não é, mas por fim o que é lícito ou ilícito, criminal ou não criminal, o que é abuso ou prática maligna”. Nisto, a Medicina não tem simplesmente a função de descrever doenças e pautar formas de tratamento, mas é um saber que também busca se firmar como unísono e normalizador. Por sua vez, analisando a história das relações entre o Brasil e a OPAS, Nísia Trindade Lima (2002) afirma que a OPAS não é apenas o mais antigo organismo a atuar na área da cooperação em saúde, mas também uma das primeiras organizações de cooperação internacional cujo papel foi decisivo na história das políticas públicas de saúde na América Latina. Foi por meio do tema da saúde que “as controvertidas ideias sobre o pan-americanismo puderem se expressar” (LIMA, 2002, p. 25).

A consciência a respeito do “mal público”, representado pelas doenças transmissíveis, e da necessidade de estabelecer medidas de proteção em níveis nacional e internacional contribuíram para a criação de fóruns e organismos de cooperação em escala mundial. Diferentes explicações poderiam ser enunciadas, mas deve-se destacar o crescente fluxo de mercadorias e pessoas, assim como o de doenças. Ações de proteção à saúde foram objeto de constantes debates e tentativas de normalização. Até mesmo quando a eminente eclosão de conflitos entre os Estados nacionais, em seu processo de expansão imperialista, colocou em evidência o tema da guerra, a agenda de saúde intensificou-se como questão internacional (LIMA, 2002, p. 25).

Neste cenário, a Declaração de Caracas teve relevância. Se por um lado havia o investimento em novas percepções sobre a dignidade humana e a ideia de saúde já sendo formulada como um direito do cidadão e um dever do Estado, por outro havia a preocupação com fatores econômicos. O fato de o Estado assumir a política de saúde como questão de

governo das populações é um dado importante, pois a genealogia dessa prática de governo exige que a pensemos em relações de força onde um certo tipo de saber assume a dianteira e a legitimidade. Assim, Marconi do Ó Catão (2011, p. 93) destaca que “a concepção de uma medicina científica acima das demais práticas médicas levou o Estado a promover uma regulamentação mais específica das práticas sociais, possibilitando a elaboração de novos dispositivos necessários para a organização da medicina como um sistema de curas de valor universal”. Ao historicizar a emergência da medicina social no século XVIII, Michel Foucault (2011, p. 403) atenta para tal aspecto, ao dizer que “a medicalização, ou seja, o fato de a existência, a conduta, o comportamento, o corpo humano se integrarem em uma rede de medicalização cada vez mais densa e importante, deixando cada vez menos escapar as coisas”, foi se organizando como efeitos de um novo tipo de poder.¹¹⁰

Lima (2002, p. 26) destaca que desde as primeiras décadas do século XX ocorre um “crescente intercâmbio entre especialistas e gestores de saúde. O papel do organismo deve também ser considerado em termos da construção de uma agenda comum e de uma comunidade de especialistas” como Oswaldo Cruz (1912-1917), Raul de Almeida Magalhães (1880-1946) e Carlos Chagas (1879-1934) que participaram como delegados das Conferências Pan-Americanas de Saúde. Além disso, Lima (2002) destaca que os Estados Unidos investiram na concessão de bolsas de estudos para médicos, engenheiros sanitários e outros profissionais da saúde através de espaços como a Fundação Rockefeller que ao contribuir na formação de profissionais, exerceu papel decisivo na criação da cadeira de higiene da Faculdade de Medicina de São Paulo em 1918 (cf. FARIA, 2007).

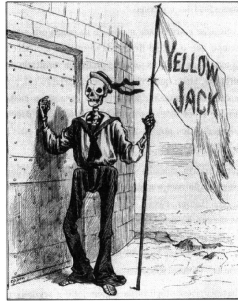


Figura 29 – Imagem que simboliza a ameaça da febre amarela aos países da América.
Fonte: Boletim da OPAS, apud LIMA, 2002, p. 29.

Entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX os países passaram a investir na criação de agendas de combate às doenças que assolavam suas populações.¹¹¹ “Sob o impacto das epidemias de cólera e febre amarela, realizou-se em Montevideu, em 1873, uma convenção sanitária em que se firmou uma ata pelo Brasil, Argentina e Uruguai determinando medidas comuns de prevenção em relação a doenças como cólera asiático, febre amarela, peste e tifo” (LIMA, 2002, p. 35-36). A autora também destaca que:

No caso das Américas, a febre amarela, em fins do século XIX e início do século XX, era considerada o grande desafio de política sanitária, especialmente no que se refere ao comércio entre as nações. Em parte, desempenhou no continente americano papel similar ao do cólera na Europa. Foi uma das doenças mais marcantes da história da saúde pública brasileira, com impactos sobre os processos políticos e o desenvolvimento científico no país (LIMA, 2002, p. 38).

Houve forte investimento internacional, nacional e regional na formação de quadros para atuar na saúde. Neste sentido, na LBA houve todo um esforço para multiplicar as comissões por todos os municípios. Já no segundo ano de circulação do periódico pode-se perceber esse tipo de investimento nas fotografias e textos.

A série construída para análise é composta por três fotografias, sendo duas delas referentes a uma mesma matéria e edição do boletim, e uma referente a outro número do informativo, figurando sozinha dentro da matéria. Um dos critérios de análise foi o aspecto cronológico e, por este motivo, serão analisadas inicialmente as duas fotografias veiculadas na edição de março e, posteriormente, será problematizada a referente ao mês de abril. Essa edição do

boletim foi construída tendo como matéria de capa o texto “A arte de ser mãe”, problematizado na parte anterior. Este número apresenta informações sobre a situação das maternidades na PB, bem como apresenta “revelações demográficas” dando ênfase ao fato de que naquele momento 66% da população era analfabeta. Além disso, são apresentados dados e informações textuais sobre a tuberculose e atuação da Liga Paraibana contra essa doença, sendo o artigo assinado pela médica Neura de Andrade.

Na seção “Nossos municípios” aborda-se a cidade de Alagoa Grande e constam dados sobre o dispensário da LBA em cooperação com as damas de caridade, Maternidade Cândida Vargas, descrição das atividades, o movimento do banco de leite humano, o balancete referente ao mês de fevereiro e, por fim, a matéria de página inteira sobre o curso de puericultura organizado pela LBA e o Departamento de Saúde, sob a direção do dr. Humberto Nóbrega.



Figura 30 – Curso de puericultura promovido pela LBA. Boletim da LBA. Ano II, Março de 1948, Número 8, p. 08.

As duas fotografias aparecem dividindo a página. Uma é posta na posição superior e outra na inferior, deixando o espaço central para o texto escrito em duas colunas. Em relação à própria composição da edição e da última página o texto é curto, não apresentando detalhes da atividade. Enfatiza os nomes e cargos das autoridades envolvidas.

Entre as autoridades presentes no curso estavam Ednaldo de Luna Pedrosa (presidente da LBA no momento), dr. Humberto Nóbrega (diretor do Departamento de Saúde da PB), Efigênio Barbosa (diretor do Departamento de Maternidade e Infância – DMI da LBA), João Soares (diretor do DMI) e

Neusa Andrade (chefe do Centro de Puericultura). O texto menciona as enfermeiras Ana Neri, Doralise Pinheiro Kluppel e Ana de Paula Barbosa.



Figura 31 – Professores e mulheres participantes do curso de puericultura. Boletim da LBA. Ano II, Março de 1948, Número 08, p. 08.

O texto informa que o curso se destinava à “preparação do Pessoal necessário ao funcionamento dos Postos de Puericultura de Pombal e Cajazeiras” que seriam inaugurados no mês de julho daquele mesmo ano. A fotografia reproduzida na parte superior da página é aquela em que aparecem, na parte central da imagem, os responsáveis pela política de saúde e assistência à infância. Investe-se na visibilidade do espaço físico do Centro de Puericultura de Cruz das Armas como forma de localizar onde ocorria a formação de cuidadores para os centros de puericultura. As pessoas representadas são aquelas diretamente ligadas ao tema da fotografia, isto é, alunas do curso de puericultura e gestores da LBA. Dois tipos de sujeitos são representados. Um deles diz respeito às autoridades públicas. Esses são predominantemente homens, como podemos ver pela descrição que o texto faz, tendo como gestora a médica Neusa Andrade, exceção feminina em cargo de liderança. Por outro lado, o público dessas ações de formação compõe outro tipo de sujeito. Diferentemente da matéria presente no boletim do mês de abril, como veremos a seguir, nesta não são descritos os nomes das participantes desse curso e, assim, elas aparecem coletivamente enquanto alunas do curso de puericultura em Cruz das Armas.

O espaço é relativamente pequeno, mas com capacidade para acolher as 21 estudantes, bem como as autoridades públicas e os professores. Há dois quadros ao fundo, duas

janelas ao lado direito e desse mesmo lado é possível perceber a ponta de uma mesa coberta por uma toalha, que não aparece totalmente na imagem. Tendo em vista que algumas das pessoas retratadas na foto aparecem sentadas (os diretores da LBA, do DMI do departamento de saúde e do DMI da LBA, assim como a médica responsável pelo centro de puericultura) outro tipo de objeto são as 7 cadeiras.

Todos os homens estão com roupas formais, gravata, terno, sapatos. As mulheres usam vestidos, até porque se tratava de uma situação formal e o uso da calça por mulheres não havia se tornado comum e popular como se deu a partir da década de 1960. Todas têm o cabelo preso e outras aparentemente têm o cabelo curto, ao pé do pescoço, como sugere a imagem da última senhora sentada ao lado esquerdo. Estavam todos em um espaço ventilado, tendo em vista a presença das janelas, organizado para a realização de atividades formais e coletivas, o que é sugerido pelos próprios objetos descritos anteriormente. Por outro lado, não é possível perceber diretamente qual o tempo que a fotografia retrata, se seria dia ou noite, mas é crível que atividade foi realizada durante o dia. Em relação ao suporte da fotografia não é possível, a partir das informações coletadas, definir se havia algum tipo de equipamento que dava apoio para a câmera. Todavia, considerando que na década de 1940 o uso desse equipamento se popularizou e no ano de 1948 foi lançado por Edwin H. Land (1909-1991) a câmera instantânea Polaroid modelo 95, é possível que um modelo deste tipo ou similar fosse usado pela LBA.

A fotografia funcionava como uma forma de criar rostos. Mas o que seria criar um rosto no discurso da LBA? Poderia ser uma forma de visibilizar e comprovar o comprometimento de cidadãos paraibanos com o objetivo maior traçado pelo chefe da nação. Novos olhos estariam dispostos a mirar a infância no trabalho diário de orientação e cuidado junto às famílias. Novas pernas estariam sendo formadas com a disposição necessária para trilhar os caminhos muitas vezes íngremes, ainda não urbanizados, que levariam para os centros

de puericultura e educação higiênica e sanitária das famílias. Novos braços estavam sendo formados para embalar as crianças que porventura tivessem mães ainda pouco treinadas e adaptadas para ofertar o consolo e aconchego de seu colo. Novos rostos, assim, estavam sendo construídos e educados dentro da política do corpo com a disposição para serem identificados com o “rosto coletivo” de um novo país. Rostos delicados, finos e limpos que logo seriam identificados por mães e crianças que enxergariam neles a mensagem do cuidado e da proteção.

A nitidez da fotografia foi comprometida pelo tempo, principalmente suas laterais em que predomina uma tonalidade mais escura que impossibilita a visualização de alguns objetos e rostos. O uso de linhas retas centraliza a imagem e constrói a sensação de algo planejado, moderno e elaborado pelo olhar humano¹¹². Considerando que a fotografia é em preto e branco não é possível inferir muito acerca da iluminação na composição do cenário e das personagens, mas parece ter sido usada apenas a luz ambiente do espaço do Centro de Puericultura. Por fim, considerando que o circuito social da fotografia se refere tanto ao aspecto técnico (que possibilita sua operacionalização enquanto registro) como ao próprio ato de fotografar, ou seja, o ato de produzir a imagem a partir do manuseio de um aparelhamento técnico, vale destacar o seu lugar social. Ela é uma produção visual que pertence a uma instituição e seu registro faz parte de uma política de arquivamento. Sendo assim, muito possivelmente o fotógrafo, não era um amador, mas um profissional contratado. Por sua vez, a segunda fotografia aparece no boletim na mesma página. Juntas, fazem parte da matéria que divulga a realização do curso de puericultura em Cruz das Armas. A espacialidade é diferente da anterior, pois há um espaço pedagógico.



Figura 32 – Aprendendo puericultura: formação de voluntárias. Boletim da LBA. Ano II, Março de 1948, Número 8, p. 08.

Retrata-se a educação higiênica e a puericultura, isto é, o ensino daquele saber autorizado para o tratamento e cuidado das crianças. Cinco das alunas aparecem de costas no primeiro plano da fotografia, enquanto há outras ao fundo, também sentadas logo atrás de quatro homens. O semicírculo é composto pelas alunas ao redor e por quatro figuras masculinas, as mesmas da figura anterior, isto é, os diretores Ednaldo de Luna Pedrosa, Humberto Nóbrega, Efigênio Barbosa e João Soares. Ao centro, um homem conduz a aula. O vaso de flores no centro da mesa, serve de decoração.

Diferentemente da fotografia anterior, com uma pose coletiva, aqui o objetivo é captar um processo em curso, algo procedendo e se estendendo no tempo. Se a primeira captava “rostos”, nesta o movimento parece ter sido diferente. A própria noção de movimento aparece de maneira mais clara e cria a sensação de um acontecimento em curso. Antes buscou-se registrar a presença das autoridades, como forma de legitimar aquele espaço e a atividade em questão, mas agora a ênfase é o aspecto pedagógico.



Figura 33 – Profissionais da Legião em frente ao prédio do Hospital Cândida Vargas. Boletim da LBA. Ano II, Abril de 1948, Número 9, p. 08.

A terceira fotografia é parte de uma matéria que trata do curso de puericultura realizado na Maternidade Cândida Vargas, em João Pessoa. O título da matéria é “A obra social da Legião Brasileira de Assistência na Paraíba”: “Ninguém de boa-fé poderá negar a influência e valor da obra que empreende dentro do país a LBA,”¹¹³ inicia o repórter Reinaldo de Oliveira Sobrinho, de modo persuasivo. O uso da expressão “ninguém de boa-fé pode negar” já nega a possibilidade de outro argumento. Como destaca Irma Rizzini (2011), a LBA também foi criticada pela sociedade, inclusive pelas denúncias de corrupção.

As pessoas retratadas na imagem são, assim como nas duas anteriores, médicos e alunas. A diferença está na indumentária das alunas, pois diferentemente daquelas de Cruz das Armas, estas já estão com as vestes de enfermeira e puericultora, indicado pelo uso do acessório na cabeça. Não há objetos na fotografia, tendo em vista que ela foi realizada na frente do prédio da maternidade. O objeto que aparece em destaque é uma árvore que está por trás do grupo de pessoas e se sobressai pela sua altura.

As personagens são particularizadas também pela indumentária, as mulheres vestidas como enfermeiras e os homens com terno. A paisagem privilegia diretamente o prédio da maternidade pública em um momento do dia. Assim como as duas fotografias anteriores esta é um retrato em preto e branco, com sentido horizontal, centralizada e o objeto da foto (o grupo formado por alunas/enfermeiras e médicos) ocupa um espaço menor em relação ao prédio que é retratado, isto é, a frente da maternidade e o prédio que ela ocupa, que é apresentado desde a frente até o fundo. Não se faz a captura dos rostos, emoções e nem gestos das pessoas envolvidas na situação. A ênfase foi dada em um plano geral. A fotografia articula-se com o texto ao mostrar um espaço e uma equipe consideravelmente amplos, o que se ajusta diretamente com o propósito laudatório do texto verbal e visual.

Tematizando objeto semelhante e analisando as imagens de enfermeiras retratadas nas páginas da *Revista da Semana* em

1929, Anna Deslandes et al (2013) refletiram sobre os significados sociais dos usos da indumentária das enfermeiras nos procedimentos de atendimento e cuidados médicos com pacientes de tuberculose e outras doenças. A partir dos conceitos de representação objetável e hexis corporal¹¹⁴, do sociólogo francês Pierre Bourdieu, as autoras destacam que o uso de determinadas roupas, com cores específicas e acessórios peculiares, estava diretamente articulado com as posições das enfermeiras na divisão de funções e na própria hierarquia profissional dentro da Escola de Enfermagem do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), no RJ. “A distinção no uso dos uniformes, para as atividades executadas pelas enfermeiras era uma estratégia de comunicação não verbal para se fazer ver e fazer crer nas visitas domiciliares” (DESLANDES et al, 2013, p. 01). Portanto, as fotografias produzidas pela LBA foram usadas como estratégia para criar uma visualidade para a infância e para a maternidade. A análise das fotografias buscou pensá-las pelo seu aspecto monumental, pois elas podem ser lidas a partir das relações com outras formas de linguagem e com outros códigos verbais ou não verbais. Nisto, Severino Cabral Filho (2007) destaca que “uma fotografia pode ser o resultado de uma contingência, retratando o que foi encontrado pelo fotógrafo. Todavia a riqueza de uma imagem não consiste apenas em reproduzir fatos, mas também em colocar em sincronia o olhar do receptor com um mundo que – mesmo não mais existindo – passa a fazer parte do universo deste receptor através do que a imagem eternizou, do resultado de um trabalho que se consubstancia em memória com toda a plenitude da visualidade (CABRAL FILHO, 2007, p. 10).

...

Na manhã de domingo de 15 de fevereiro de 1953 o jornal carioca *Correio da Manhã* publicava, em uma página repleta de propaganda comercial, uma matéria que chamava a atenção para o trabalho do FISI. Esse órgão da ONU tinha investido até aquele momento cerca de 190 milhões de dólares, beneficiando 72 países no mundo. Mencionava o trabalho de

Gertrudes Lutz, responsável pela coordenação dos trabalhos do FISI no Brasil.¹¹⁵

Cerca de um ano antes, na manhã do dia 4 de janeiro de 1952, uma sexta-feira, circulava matéria do jornal *O Norte* – aquele que se nomeava como “um jornal a serviço da Paraíba”, sobre o posicionamento de José Américo em relação à LBA.

O GOVERNO DO ESTADO E A L.B.A

[...]

No governo passado, por exemplo, não houve a menor compreensão por parte dos responsáveis pela administração no tocante aos serviços prestados, entre nós, pela L.B.A, dos quais destacamos, com merecido relevo, a Maternidade Cândida Vargas e o Hospital Infantil Arlinda Marques dos Reis.

Mal assumiu o governo, o sr. José Américo compreendeu os grandes benefícios prestados, à pobreza, pela Maternidade Cândida Vargas e, fora dos dias normais de expediente, começou nos domingos e feriados a [não legível] essas Instituições, anotando suas necessidades, estudando suas deficiências e suas possibilidades.

O resultado dessa preocupação salta à vista de todos. Está aí a Maternidade com seus serviços melhorados, as suas instalações e seus equipamentos consertados.

Para isso contou, é verdade, com o interesse e a dedicação mais completa de sua exma. Esposa, d. Alice de Almeida, que, junto a administração central da L.B.A, graças a compreensão e boa vontade de d. Darcy Vargas, conseguiu auxílios ponderáveis para pagamento de dívidas enormes contraídas em administrações anteriores daquele nosocômio.

Agora, mesmo além de benefícios outros realizados dentro do edifício da Maternidade, o governo vem de construir ao redor de todo o prédio um muro já em conclusão e no qual foi gasta a importância de Cr\$ 80.000,00 aproximadamente. É que, dotado de grande sensibilidade humana, o governador José Américo de Almeida percebeu os imensos benefícios à mãe e à criança pobres da Paraíba pela benemérita instituição de assistência à maternidade e à infância¹¹⁶.

Os projetos da LBA tiveram, depois do fim da guerra, a definição da maternidade e infância como foco das ações. Mas durante a estiagem de 1951-1952, Darcy Vargas criou o Serviço de Assistência às Vítimas da Seca (AVIS) para ser implantado nas comissões estaduais cujos territórios sofriam os efeitos da estiagem. Em boletim publicado no início de 1952 uma matéria de primeira página aludia ao *Auxílio às Vítimas da Seca proporcionado pela LBA*:

É do domínio público a calamidade trazida ao Nordeste brasileiro pela estiagem verificada no decurso do ano expirante – 1951 – que, se não fora o dever de solidariedade de todos os brasileiros bem-intencionados, que trouxeram as suas imediatas contribuições, esta faixa de terra teria se despovoado completamente. A Exma. Snra. D. Darcy Sarmanho Vargas, Presidente da Legião Brasileira de Assistência, mostrando mais uma vez o seu desvelo pelos patrícios, não os deixando ao desamparo nas ocasiões mais prementes, teve a ideia feliz de organizar a assistência às vítimas da seca – simplificada pela denominação de AVIS., dependente da Legião Brasileira de Assistência, fazendo criar em cada CE dos Estados alcançados pela estiagem uma seção para facilidade dos auxílios prestados aos flagelados.

E assim coube a Paraíba uma dessas criações, sendo designado para dirigi-la a Exma. Snra. D. Alice de Almeida. Presidente da CE tendo como integrantes os Drs. Ivan Bichara Sobreira, Coralio Soares de Oliveira, Efigênio Barbosa (Coordenador), Desembargador Severino Montenegro, Pe. Antônio Fragoso e o Snr. Luiz Ribeiro dos Santos, tesoureiro que tem sabido desincumbir-se da missão confiada com o interesse que bem merece a campanha em prol dos nossos patrícios necessitados.

Assim como o jornal *A União*, o boletim da LBA também servia ao interesse de publicar as ações em prol dos “flagelados”. Havia toda uma narrativa do flagelo, da dor e da carência em razão da estiagem. Contudo, se por um lado a estiagem é um processo da natureza, por outro os usos que são feitos dele para fins de manutenção de determinadas relações sociais de dominação não são naturais e não poderiam ser naturalizadas. Ocorre que, como bem analisou Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2009) em *A invenção do Nordeste e outras artes*, o fenômeno da seca foi usado politicamente por meio da chamada Indústria das Secas para manter determinadas relações sociais de dominação política local a partir do uso de recursos federais.

O problema da seca tornou-se rentável do ponto de vista financeiro, pois foram criadas instâncias específicas para tratar dessa questão e destinar recursos econômicos e técnicos. Politicamente se tornou útil para aqueles que usaram tais situações para apadrinhar, manter postos de comando na gestão dos recursos a partir de ambições eleitorais, como no caso de José Américo de Almeida. Apesar dos discursos que falam da assistência e do compromisso e sensibilidade do governador com tal empreendimento como a LBA e outros que atuavam na assistência social, ocorre que o mesmo José Américo capaz de elogiar as ações da LBA e dar suportes para sua continuidade

na década de 1950, Barbosa (2012) analisa que após as intensas disputas políticas na campanha eleitoral de 1950 o governador eleito adotou uma postura antidemocrática e antipopular. Mesmo diante da situação de intensa estiagem, alguns dados apontam para o fato de que ele privilegiou cidades como Mamanguape que não tinha sofrido os efeitos da seca de 1951-1952. Enquanto isso cidades como Brejo do Cruz permanecia esquecida por não ter votado majoritariamente em José Américo. Barbosa (2012) destaca o fato de que o critério para dar apoio às cidades que sofriam com os efeitos da estiagem, fornecendo condições para a construção de açudes e pavimentação de estradas se baseava no fato de essas cidades terem exercido peso significativo na eleição. Neste sentido, apesar do fato de alguns autores compreenderem que o país vivia um processo de redemocratização, o que parece mais claro também é que localmente práticas políticas deste tipo (marcadamente antidemocráticas) ainda persistiam.

A homilia do “grande ministro de 1932” nos parece contraditória e dúbia ao mesmo tempo, pois se a construção dos açudes, a pavimentação e construção das estradas estavam inseridas em um projeto político “de amparo às populações flageladas”, por que não beneficiar todas as localidades atingidas pelos efeitos da seca, ao invés de favorecer alguns municípios e distritos em detrimento de outros? Quais os critérios adotados para que diversas municipalidades passassem a figurar os planos e estudos desenvolvidos pelo COESP, DER, DNOCS mesmo estando a dezenas de quilômetros de distância do epicentro da crise gerada pela seca, a exemplo de Mamanguape? Será que os prefeitos dos municípios não assistidos – em sua maioria opositores ao governo americista – permaneceram calados diante da predileção dos aliados políticos? Havia realmente uma fiscalização eficaz em torno dos milhões de cruzeiros enviados pelo governo federal aos cofres do governo paraibano? (BARBOSA, 2012, p. 225).

Como resistência a este tipo de ação do governador, José Olímpio Maia Filho – então prefeito de Brejo do Cruz – mandou cortar a energia elétrica para impedir que as notícias sobre as obras contra as secas desenvolvidas pelo governo do estado em outras cidades chegassem aos moradores de Brejo do Cruz (BARBOSA, 2012). Assim como em nível nacional – condicionado por decisões do governo federal –, as décadas de 1940 e 1950 foram marcadas na PB por uma série de investimentos na área social. Embora eles nem sempre tenham

partido da infância como a questão fundamental e central, tais ações produziram um conjunto de transformações nos modos de agir em relação à infância e as políticas que deveriam tomá-la como uma questão importante para o famigerado progresso da nação. Logo, um discurso hegemônico que produziu e/ou reforçou uma série de práticas de violência institucionalizada, posto que o discurso divergente foi visto como inimigo.

Não se pode, entretanto, negligenciar o legado deixado para as populações posteriores que puderam contar o desdobramento dessas ações e a emergência de outras leituras sobre a assistência social, principalmente a partir da segunda metade do século XX com a elaboração da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nos anos 1990 e novas compreensões em torno da seguridade social, população etc. O exercício desse texto é localizar historicamente a emergência dessas práticas assistenciais e evitar a primeira crítica que se pode fazer: “era puro assistencialismo”. Não negando essa tese em sua completude, penso que o conhecimento histórico pode contribuir para localizar no tempo e espaço tais práticas, evitando lê-las de forma anacrônica e sem reducionismos.

Tempos de espera ou retóricas da esperança?

A esperança é um afeto que, suspirando sempre por ver,
vive de não ver.¹¹⁷

Pe. Antônio Vieira

Bendita seja a esperança, filha dos céus,
eterno cântico dos anjos.¹¹⁸

Camilo Castelo Branco

Esperança, és um mal que prolongas
a agrura dos vencidos da vida.¹¹⁹

J.M. Goulart de Andrade

Esperança! Doce palavra feita de bruma efêmera que o
clarão do ideal enche de íris maravilhosos.¹²⁰

Coelho Neto

A LBA deu visibilidades às suas próprias ações como antecipadoras de um novo tempo. Próximo aos demais temas e questões que figuraram nas páginas do periódico também

passaram textos e imagens que buscavam descrever e estimular um sentido para a esperança. Parece ter havido um investimento nesse sentimento como busca de produção de uma sensibilidade coletiva diante de situações de agitação social, crise, dificuldades econômicas e sociais como as que temos comentado neste texto: estiagens, guerra, mortalidade infantil etc.

O investimento no sentimento de esperança na população paraibana parece ter sido foco não apenas da LBA, mas também dos jornais *A União* e *A imprensa*. Mesmo quando se fazia referência às leis, aos direitos das crianças, os dados estatísticos ou outras formas de enunciação, o foco parece ter sido esse: fomentar a esperança. Noutros termos: mostrar caminhos a traçar, desenhar horizontes possíveis. Contudo, tal incitação se deu frente a um cenário marcado também pela apreensão e pelo medo diante das incertezas. Investir na esperança causaria “bom efeito” na população, contribuindo para inibir os desacordos políticos que colocassem em xeque as ações do estado. Em meados de 1952 a revista da LBA noticiava com tom de preocupação notícias sobre uma possível “guerra atômica” e os avanços da ciência na arte de matar em massa. O texto “GUERRA ATÔMICA... suicídio mundial” apresenta transcrição do livro “O que é energia atômica” de Maxwell Eidinoff e Hyman Ruchlis, dois físicos norte-americanos.¹²¹

A narrativa é a de um tempo que se apresenta de forma sombria, marcada pela incerteza e por uma desvalorização da vida. “A capacidade de destruição da guerra tem seguido o curso do progresso da capacidade produtiva do homem”. O texto é atravessado por duas concepções centrais: homem e sociedade. Este último termo parece ter uma dimensão planetária e não apenas localizada geograficamente com base em um Estado-Nação em particular, apesar da referência aos EUA.

Homem e sociedade. Duas noções articuladas para ler o “avanço” tecnológico e científico ocorrido *pari passu* com as duas guerras mundiais do século XX. Ao passo em que o

predomínio da técnica sobre as relações provoca alterações significativas nas sociedades, pondo em questão a própria noção de vida, é preciso pensar que tipo específico de legado foi este. Se por um lado faz-se referência ao aumento do número de mortos na II Guerra Mundial, o mote do artigo é mostrar que a ciência oportunizou o desenvolvimento de uma forma nova de arma de guerra que muda radicalmente os próprios termos do “fazer a guerra”. “Temos hoje o conhecimento científico, a capacidade e a experiência técnica e os conhecimentos industriais necessários para travar guerra realmente na base da destruição em massa”, diz Harold C. Urey. Trata-se ao mesmo tempo de um diagnóstico e um alerta. Portanto, o discurso científico da modernidade teve sua emergência marcada pela ambivalência entre promover melhores condições de vida coletiva, mas paradoxalmente o aumento da capacidade de ceifá-la. As promessas da modernidade, segundo Jean François Lyotard (2013) incorreram em fracasso. O saber científico é arrogante e se arvora autorizado a não apenas realizar diagnósticos, mas fundamentalmente prescrever condutas.

Razão, ciência, técnica. Grandes metanarrativas da modernidade, como chama Lyotard (2013). Constituem eixos explicativos da realidade moderna, das formas de relação entre o homem e o conhecimento produzido por ele, muitas vezes pautado pelo desejo de dominar a natureza, submeter outros saberes, definir critérios para tornar decisões políticas cientificamente embasadas. O tom desse texto do boletim parece ser dado por algumas perguntas: para onde o progresso nos levou? O que a modernidade científica e tecnológica nos legou?

Agora não mais se necessitaria de grandes recrutamentos para uma guerra, posto que seria possível atingir *o outro* – símbolo da ameaça – através do ar. Neste sentido, as noções de tempo e espaço mais uma vez são alteradas dentro do registro da modernidade ocidental. A distância tanto temporal quanto espacial entre um gesto ameaçador e um ato

de destruição entre povos e nações passa a ter outro significado e nova dimensão.

Durante as duas décadas aqui analisadas, o jornal *A União* investiu na produção de narrativas sobre a infância. Voltando ao ano de 1942, vê-se como se aborda a infância nessa chave da esperança no tempo novo:

ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA

Manuel Florentino

Numa época como a atual em que as nações se arruinam na produção de engenhos de destruição é estranhável talvez que alguém pense em meios para preservar a vida de crianças que, forçosamente, se transformarão depois de mil sacrifícios dos pais e de mil sofrimentos próprios, em simples *carne para canhão*.

Para que viver, se a mocidade não promete nada mais que uma vida em um mundo que todos *fazem trapaça no jogo*, como dizia aquele intelectual francês, ao suicidar-se enojado de viver em um mundo em que são os patifes que dão as cartas?

Na verdade, parece estranho aos pessimistas. No entanto, para quem acredita na evolução das cousas, para os que creem que é justamente nestas épocas de incertezas para a Humanidade que fermentam os grandes acontecimentos que nos demonstram não ser o homem só e besta insaciável de morticínios, este é o momento de pensar no dia de amanhã, na formação de uma juventude otimista, numa mocidade que acredite em alguma coisa de mais valor do que o dinheiro, que tenha como paradigmas não a Napoleão ou a Hitler, mas aos Pasteur e Curies e tantos outros que dignificam a espécie humana e que, no entanto, são olhados na atualidade apenas como sujeitos *curiosos*, ou tolos que não souberam transformar em moedas (e que belas pilhas de dólares) os frutos de sua inteligência.

É esse otimismo, leitor amigo, que me faz escrever estas linhas, que me faz acreditar em que, após toda esta confusão da época presente, uma sociedade melhor, mais esclarecida, virá substituir a atual, suprimir os preconceitos que hoje entravam o progresso que poderia ser feito pacificamente, se não fosse a falta de lógica e bom senso de gerações que não querem acreditar na perene evolução, na sempre viva mudança das coisas.

Para cuidarmos da criança devidamente, precisamos de começar pelo seu período de formação, pelos meios de que dispomos para fazê-la crescer robusta.

Quando há pouco, relatando o problema do *abastecimento de leite* na Paraíba (na assembleia de técnicos reunida em Fortaleza), chamava a atenção para o obituário infantil em nosso Estado, já queria mostrar que não deveríamos continuar a encarar o problema da criança em nosso meio com a displicência com o que temos olhado até hoje.

Dizia eu que, entre os vários problemas da alimentação racional do nosso povo, o do abastecimento de leite à população do Nordeste está em primeira linha, a merecer cuidados sérios.

Em nossa Capital, com 75.000 habitantes e cerca de 17.000 crianças em idade escolar, isto é, de 7 a 14 anos, não se consomem mais do que uns 4.000 litros de leite diariamente, ou seja, cerca de 50 grs per capita.

Em 1941, para um obituário de 2.604 mortes, 1.310 foram de crianças até 9 anos, assim distribuídas

De 0 a 1 ano	766
„ 1 a 2 „	356
„ 2 a 4 „	124
„ 5 a 6 „	64

No grupo de 0-1 anos, dos 766 óbitos 536 foram rotulados de – Diarreia e Enterite – o que significa, em sua quase totalidade, doenças gastrointestinais provocadas por desvios da alimentação ou seja – falta de alimentação adequado ou ignorância das mais rudimentares noções de Dietética infantil.

Não é possível que continuemos a trilhar este caminho. Há necessidade imperiosa de estudarmos cuidadosamente a questão em todos os seus pormenores, se queremos de fato fazer Assistência à Infância, povoar o Brasil com brasileiros.

O problema é difícil, de solução complexa. No entanto, isto deve ser mais uma razão para que comecemos, não só para que em breve possamos ter leite abundante e bom, alimento de que a criança retira os elementos essenciais ao bom desenvolvimento orgânico, como para que sejam resolvidas outras questões sociais correlatas, tais como a da assistência às mães e a da alimentação correta da nossa gente.

A solução que temos de encontrar pouco difere das que se procurou em outras terras. No entanto, sem que o Governo se ponha a frente desta campanha, nada se conseguirá, porque é ao Estado que compete velar pelo bem coletivo e, em nosso meio, tomar as iniciativas úteis, incompatíveis com o espírito mercantil de nossa sociedade.

Tenho plena esperança em que o atual administrador paraibano, sempre pronto em atender às necessidades da Paraíba, procurará solucionar esse problema, completando serviços já começados à custa de grandes esforços particulares e criando outros, para serem entregues a paraibanos capazes e amantes de sua terra. Usando a linguagem dos homens de negócio, diríamos – O dinheiro gasto nesses serviços públicos será recuperado depois com juros compensadores.¹²²

A noção de esperança aparece relacionada a uma série de acontecimentos e processos políticos. O texto aparece diante de um problema social muito sério que era a mortalidade infantil. Contudo, são textos de momentos distintos, pois o anterior refere-se ao momento pós-segunda guerra. Dois momentos, duas abordagens, dois modos de construir leituras sobre o mundo. Ambos são marcados por sensações de incômodo diante do que estava ocorrendo e dos efeitos em curso. Se o primeiro parece ter um tom mais carregado de um mal-estar diante de tudo o que a guerra provocou, o segundo parece apostar no futuro. Mas ocorre também que o texto de Manuel Florentino faz uso da noção de esperança como ponto de articulação de uma interpretação elogiosa ao governo de Ruy Carneiro.

“A solução que temos de encontrar pouco difere das que se procurou em outras terras”, diz Manuel Florentino. “No

entanto, sem que o Governo se ponha a frente desta campanha, nada se conseguirá, porque é ao Estado que compete velar pelo bem coletivo e, em nosso meio, tomar as iniciativas úteis, incompatíveis com o espírito mercantil de nossa sociedade”.

Os dois textos falam também da sensação de incerteza, de um tempo marcado pela insegurança e pela impossibilidade de prever com certeza o desenrolar dos acontecimentos. Nas páginas d’*A União* se diz que “para quem acredita na evolução das coisas, para os que creem que é justamente nestas épocas de incertezas para a Humanidade que fermentam os grandes acontecimentos que nos demonstram não ser o homem só e besta insaciável de morticínios”, aquele era “[...] o momento de pensar no dia de amanhã, na formação de uma juventude otimista, numa mocidade que acredite em alguma coisa de mais valor do que o dinheiro [...]”.

Apostar em um novo tempo significaria, fundamentalmente, apostar em pessoas. O que poderia significar este *pensar no amanhã* senão demarcar também uma continuidade entre aquilo que no presente existiria e se gostaria de legar ao futuro? “Há necessidade imperiosa de estudarmos cuidadosamente a questão em todos os seus pormenores”, declara também o articulista. Diagnosticar parece ter o sentido de estabelecer relações entre fatores sociais, biológicos e políticos que tornariam possível determinada situação como o alto índice de morte de crianças, algo causado por doenças como enterite e outras cuja origem estava na alimentação. Prescrição tenderia a significar uma ação direta a ser implementada em relação ao problema verificado e agora devidamente *analisado*.

Portanto, essa retórica do cuidado ganha complexidade de muitas formas nas narrativas do boletim da LBA ao longo das décadas em análise. Ao seu modo, o periódico serviu tanto para diagnosticar problemas e descrever as soluções ensaiadas, como também para incutir a esperança como forma de crer em um tempo de promessas e superações. Nisso, as operações de análise e “demonstração” da realidade por meio de textos

visuais e verbais foi o caminho escolhido, fazendo daquele boletim uma janela de observação do mundo àquela época.

[100](#) Boletim da LBA, Ano II, Agosto de 1948, Número 12, p. 05.

[101](#) Para uma leitura sobre o conceito de subjetividade na filosofia de Michel Foucault, cf. Fernandes (s/d) e Costa Júnior (2022).

[102](#) Neste sentido, o 5º direito elencado na seção sobre direitos da criança brasileira, é elucidativo: “receber os princípios de educação que a preparem para a vida, e lhe permitam tomar consciência do seu próprio destino”.

[103](#) Código de Menores, Capítulo IX – Do trabalho dos menores, p. 80.

[104](#) Boletim da LBA, Ano I, Agosto de 1947, n. 4, p. 8.

[105](#) A Imprensa, 14 de fevereiro de 1951, apud Barbosa, 2012, p. 241.

[106](#) Mensagem do Exmo. Governador José Américo de Almeida, no dia 1º de Junho de 1951 à Assembleia Legislativa da Paraíba. Disponível: https://archive.org/stream/mensagemparaiba1951esta/mensagemparaiba1951esta_djvu.txt. Acesso em 25 de Dez.. 2016.

[107](#) Idem.

[108](#) Acordo entre o Fundo Internacional de Socorro à Infância e o governo dos Estados Unidos do Brasil. Nova York, 9 de Junho de 1950. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1950/b_10/. Acesso em 26 de Dez. 2016.

[109](#) Declaração de Caracas sobre a Saúde da Criança. Boletim da LBA, Ano III, n. 18, Maio e Junho de 1949, p. 15-16.

[110](#) Em sua obra O Nascimento da Clínica, Michel Foucault descreve uma transformação na ordem do saber médico durante o século XVIII na passagem de uma mudança de uma medicina das espécies para uma medicina institucionalizada. Diz ele: “Novo estilo de totalização. Os tratados do século XVIII, instituições, aforismos, nosologias encerravam o saber médico em um espaço fechado: o quadro formado podia não se completar em alguns pontos; em sua forma geral, era exaustivo e fechado. Ele é agora substituído por quadros abertos e indefinidamente prolongáveis: Hautesierck já havia dado o exemplo quando, a pedido de Choiseul, propusera para os médicos e cirurgiões militares um plano de trabalho coletivo, compreendendo quatro séries paralelas e sem limites: estudo das topografias (a situação dos lugares, o terreno, a água, o ar, a sociedade, os temperamentos dos habitantes), observações meteorológicas (pressão, temperatura, regime dos ventos), análise das epidemias e das doenças reinantes, descrição dos casos extraordinários. O tema da enciclopédia cede lugar a uma informação constante e constantemente revisada, em que se trata mais de totalizar os acontecimentos e sua determinação do que de fechar o saber em uma forma sistemática: ‘Tanto isso é verdade que existe

uma cadeia que liga, no Universo, sobre a terra e no homem, todos os seres, todos os corpos, todas as afecções; cadeia cuja sutileza, eludindo os olhares superficiais do minucioso experimentador e do frio tratadista, se dá a conhecer ao gênio verdadeiramente observador'. No início da Revolução, Cantin propõe que esse trabalho de informação seja assegurado, em cada departamento, por uma comissão eleita entre os médicos. Mathiéu Géraud pede a criação, em cada sede administrativa, de uma 'casa governamental salubre' e, em Paris, de uma 'corte de salubridade', sediada na Assembleia Nacional, centralizando as informações, comunicando-as de um ponto a outro do território, colocando as questões ainda obscuras e indicando as pesquisas a fazer. O que constitui agora a unidade do olhar médico não é o círculo do saber em que ele se completa, mas esta totalização aberta, infinita, móvel, sem cessar, deslocada e enriquecida pelo tempo, que ele percorre sem nunca poder detê-lo: uma espécie de registro clínico da série infinita e variável dos acontecimentos. Mas seu suporte não é a percepção do doente em sua singularidade, é uma consciência coletiva de todas as informações que se cruzam, crescendo em uma ramagem complexa e sempre abundante, ampliada finalmente até as dimensões de uma história, de uma geografia, de um Estado". Cf. Foucault (2014, p. 30-31).

[111](#) "A doença mais marcante durante o século XIX foi o cólera, dando origem à que foi considerada a primeira pandemia no período de 1817-23, e que atingiu progressivamente países do Golfo Pérsico e aqueles banhados pelo Oceano Índico. O padrão tradicional da expansão dessa doença se viu alterado pela maior densidade do comércio internacional e dos movimentos militares derivados da dominação britânica na Índia. Uma segunda pandemia ocorreu em 1826, atingindo desta vez a Rússia, o Báltico e finalmente a Inglaterra (Veronelli e Testa, 2002). A terceira atingiu a América (1852-59) e a quarta, com início em 1863, chegou a Nova Iorque em 1863, Buenos Aires em 1866 e, em 1867, à região onde se deflagrava a Guerra do Paraguai, afetando as tropas aliadas e paraguaias" (Cf. LIMA, 2002, p. 35).

[112](#) Sobre noções básicas e elementos formais das fotografias, tais como linhas, cor, textura, luz e sombra, dentre outras, ver o blog [fotografia.com.br](http://www.dicasdefotografia.com.br), no link: <http://www.dicasdefotografia.com.br/os-elementos-formais-na-fotografia>.

[113](#) Boletim da LBA, Ano II, Abril de 1948, Número 9, p. 08.

[114](#) Sobre estes conceitos, assim como o de habitus, cf. Bourdieu (1990), Bourdieu (1996) e Bonewitz (2003).

[115](#) Correio da Manhã, domingo, 15 de fevereiro de 1953, p. 9. Disponível em: [Link](#). Acesso em 27 de dez. 2016.

[116](#) O Norte, 4 de janeiro de 1952, sexta-feira, p. 1.

[117](#) Boletim da LBA, Ano VI, n. 36, Julho, Agosto e Setembro de 1952, p. 3.

[118](#) Boletim da LBA, Ano VI, n. 36, Julho, Agosto e Setembro de 1952, p. 16.

[119](#) Boletim da LBA, Ano VI, n. 36, Julho, Agosto e Setembro de 1952, p. 16.

[120](#) Boletim da LBA, Ano VI, n. 36, Julho, Agosto e Setembro de 1952, p. 16.

[121](#) Boletim da LBA, Ano VI, n. 35, Maio e Junho de 1952, p. 7-8.

[122](#) A União, segunda-feira, 2 de fevereiro de 1942, p. 3.

CONCLUSÕES

Estudei a infância como invenção histórica criada em redes de poder e saber localizadas no tempo e no espaço, sendo mais um efeito do que a causa desses discursos médicos, pedagógicos, religiosos e assistenciais/filantrópicos. Fiz uma genealogia do corpo infantil como objeto de saber e de poder na Paraíba. Analisei práticas discursivas e não discursivas que se conectaram para dar visibilidades e dizibilidades à infância, demonstrando que a infância e o corpo da criança possuem uma historicidade própria, não estando sempre aí, mas surgindo como “problema” a partir de determinado momento, neste caso, as décadas finais do século XIX e as primeiras do século XX.

O texto foi articulado em três partes, recobrando três temas: o corpo, o espaço e o tempo. Em *Miragens do Corpo* analisei os discursos médicos e pedagógicos que urdiram o corpo infantil como objeto de um saber autorizado a prescrever comportamentos, padrões de alimentação, escolarização e os modos de relação entre as famílias, as mães e as crianças. A LBA mediou tais discursos que atravessaram diferentes enunciações textuais, imagéticas, estatísticas e jurídicas no boletim que produziu a partir de 1947. Em um segundo instante, *Cartografias da Assistência* analisou os modos por meio dos quais a LBA estendeu suas ações pela Paraíba com diferentes postos de saúde, lactários, cursos de puericultura e atividades variadas com mulheres e crianças na configuração de um espaço governável.

Por último, *Narrativas da Esperança* problematizou o conceito de esperança e os modos como ele foi materializado e reiterado nas páginas do boletim, mas também em outros periódicos como *A União* e *A Imprensa*. As narrativas em torno da esperança e de um novo tempo por vir foram mobilizadas para construir sensibilidades na população e incutir a crença na superação da situação de estiagem e alta mortalidade infantil, o que permitiu entender uma certa política do tempo.

Este é o primeiro trabalho acadêmico na Paraíba sobre a atuação da LBA. Que outros pesquisadores da História e das Ciências Sociais possam tomar a LBA como tema de pesquisa e desdobrar análises, localizar novas fontes, mostrar outros aspectos, apresentar outras imagens e informações sobre uma história com muito a se pesquisar, conhecer e escrever.

POSFÁCIO

Zero de conduta

Natália Monzón Montebello
Professora do Departamento de Ciências Sociais e do PPG Sociologia
da Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Crianças são devoradas pelo Estado moderno, regurgitadas por famílias, escolas e instituições de assistência, e vigilância, que domesticam seus corpos e modulam suas vozes, suas entranhas, seus espasmos... São meticulosamente preparadas para a vida adulta, para o trabalho, para a exaustão, para os exércitos e as ruas e os corredores dos hospitais e das prisões, para servirem, do jeito que for, à pátria. Crianças devem deixar de gritar, deixar de correr e de pular, devem ficar quietas! Devem ficar terrivelmente quietas, imóveis, para serem observadas, analisadas, diagnosticadas, desenhadas e registradas, fotografadas, tratadas, encaminhadas, educadas... decifradas.

Neste tão urgente e delicado livro, deslizamos pelos corpos, pelos espaços e por tempos em que as crianças, umas crianças, devêm infância. Na Paraíba, no Brasil, num limiar: da caridade à assistência social, desenha-se um emaranhado de saberes e discursos sobre a criança, qualquer criança, ou melhor, sobre uma infância universalizada em sua captura, racional e científica, pelo bem da humanidade – mais uma vez, pelo bem da humanidade. José dos Santos Costa Júnior nos leva em passo firme e preciso às décadas de 40 e 50 do século XX, o século das crianças (!), para nos mostrar a emergência de uma política da infância no Brasil de então, no Brasil da contemporaneidade biopolítica, que hoje multiplicou-se em sem-número de necropolíticas sistemáticas, tão corriqueiras, quase tão naturais.

São preciosos estudos cuidadosos assim, demorando-se nas diversas derivas semânticas do controle biopolítico, sobre uma população recortada pelas beiradas de seu desespero fundante, atávico. Há um corpo a ser registrado, analisado até o

absurdo do detalhe, a ser classificado e recortado em padrões de normalidade – isto é, em doenças, síndromes, sintomas, disfunções, desvios. Há um espaço a ser desenhado, construído e administrado segundo prerrogativas universais e universalistas, isentas de todo delírio caritativo (dessa moral), amparadas por questões técnicas, por uma impessoalidade fulminante, além de toda suspeita, para bem cuidar dos assistidos. Segue-se, então, às miragens do corpo da criança, a cartografia da assistência. E, encerrando este generoso convite à problematização, o autor nos apresenta as narrativas da esperança, a construção de um discurso-prática, de administração da miséria, da mortalidade, da precariedade constituinte dos limiares da tal da pátria. Que extraordinária experimentação analítica!

Um pouco antes da inscrição da Legião Brasileira de Assistência, a LBA, em 1942, outra extraordinária experimentação: o cineasta francês Jean Vigo apresentara, em 1933, o média-metragem *Zéro de conduite: jeunes diables au collège* [Zero de conduta, jovens demônios na escola], divulgado no Brasil como *Zero de conduta*. Em poucas palavras: crianças são ingovernáveis! Vigo dá às crianças-demônios voz, vida e leveza sem representação, sem interpretação. Não fala por elas. Não promete pacificação. Não anuncia um futuro tranquilo. José Júnior recusa, como Vigo, a rubrica adulta da voz; fala, nos fala, mas não em nome dos que não têm voz. O silenciamento delas, das crianças, inaugura esse texto, essa pesquisa, esse cuidado que o atravessa.

Esse dito século das crianças, como nos mostra José Júnior, revela um projeto monumental: para que haja capitalismo, industrialização e progresso, para que haja futuro e prosperidade – para quem? –, será necessário domesticar as crianças – também, é claro, pacificar os pobres, silenciar os negros, docilizar as mulheres, civilizar os índios... e um longo e cortante etecétera.

E que venha todo o tão conhecido exército de especialistas, de preferência “salvos” desses destinos a serem governados, e que componham todo a tão conhecido arcabouço

científico a nos livrar da selvageria ontológica desses outros... Lendo o belo trabalho de José Júnior não tenho como não lembrar até da música de Zero de conduta, lembrar dessas crianças endemoniadas que ainda gritam e rabiscam um rotundo não à máquina estatal da assistência social. Parece-me que é desse não gritado, cantado e dançado, desse não em cambalhota que se trata aqui. Porque não se trata apenas de uma memória, certamente rigorosa, a retratar um percurso civilizatório “necessário”.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer I: o poder soberano e a vida nua**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e História**. Destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009, p. 55-73.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUSA FILHO, Alípio. **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 137-147.

ARAÚJO, Silvera Vieira de. **Dispensando o feioso: a construção da higiene estética de Campina Grande (1930-1960)**. 139 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande, 2010.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BARBOSA, Jivago Correia. **Política e assistencialismo na Paraíba: o Governo de José Américo de Almeida (1951-1956)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2012.

BARROS, José D'Assunção. Koselleck: historicismo e o enigma das temporalidades. In. **Teoria da História**. Volume 4. 3ª edição. Petrópolis, 2014, p. 265-302.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**.

Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARTHES, Roland. **Lo obvio y lo obtuso**: imágenes, gestos, voces. Traducción de C. Fernández Medrano. Paidós Comunicación, Barcelona/Buenos Aires/México, 1986.

BARTHES, Roland. O discurso da história. In. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 163-180.

BARTHES, Roland. O efeito de real. In. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 181-190.

BOEIRA, Daniel Alves. **Uma “solução” para a menoridade na Primeira República**: o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis – SC (1918-1930). 138 fls. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Santa Catarina, 2012.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In. FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (Orgs). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-192.

BRANCO, Guilherme Castelo. Atitude-limite e relações de poder: uma interpretação sobre o estatuto da liberdade em Michel Foucault. In. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de. **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, pp. 137-148.

BRITES, Olga. **Imagens da infância – São Paulo e Rio de Janeiro, 1930 a 1950**. 269 fls. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CÂMARA, Sônia. Por uma acção preventiva e curativa da

infância pobre: os discursos jurídico-educativos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1910-1920. In. LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Orgs.). **Para uma compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, pp. 263-282.

CARDIM, Leandro Neves. **Corpo**. São Paulo: Globo, 2009.

CARDOSO JR., Hélio Rebello. Acontecimento e História: pensamento de Deleuze e problemas epistemológicos das ciências humanas. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 105-116, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. Marcha acelerada (1930-1945). In. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 85-153.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise**: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CORRÊA, Mariza. A cidade de menores: uma utopia dos anos 30. In. FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1997, p. 81-99.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. **Mal-estar na história da infância**: a invenção do menor infrator no Brasil Contemporâneo. 504 f. Tese (Doutorado em História). Instituto

de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. Pós-estruturalismo e escrita da história: a genealogia foucaultiana como crítica da subjetividade. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 25, n. 1, pp. 90-112, 2022.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. Vicente Piragibe e as políticas para a criança: entre uma infância capital e a miséria da nação (Brasil, 1930). **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 15, n. 1, pp. 137-170, 2022.

CUNHA, Maria Fernandes Vilarinho da. **Razão e Loucura**: a perspectiva arqueológica de Michel Foucault. 141 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade do Porto, Portugal, 2002.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil (1917-1945). São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DE BAETS, Antoon. O impacto da Declaração Universal dos Direitos Humanos no estudo da História. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 5, Setembro de 2010, p. 86-114.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

DEL PRIORE, Mary. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

DELEUZE, Gilles. **A dobra – Leibniz e o barroco**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. 6ª ed. Campinas, SP: Papirus. 2012.

DELEUZE, Gilles. Um novo cartógrafo (Vigiar e Punir). In. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005, p. 33-53.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. Tradução de Patrícia Carmello e Vera Casa Nova. **Revista Pós**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 204-219. nov. 2012.

DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault – uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

DUARTE, João de Azevedo e Dias. Tempo e crise na teoria da modernidade de Reinhart Koselleck. **História da Historiografia**, Outro Preto, n. 8, abr. 2012, p. 70-90.

FARGE, Arlete. Do acontecimento. In. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 71-83.

FARIA, Lina. **Saúde e Política**: a Fundação Rockefeller e seus parceiros em São Paulo. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. Olhar para as imagens como arquivos e histórias. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 8, n. 2, jul-dez. 2015.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In. **Microfísica do poder**. Introdução, organização e revisão técnica de Roberto Machado. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012, pp. 407-431.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes,

2007.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 201-222.

FOUCAULT, Michel. Aula de 31 de Janeiro de 1979. In. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 103-138.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In. **Microfísica do poder**. Introdução, organização e revisão técnica de Roberto Machado. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012, pp. 55-86.

FOUCAULT, Michel. O surdo trabalho das palavras. In. **Isto não é um cachimbo**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. **Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

FREITAS, Marcos Cezar de. Para uma sociologia histórica da infância no Brasil. In. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1997, p. 11-18.

IAMAMOTO, Marilda Villela & CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma**

interpretação histórico-metodológica. 41^a ed. São Paulo: Cortez, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. In. FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 1997, pp. 229-250.

LARROSA, Jorge. O enigma da infância. In: **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 183-198.

LOPES, Elaine Marta Teixeira. A psicanálise aplicada às crianças do Brasil: Arthur Ramos e a “criança problema”. In. FREITAS, Marcos Cezar de & KUHLMANN JR, Moysés. **Os intelectuais na história da infância** (org.). São Paulo: Cortez, 2002, 219-343.

LIMEIRA, Maria das Dores & FORMIGA, Zeluza da Silva. UFPB: Implicações Políticas e Sociais de sua História. **Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba**, 1986. Disponível em: http://www.ndihr.ufpb.br/programa/ufpb_implicacoes.html. Acesso em 25 de dez. 2016.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 111-154.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2007.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. 2ª ed. São Paulo Editora Hucitec, 1998.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **Educação pela higiene**: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886). João Pessoa: Ideia, 2015.

MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 13-34. 2001.

MENEZES, Mozart Vergetti de. Ordem e progresso, delinquência e menoridade. **Saeculum** (UFPB), João Pessoa, v. 3, p. 81-92, 1999.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Meninos, moleques, menores...** Faces da infância em Recife (1927-1937). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2008.

MOULIN, Annie Marie. O corpo diante da medicina. In. COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Allain; VIGARELLO, Georges. **História do corpo**. As mutações do olhar. O século XX. Petrópolis: Vozes, 2011, 15-82.

MOURA, Vera Lúcia Braga de. **A invenção da infância**: as políticas públicas para a infância em Pernambuco (1906-1929). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

NALLI, Marcos Alexandre Gomes. Arqueologia e epistemologia: ensaio de caracterização do saber como objeto da investigação da arqueologia foucaultiana. **Perspectiva Filosófica**, v. IX, n. 18, Julho-Dezembro, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**: uma polêmica. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NUNES, Eduardo Silveira Netto. **A infância como portadora do futuro**: América Latina, 1916-1948. 314 f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. “Fora da higiene não há salvação”: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. **Mneme – Revista de Humanidades**. V.4 - N.7 - fev./mar. de 2003.

OLIVEIRA, Paloma Rezende. **Vinde a mim os pequeninos**: políticas de educação e assistência às infâncias. Juiz de Fora: Funalfa, 2012. 163 p.

PARADA, Maurício. Corpos infantil e nacional: políticas públicas para a criança durante o Estado Novo. In. DEL PRIORE, Mary & AMANTINO, Márcia (Orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2011.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In. DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PRADO FILHO, Kleber & TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-59, jan-jun. 2013.

QUEIROGA, Maria do Socorro Nóbrega. Discurso republicano e governo da infância. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação: circuitos e fronteiras da História da Educação no

Brasil, 2013, Cuiabá, MT. **VI Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2013. v. 1. p. 1-14.

RAGO, Luzia Margareth. A preservação da infância. In. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp. 117-162.

RANCIÈRE, Jacques. **O destino das imagens**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco (org.) **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados. In. RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco (org.) **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 225-286.

ROBAIMA, Igor Martins Medeiros. Assistência social ou controle socioespacial: uma análise das espacialidades políticas da Fundação Leão XII sobre as favelas cariocas (1947-1962). **Revista Espacialidades**, v. 6, n. 5, p. 176-196.

SANDIN, Bengt. Imagens em Conflito: Infâncias em Mudança e o Estado de Bem-Estar social na Suécia: Reflexões sobre O Século da Criança. **Revista Brasileira de História**, v. 19, n. 37, São Paulo, sept. 1999.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Higiene e higienismo entre o Império e a República. In. DEL PRIORE, Mary &

AMANTINO, Márcia. **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 283-312.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural dos direitos humanos. **Lua Nova**, n. 39, São Paulo, 1997.

SCORSIM, Silvana Maria. A filantropia no Brasil: entre a caridade e a política de assistência social. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 86, julho de 2008.

SILVA, James Roberto. **Fotogenia do caos**: fotografia e instituições de saúde em São Paulo (1880-1920). 115 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Jean Patrício da. **A construção de uma nova ordem**: análise da interventoria de Ruy Carneiro no estado da Paraíba (1940-1945). 166 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2013.

SILVA, Daniela Medeiros da. **Cartografias da infância**: discursos institucionais, pedagógicos e curriculares da pré-escola campinense. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande, 2009.

SILVA, Rômulo Henrique Andrade. **Uma micro-história da menoridade de Campina Grande (1927-1932)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande, 2012.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política**: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SOUSA, Débora da Silva. **“O berço dos infantes desamparados”**: o Hospital-Escola Fundação Assistencial da Paraíba – FAP (1959-1979). Dissertação (Mestrado em

História). Universidade Federal de Campina Grande, 2014.

TEIXEIRA, Kerolyn Daiane. **A puericultura nas páginas do jornal em Curitiba, entre a virada do século XX até 1930**. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Paraná, 2010.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil da época da segunda guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 235 p.

TUMELERO, Michele Rodrigues & SILVA, Cristiani Bereta. Legião Brasileira de Assistência e o “projeto civilizador” instaurado em Chapecó/Sc na década de 1940. **Revista de História Regional** 18(2), p. 335-362, 2013.

TUMELERO, Michele Rodrigues. **A Legião Brasileira de Assistência e os investimentos sobre as mulheres e as crianças na construção de uma “nova Chapecó – SC (1940-1960)**. 132 fls. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, 2010.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo. Por que governar a infância? In. RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault – o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 49-56.

VEIGA-NETO, Alfredo. Teoria e método em Michel Foucault – (Im) possibilidades. **Cadernos de Educação** | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [34]: 83 - 94, setembro/dezembro 2009.

WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à

infância no Brasil. **Revista Brasileira de História**, vol. 19 n.
37 São Paulo Sept. 1999.

FONTES

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano I, n. 2, Junho de 1947.

Boletim da LBA.. Ano I, n. 4, Agosto de 1947.

Boletim da LBA. Ano I, n. 6, Novembro e Dezembro de 1947.

Boletim da LBA. Ano II, Jan-Fev de 1948, Nº 7.

Boletim da LBA. Ano II, Mar 1948, nº 8

Boletim da LBA. Ano 2, Abr 1948, nº 9.

Boletim da LBA. Ano II, Mai-Jun 1948, nº 10.

Boletim da LBA. Ano II, Jul 1948, nº 11.

Boletim da LBA. Ano II, Ago 1948, nº 12.

Boletim da LBA. Ano II, Nov-Dez 1948, nº 15.

Boletim da LBA. Ano III, n. 16, Janeiro e Fevereiro de 1949.

Boletim da LBA. Ano III, n. 18, Maio e Junho de 1949.

Boletim da LBA. Ano III, n. 21, Novembro e Dezembro de 1949.

Boletim da LBA. Ano IV, n. 22, Janeiro e Fevereiro de 1950.

Boletim da LBA. Ano IV, n. 23, Março e Abril de 1950.

Boletim da LBA. Ano IV, n. 26, Outubro, Novembro e Dezembro de 1950.

Boletim da LBA. Ano V, n. 27, Janeiro e Fevereiro de 1951.

Boletim da LBA. Ano V, n. 28, Março e Abril de 1951.

Boletim da LBA. Ano V, n. 29, Maio e Junho de 1951.

Boletim da LBA. Ano V, n. 30, Julho e Agosto de 1951.

Boletim da LBA. Ano V, n. 31, Setembro e Outubro de 1951.

Boletim da LBA. Ano V, n. 32, Novembro e Dezembro de 1951.

Boletim da LBA. Ano VI, n. 33, Janeiro e Fevereiro de 1952.

Boletim da LBA. Ano V, n. 34, Março e Abril de 1952.

Boletim da LBA. Ano V, n. 35, Maio e Junho de 1952.

Boletim da LBA. Ano V, n. 36, Julho, Agosto e Setembro de 1952.

Boletim da LBA. Ano V, n. 37, Outubro, Novembro e Dezembro de 1952.

Boletim da LBA. Ano VII, n. 39, Abril, Maio e Junho de 1953.

Boletim da LBA. Ano VII, n. 40, Julho, Agosto e Setembro de 1953.

Boletim da LBA. Ano VII, n. 41, Outubro, Novembro e Dezembro de 1953.

Boletim da LBA. Ano IX, n. 45, Janeiro a Junho de 1955.

Decreto federal nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Código de Menores.

Decreto-lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4830.htm. Acesso em 07 de jan. 2015.

A União, 15 de abril de 1944, p. 7.

A União, Quarta-feira, 30 de setembro de 1942, p. 3.

A União, 2 de fevereiro de 1942, p. 4-5.

A União, segunda-feira, 2 de fevereiro de 1942, p. 3.

A União, 1 de janeiro de 1942.

O Momento, de 13/20 de dezembro de 1976, p. 99.

Correio da Manhã, domingo, 15 de fevereiro de 1953, p. 9.

Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_06&pagfis=24107&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em 27 de dez. 2016.

O Norte, 4 de janeiro de 1952, sexta-feira, p. 1.

CASTRO, Oscar Oliveira. Instituições médicas e assistenciais. In. **Medicina na Paraíba – flagrantes de sua evolução**. Editora A União, 1945, p. 351-418.

Coleção Paraíba Nomes do Século. Série Histórica, n. 35. Editora A União, 2000.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). **Revista HISTEDBR** On Line, Campinas, n. especial, p. 188-204, ago. 2006.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1937.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1946.

CONGRESSO NACIONAL. **Alice Carneiro (Imagem da mulher paraibana a serviço das grandes causas sociais)**. Senado Federal, Centro Gráfico, 1977.

Mensagem do Exmo. Governador José Américo de Almeida, no dia 1º de Junho de 1951 à Assembleia Legislativa da Paraíba.

Disponível:

https://archive.org/stream/mensagemparaiba1951esta/mensagemparaiba1951esta_djvu.txt. Acesso em 25 de Dez. 2016.

Acordo entre o FISI e o Brasil. Nova York, 9 de Jun. 1950.

Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1950/b_10/. Acesso em 26 de Dez. 2016.